

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**ALESSANDRA TENÓRIO CERQUEIRA**

**O GUIA DE TURISMO EM PIRENÓPOLIS-GO:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**GOIÂNIA  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**ALESSANDRA TENORIO CERQUEIRA**

**O GUIA DE TURISMO EM PIRENÓPOLIS-GO:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre.

**Orientador: Prof. Dr. Jordão Horta Nunes**

Goiânia

2009

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Alessandra Tenório Cerqueira		
E-mail:	santece@pop.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	CNPJ:
Título:	O guia de turismo em Pirenópolis-go: A construção de uma identidade		
Palavras-chave:	Trabalho, identidade e turismo		
Título em outra língua:	The guide of tourism in pirenópolis-go: The construction of an identity		
Palavras-chave em outra língua:	Work, identity and tourism		
Área de concentração:	Sociedade e Região		
Data defesa:	03/08/2009		
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia		
Orientador (a):	Jordão Horta Nunes		
E-mail:	jordao.fchf.ufg@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

**3. Informações de acesso ao documento:**

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>       total       parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique:

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_   
 Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(GPT/BC/UFG)

Cerqueira, Alessandra Tenório.  
C416g O guia de turismo em Pirenópolis (GO) [manuscrito]: a  
construção de uma identidade / Alessandra Tenório Cerqueira. –  
2009.  
110 f. : il., quads., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Jordão Horta Nunes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Facul-  
dade de Ciências Humanas e Filosofia, 2009.

Bibliografia: f. 103-106.

Inclui lista de abreviaturas, siglas, quadros e tabelas.  
Apêndices.

1. Guia Turístico – Identidade social – Pirenópolis  
(GO)

2. Identidade (Psicologia) 3. Turismo brasileiro –  
Pirenópolis (GO) - Guias I. Nunes, Jordão Horta II.  
Universidade Federal de Goiás, **Faculdade de Ciências  
Humanas e Filosofia**. II. Título.

CDU: 379.85(817.5)

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não teria sido possível sem a ajuda das várias pessoas que estiveram presentes durante algum momento da minha jornada. Aqueles que acreditaram quando eu mesma tinha dúvidas.

Quero dizer que, se a jornada foi longa, ela não foi de maneira nenhuma solitária. Por isso eu agradeço a todos os amigos que estiveram presentes me incentivando me auxiliando e que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço a minha família que me apoiou em especial ao meu marido que participou ativamente deste trabalho.

À Cristiana, Isac e Rosana que além amigos, companheiros foram voluntários na pesquisa de campo.

Agradeço a Associação de Condutores de Visitantes de Pirenópolis, na pessoa de seu presidente Mauro Cruz, que muito gentilmente me recebeu e respondeu aos meus questionamentos. Agradeço especialmente à Sandra e ao Cristiano que foram meu apoio no município, que me receberam com carinho e hospitalidade cujo empenho contribui muito para a elaboração da dissertação. Agradeço também a todos os guias que gentilmente cederam-me um pouco do seu tempo e de sua história.

Agradeço também a todas as pessoas da comunidade pirenopolina que participaram voluntariamente abrindo suas casas e suas vidas relatando suas opiniões e experiências.

Por último agradeço ao meu orientador professor Jordão pela dedicação, confiança e paciência despendidas a mim.

## RESUMO

Apesar das mudanças no mundo do trabalho as formas ocupacionais ainda oferecem importantes referências para a construção das identidades dos indivíduos. O turismo é uma atividade em plena expansão que engendra um conjunto de novas relações sociais e também novas ocupações. O município de Pirenópolis – Goiás, principalmente desde o final do século XX, tem sido alvo de demandas e de políticas públicas turísticas. A ocupação de guia é uma das novas ocupações levadas pelo turismo à Pirenópolis. Este trabalho se propôs analisar como se constrói a identidade ocupacional do guia sob articulação entre identidades atribuídas e identidades incorporadas no interior da sociedade tradicional pirenopolina. Para a análise recorreu-se a teorias sobre representações sociais, identidade e ocupações. Foram analisados aspectos históricos como políticas públicas estaduais do turismo, formação do município e de suas atividades econômicas. A parte empírica do estudo baseou-se em entrevistas de profundidade com os guias e semi-estruturadas com a população local e objetivou apreender como esses atores percebem o turismo em suas vidas.

**Palavras-chave: Trabalho, turismo e identidade.**

## **ABSTRACT**

In spite of the changes in the world of the work the occupational forms still offer important references for the construction of the individuals' identities. The tourism is an activity in the middle of the expansion that engenders a group of new social relationships and also new occupations. The municipal district of Pirenópolis - Goiás, mainly from the end of the century XX, it has been objective of demands and of tourist public politics. Guide's occupation is one of the new mischievous occupations for the tourism to Pirenópolis. This work if he/she intended to analyze her as the guide's occupational identity is built under articulation between attributed identities and incorporate identities inside the society traditional pirenopolina. For the analysis it was fallen back upon theories about social representations, identity and occupations. Historical aspects were analyzed as state public politics of the tourism, formation of the municipal district and of your economical activities. The empiric part of the study based on depth interviews with the guides and semi-structured with the local population and it aimed at to apprehend as those actors they notice the tourism in your lives.

**Keywords: Work, tourism and identity.**

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Foto- pedraira do município de Pirenópolis, novembro de 2008. 52
- Figura 2** – Alerta sobre benefícios de se contratar um guia credenciado pela ACVP. 73
- Figura 3** – Sugestões para o turista sobre risco de não se contratar guia credenciado. 74

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dinâmica populacional do município de Pirenópolis – 1980-2008.	54
<b>Tabela 2</b> – Escolaridade por faixa etária – Pirenópolis – 2009	62
<b>Tabela 3</b> – Escolaridade dos entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009	63
<b>Tabela 4</b> – Entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009	64
<b>Tabela 5</b> – Conhecimento sobre o curso de guia (condutor) – Pirenópolis – 2009	65
<b>Tabela 6</b> – Relação entre escolaridade e conhecimento dos atrativos – Pirenópolis – 2009.	65
<b>Tabela 7</b> – Relação entre o conhecimento dos entrevistados e conhecimento do CAT – Pirenópolis – 2009.	65
<b>Tabela 8</b> – Conhecimento da associação de guias – Pirenópolis – 2009	68

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Turismo e modificações mais sentidas pela população – Pirenópolis – 2009	59
<b>Quadro 2</b> – – Comentários sobre turismo e mudanças positivas na cidade – Pirenópolis – 2009.	61
<b>Quadro 3</b> – Perfil dos guias – Pirenópolis – 2009	83

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACVP – Associação de Condutores de Visitantes de Pirenópolis

ACT – Atividades características do turismo

AGETUR – Agência Goiana de Turismo

AGP – Associação de Guias de Pirenópolis

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CIT – Centro de Informações Turísticas

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

GTT – Grupo de Trabalho de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONG – Organização Não Governamental

PIB – produto interno bruto

PED – Programa de Desenvolvimento Descentralizado

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MT – Ministério do Turismo

SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro Empresas

SECTEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Goiás

SESC – Serviço Social do Comércio

UCG – Universidade Católica de Goiás

UDEP – Unidade Descentralizada de Ensino Profissionalizante

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UHE – Usina Hidrelétrica



## SUMÁRIO

<b>Bibliografia: f. 103-106.....</b>	<b>III</b>
.....	<b>III</b>
<b>1. Guia Turístico – Identidade social – Pirenópolis (GO) .....</b>	<b>III</b>
<b>2. Identidade (Psicologia) 3. Turismo brasileiro – Pirenópolis (GO) - Guias I.</b>	
<b>Nunes, Jordão Horta II. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências</b>	
<b>Humanas e Filosofia. II. Título.....</b>	<b>III</b>
	CDU: 379.85(817.5).....III
Tabela 1 – Dinâmica populacional do município de Pirenópolis – 1980-2008.....	VIII
Tabela 2 – Escolaridade por faixa etária – Pirenópolis – 2009.....	VIII
Tabela 3 – Escolaridade dos entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009.....	VIII
Tabela 5 – Conhecimento sobre o curso de guia (condutor) – Pirenópolis – 2009.....	VIII
<b>Tabela 8 – Conhecimento da associação de guias – Pirenópolis – 2009.....</b>	<b>VIII</b>
Quadro 1 – Turismo e modificações mais sentidas pela população –.....	IX
Quadro 2 – – Comentários sobre turismo e mudanças positivas na cidade – Pirenópolis – 2009.....	IX
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 – O TRABALHO COMO ELEMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
1.1 – O papel das representações sociais sobre o trabalho no reconhecimento intersubjetivo e na construção das identidades sociais.....	19
<b>2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS....</b>	<b>38</b>
2.1 – Reestruturação trabalhista e o crescimento do setor de serviços.....	38
2.2 – A expansão turística sob a égide do capitalismo flexível .....	40
Tabela 1 – Dinâmica populacional do município – Pirenópolis – 1980-2008.....	55
2.6 – Êxodo rural em Pirenópolis: reflexo da falta de oportunidades.....	56
2.7 – Breve caracterização da atividade turística em Pirenópolis .....	57
2.8 – Turismo e população local .....	58
Quadro 1 – Turismo e modificações mais sentidas pela população – Pirenópolis – 2009 .....	60
Quadro 2 – Comentários sobre as mudanças positivas na cidade – Pirenópolis – 2009... ..	62
Tabela 2 – Escolaridade por faixa etária – Pirenópolis – 2009.....	63
Tabela 3 – Escolaridade dos entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009.....	64
Tabela 4 – Entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009.....	65
Tabela 5 – Conhecimento sobre o curso de guia (condutor) – Pirenópolis – 2009.....	66
<b>3 – NOVAS OCUPAÇÕES: REFLEXOS TURÍSTICOS NA CONSTRUÇÃO DE</b>	
<b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PIRENÓPOLIS .....</b>	<b>70</b>
3.1 – Turismo: novas ocupações e a formação da associação de guias .....	70
3.2 – Interseções entre a formação da associação e a construção da identidade de guia.....	73
3.3 – O espaço das trajetórias pessoais na construção das identificações .....	81
3.4 – O processo de globalização e a crise das representações sociais modernas.....	85
3.5 – A construção de uma identidade narrativa a partir da consciência ecológica.....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para os guias.....	110
--	-----



## APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade em plena expansão, em sua propagação pelos territórios leva consigo um conjunto de novas relações sociais, assim como, novas ocupações. Propõe-se, nesta dissertação, analisar a construção de identidades a partir das novas atividades ocupacionais, trazidas pelo turismo ao município de Pirenópolis, nomeadamente a construção da identidade dos guias.

As mudanças no modo de produção capitalista acarretaram uma retração na utilização de mão-de-obra na indústria; em contrapartida o setor de serviços encontra-se em crescimento e, neste setor, destaca-se a atividade turística, alvo de políticas públicas que estimulam sua implantação e desenvolvimento em várias localidades no Brasil e no mundo. O resultado dos investimentos no turismo tem trazido resultados econômicos positivos, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

As Atividades Características do Turismo – ACT, em 2003, ocupavam 5.355.784 de pessoas, com 6,4% de participação na ocupação total da economia brasileira. Já em 2006, embora essa participação fosse 0,3 ponto percentual menor (6,1%), o número de pessoas ocupadas aumentou em 6,7%, somando 5.714.669 de trabalhadores. A ocupação nas ACT cresceu 6,1% ao longo da série, bem acima da média do conjunto da economia brasileira (2,6%). Em 2006, a ocupação cresceu em todas as atividades do setor. (IBGE, 2009)

A crise do fordismo inicia-se, a princípio lentamente, na segunda metade do século XX, quando os avanços tecnológicos propiciaram o surgimento de uma nova forma de produção: o capitalismo flexível. As duas formas de produção passam assim a coexistir. Todavia, na década de 1970, o modelo fordista começa a perder sua hegemonia e a sociedade salarial que se vinha consolidando desde a década de 1950, entra em crise, principalmente no que diz respeito às proteções trabalhistas que lhe davam suporte, perdendo espaço para novas formas de regulamentação cada vez mais flexibilizadas. O novo modelo produtivo coloca em discussão as teorias sobre a centralidade do trabalho como modelo explicativo. O fim das sociedades de pleno emprego e a modificação das relações que até então lhe serviam de referência estão no cerne dessas discussões. As transformações que ocorreram no mundo do trabalho são, em parte, consequência da evolução tecno-informacional após a Segunda Guerra Mundial e favoreceram a constituição da acumulação flexível que implicou numa modificação da produção e, conseqüentemente, do trabalhador. Essas alterações resultaram num aumento de produtividade que expulsou um grande número de trabalhadores das fábricas e esta mão-

de-obra não pode ser totalmente absorvida pelos outros setores econômicos, o que gerou uma grande massa de desempregados<sup>2</sup>. Contudo, as mudanças no modelo produtivo não ocasionaram o fim do labor, mas uma precarização do trabalho e das condições de vida do trabalhador: trabalho intermitente, em tempo parcial, redução de direitos, contratualidade, terceirização, são algumas das características que marcam a acumulação flexível. Essas transformações abalaram as relações até então constituídas pelo trabalho, mas não o apagaram como elemento de referência identitária, já que os indivíduos ainda se auto-identificam e são identificados como desempregados, isto é, se classificam e são classificados em relação à posse ou não do trabalho. Nesta perceptiva, o trabalho possui uma importância como referência na vida dos seres humanos, uma vez que ele ainda se apresenta, nas sociedades capitalistas, como forma destacada de existência social “digna”, ou seja, socialmente reconhecida como válida, legítima. Esse ponto de vista é ratificado pelo estudo de alguns autores como Castel (1999) e Nadya Guimarães (Guimarães, Hirata, 2006) que demonstram o sofrimento dos indivíduos frente ao desemprego e o sentimento de inutilidade e de desprezo atribuídos às pessoas que não possuem trabalho. Aos excluídos do mercado restam as formas de trabalho marginais que fogem ao controle do Estado, tanto a respeito das proteções dos direitos trabalhistas quanto à regulamentação e ao recolhimento dos tributos. Essas transformações encontram-se de forma generalizada, porém não homogênea, pelo mundo. As inovações tecnológicas no transporte e nas telecomunicações são responsáveis pela difusão ou globalização desses processos que engendram modificações nos espaços físicos e sociais. No que diz respeito ao mundo do trabalho, segundo Nadya A. Castro, “esses impactos têm afetado tanto o mercado de trabalho (forma de ingresso e relações contratuais), quanto às firmas (atingindo, no plano externo, as relações entre as mesmas e, no plano interno, a forma de gerenciamento das relações sociais nos chãos-de-empresa)” (1997, p.3). O modelo de produção flexível só torna-se possível mediante a desregulamentação do trabalho e o Estado ratifica essa solicitação, sob o argumento de que, assim como a produção se flexibiliza, também as relações de trabalho devem ser flexibilizadas.

Diante desse quadro do surgimento de novas relações de trabalho e de que o trabalho, apesar dessas modificações, permanece como elemento relevante na constituição das identidades sociais e pessoais, torna-se fundamental o investimento no estudo das ocupações.

---

<sup>2</sup> Embora o par emprego/desemprego seja utilizado no corpo do texto, o que se pretende ressaltar aqui não é o vínculo empregatício formal, e sim o exercício de uma atividade laboral em si, que garanta a sustentabilidade pessoal ou familiar dos indivíduos, ou mesmo, uma forma de trabalho não remunerada, que contudo propicie aos indivíduos alguma forma de reconhecimento social, como é o caso dos trabalhos voluntários.

De forma geral vem ocorrendo um retrocesso no número de ocupações oferecidas pelo setor industrial resultante do aumento da produtividade provocado pelas inovações tecnológicas, à medida que as máquinas começaram a substituir os seres humanos. Por outro lado, o setor de serviços é o que mais cresce. O turismo, que essencialmente se apóia no setor de serviços, é uma atividade que vem expandindo sua ação sobre espaços tradicionais antes isolados, alimentando assim as discussões sobre o tema. Quando atinge uma localidade, o turismo exige adequações que modificam o espaço físico para atender seus consumidores – saneamento, hospedagem e alimentação são necessários ao desenvolvimento turístico. O turista exige adequações, mas quase sempre não se adapta e a cultura local frequentemente se ressentem com o uso turístico.

Como setor em expansão o turismo é alvo de variadas discussões que, ademais dos vários congressos científicos especializados, também possuem respaldo em diversas áreas afins que lhe dão suporte, como a geografia, a história, a economia, a antropologia e a sociologia. Os estudiosos dessas áreas circundam o fenômeno turístico tentando formular explicações através dos pontos de vistas particulares dessas ciências e, muitas vezes, a partir da articulação entre elas. Os temas mais privilegiados são as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as comunidades locais, espaço rural, planejamento turístico, turismo e trabalho; turismo, cultura, identidade etc. Esses temas desdobram-se em vários estudos que revelam a importância do fenômeno turístico na atualidade. Todavia, embora esta dissertação tenha como pano de fundo o turismo, ele não aparece de forma central, uma vez que o foco principal é a construção das identidades através da dupla articulação entre identidades atribuídas e identidades incorporadas de trabalhadores, que exercem uma nova ocupação, ou seja, guias em uma sociedade tradicional que recentemente vem atraindo o fluxo de turistas. Neste caso o turismo aparece de forma tangencial, já que ele é a origem e motivação desta nova ocupação local. Neste sentido, a articulação dessas temáticas ainda não foi suficientemente desenvolvida, visto que a sociologia só recentemente voltou seu olhar para o turismo. Este trabalho orienta-se pela égide da sociologia do trabalho, ainda que numa perspectiva de análise emergente sobre a qual ainda não se consolidou uma literatura sociológica de referência.

O tema possui relevância na sociologia do trabalho, pois a atividade turística é eminentemente fomentadora de vínculos de trabalho, principalmente na área de serviços. Nesse sentido cabe pensar como um setor que não produz mercadorias contribui na construção das identidades sociais. Recentemente, as novas configurações do mundo do trabalho colocaram em discussão sua centralidade no mundo do capitalismo flexível. As

posições sobre o trabalho se dividem em perspectivas contraditórias, mas o que se pode ver é que a sobrevivência do ser humano nas sociedades ainda é garantida pelo acesso à renda; aqueles que estão à margem reivindicam seu direito a se inserir. Ou seja, o trabalho ainda se configura como modo de sobrevivência. Se existe uma crise da sociedade salarial, outras relações de trabalho estão surgindo, como se pode notar pelo crescimento do setor de serviços.

Atualmente é polêmico afirmar que o trabalho tem importância fundamental na construção social do ser humano, “a partir do qual ele se torna um ser genérico” (Marx), mas também nunca se viu tantas pessoas exercendo algum tipo de ocupação voluntária, em ong’s, ou mesmo em instituições públicas como escolas. De alguma forma esses indivíduos se sentem recompensados. Assim, se o trabalho já não é o elemento mais importante na construção identidades individuais e sociais, já que a complexidade das sociedades ocidental apresenta tantas outras referências, e que os indivíduos encontram a oportunidade de encontrar reconhecimento em outras práticas, não quer dizer que ele perdeu totalmente sua importância. Essa dissertação privilegiará a perspectiva de que o trabalho é um elemento substancial na formação das identidades do ser humano, pois, ainda contribui para a construção de representações sociais.

Nesse sentido analisa-se, no primeiro capítulo, o trabalho como uma categoria que possui importância explicativa na compreensão das identidades o primeiro capítulo deste trabalho apresenta. Os autores que dão suporte a este pensamento são, primeiramente, Denise Jodelet e Willem Doise, que exploram a importância das representações sociais como elementos de classificação e orientação de práticas sociais. Pierre Bourdieu com seus conceitos de *habitus* e de espaço objetivo, também mostra como determinadas representações sociais formadas dentro dos espaços sociais são capazes de criar um conjunto de disposições. A obra de Lahire também possibilita compreender como a personalidade dos indivíduos, eminentemente fragmentada, já que formada em esferas diversas e heterogêneas da vida social, consegue encontrar uma coerência unificadora de um si mesmo. Em Freidson é possível perceber como o investimento na carreira ocupacional pode se tornar esse elemento coesão identitário; Honneth, por sua vez, torna compreensível a importância do reconhecimento intersubjetivo nas várias esferas de relacionamento, seja ela afetiva, jurídica ou social, para a formação de uma auto-imagem positiva. Por fim, a sociologia de Dubar permite perceber como funcionam os mecanismos de construção da identidade e como estes estão ligados às formas de categorização social, mas também relacionados a escolhas subjetivas.

O segundo capítulo traz um retrospecto das interfaces entre turismo e capitalismo e o crescimento das atividades turísticas como produto de consumo de massa após a segunda metade do século XX. Analisa-se como o surgimento da crise ambiental favoreceu o surgimento da modalidade ecoturismo, como nicho a ser explorado. Elabora-se a seguir um retrospecto das políticas públicas estaduais. Logo após é feita uma caracterização do processo histórico do município de Pirenópolis e do desenvolvimento de suas atividades econômicas e também uma breve apresentação do processo de êxodo rural do município de Pirenópolis e de como o turismo tem sido apontado como freio para essa questão. A seguir segue a caracterização da atividade turística no município de Pirenópolis e de como a comunidade local vê o desenvolvimento da atividade no município.

O capítulo três é voltado para o estudo da construção da identidade ocupacional dos guias à luz do referencial teórico e do estudo empírico baseado em pesquisas documentais e nas entrevistas de profundidade realizadas com os guias. Nesse capítulo é feita a análise da formação da categoria e de sua formalização e de como esse processo contribuiu para a construção das identidades de guia. Com base na análise da crise de identidades, feita por Dubar e na interpretação do discurso dos guias sobre a ocupação e sobre si mesmos foi possível traçar confluências entre as histórias de vidas, identidades pessoais, e suas identidades ocupacionais. Por fim, apresenta-se algumas considerações finais sobre os resultados da pesquisa.

A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi pautada no estudo de teorias da identidade, principalmente, e em áreas de conhecimento afins que deram suporte ao trabalho, como sociologia do trabalho e geografia do turismo. Também foram realizadas consultas a relatórios e publicações de instituições governamentais, em artigos eletrônicos e trabalhos acadêmicos sobre o tema. Além da pesquisa documental o trabalho apresentou uma parte empírica composta por entrevistas de profundidade, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. As entrevistas semi-estruturadas fizeram parte da fase quantitativa da pesquisa. Para definir amostra estratificada recorreu-se aos microdados do censo do IBGE, referente ao 2000. A partir da população de 12.246 habitantes foi calculado o tamanho da amostra de 373 moradores, dos setores urbanos, com 5% de nível de confiança e para um intervalo de confiança de 95%. Fazendo uma amostra estratificada em setores A, B e C, por ordem decrescente de classificação social, utilizando como variáveis indicadoras de posição social a renda familiar mensal e escolaridade, obteve-se a seguinte distribuição, tendo como base os microdados e o mapa dos setores censitários de Pirenópolis: A (setores 1, 2 e 3) = 83 questionários, B (setores 5, 6, 7 e 8) = 133 questionários e C (setores 4, 9, 10) = 158

questionários. Os questionários foram aplicados empregando entrevistas presenciais com duração média de 15 minutos, nas residências dos moradores ou em locais públicos. Esse contato com os sujeitos pesquisados e com a população local ajudou a amadurecer as relações entre referencial teórico e realidade empírica.

## **1 – O TRABALHO COMO ELEMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL**

No cerne da constituição das identidades estão processos identitários complexos que começam na primeira infância mas que nunca têm fim. São formados a partir das diversas interações sociais que os indivíduos estabelecem ao longo de sua vida. As diversas ocasiões de interação vão desde relações afetivas no interior dos grupos familiares, nas relações amorosas com terceiros (amigos, parceiros etc.) e também nas diversas instituições pelas quais os indivíduos passam ao longo da vida. Os indivíduos então passam por uma verdadeira luta por reconhecimento, num âmbito geral em toda sociedade, mas, se não for possível, no interior das coletividades que eles passam a formar para buscar esse reconhecimento.

### **1.1 – O papel das representações sociais sobre o trabalho no reconhecimento intersubjetivo e na construção das identidades sociais**

O trabalho como constituinte da vida humana sempre esteve presente nas discussões apresentadas pela sociologia desde seus primeiros clássicos. Ainda hoje o trabalho constitui uma importante categoria explicativa nas Ciências Sociais. Neste sentido, a vida ocupacional apresenta-se como um objeto de estudo que motiva pesquisadores da área. O trabalho como fenômeno disseminado por todas as sociedades humanas foi tomado, por alguns estudiosos, como o marco que separa a humanidade da simples animalidade. Embora muitos tenham discutido o trabalho, Karl Marx (1989), foi o estudioso do trabalho que mais ressaltou sua importância como elemento constituinte do ser humano. Para este autor os seres humanos aplicam o trabalho sobre a natureza transformando-a e, ao fazê-lo, transformam-se a si mesmos. Daí a característica ontológica do trabalho que em sua gênese cria o ser humano ao mesmo tempo em que só existe por meio dele.

Também Georg Simmel (2005) defendia que o ser humano vive travando uma constante batalha com a realidade natural da qual se arranca e se contrapõem. O homem, por meio do trabalho, domina a natureza e, ao fazê-lo, dela se distingue, tornando-se um ser diferente dos outros seres naturais; torna-se um ser social. Marx e Simmel concordam que o trabalho cumpre uma função fundamental na constituição da vida humana; por seu intermédio, nós nos diferenciamos do mundo natural, tornamo-nos seres inteligentes e inteligíveis na medida que, por meio do trabalho, o ser humano constrói a cultura.

Embora a preocupação com o trabalho venha de longa data, permanece ainda hoje o debate sobre sua importância na vida humana. Hoje, as discussões a respeito assumiram

diferentes nuances e clivagens como gênero, raça, desemprego, informalidade, decadência da sociedade industrial etc., mas permanece como uma importante categoria explicativa da vida humana.

Para se compreender o papel do trabalho na vida dos seres humanos precisamos identificar seus significados. O entendimento das representações sociais sobre o trabalho pode contribuir para essa compreensão. As representações sociais são elaborações ideais dos seres humanos que servem para orientar as relações com o mundo. Pode-se dizer que são ‘tipos ideais’ construídos a partir das experiências sociais que regem a conduta dos seres humanos, isto é, tem uma finalidade prática. As representações formam a base do conhecimento social de forma intersubjetivamente vinculante. Desta forma, as representações sociais também oferecem os modelos de identificação ao qual os indivíduos se associam na elaboração de sua auto-imagem.

Para Denise Jodelet (2001) as representações sociais cumprem um importante papel na formação das identidades individuais e de grupo. Neste sentido as atitudes ou *habitus* podem ser estudados também como representações sociais. Segundo a autora os indivíduos devem saber se ajustar ao mundo que os envolve; e para isso é necessário “saber como se comportar [de maneira à] dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam” (id., *ibid.*, p.17); por conseguinte, são criadas as representações sociais para esse compartilhamento do mundo, elas contribuem para “compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo”.

As representações sociais possuem, uma função prática “que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22). As definições criadas e partilhadas pelos elementos de um mesmo grupo engendram uma perspectiva consensual à qual o grupo se referencia. As representações sociais são sempre ativadas durante as relações sociais. Assim como o *habitus*, orienta as condutas e as comunicações sociais. De acordo com Denise Jodelet (2001) as representações sociais “intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais” (p.22).

A apreensão e a construção das representações sociais acontecem “concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade” (p. 22). Desta forma, para Jodelet (2001) as representações sociais não são meras internalizações de aspectos do mundo exterior, na medida em que, ao constituírem uma representação mental, conteúdo do

pensamento individual, elas adquirem “a marca do sujeito e de sua atividade” (p.23), ou seja, cada sujeito absorve o conhecimento sob suas particularidades.

Para Jodelet (2001), as representações sociais devem ser compreendidas a partir da articulação de “elementos afetivos, mentais e sociais integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir” (p.26). Desta forma, os grupos sociais que compartilham representações possuem um laço de afinidade simbólica e social. Segundo Jodelet, “partilhar uma idéia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade. [...] A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social”. (id., p. 34)

Essa noção de representação social como norteadora do comportamento social, engendrando disposições ou provocando atitudes aproxima-se e auxilia na compreensão do conceito bourdieusiano de *habitus*. A aproximação torna-se mais evidente através do estudo da noção de atitude de Willem Doise (2001), para quem os valores coletivos e as atitudes psicológicas associadas às apreensões psicológicas individuais funcionam de modo a engendrarem tendências para agir. Desta forma as os valores sociais, ou representações coletivas, coadunam-se com aspectos particulares, psicológicos dos indivíduos de forma a estruturarem atitudes subjetivas e objetivas. Para Doise (2001) “a noção de atitude, a disposição inscrita no indivíduo, por sua utilização, já é ela mesma o resultado de uma objetivação”.(p.190). Os indivíduos passam por um processo de ancoragem, no qual ocorre uma “incorporação do estranho numa rede de categorias mais familiares” (p.190). Pode-se dizer que ocorre um assentamento dessas novas experiências onde as representações sociais colaborarão na construção de novas atitudes adequando-se as necessidades das situações sociais. Entender as representações sociais como atitudes, significa assumir que elas:

são sempre tomadas de posição simbólicas, organizadas de maneiras diferentes. Por exemplo: opiniões, atitudes ou estereótipos, segundo sua imbricação em relações sociais diferentes. De um modo geral, pode-se dizer que, em cada conjunto de relações sociais, princípios ou esquemas organizam as tomadas de posição simbólicas entre atores sociais. Trata-se de princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre os indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de troca simbólica e uma representação desse campo. (DOISE, 2001, p.193)

É necessário entender que uma atitude pode ser tanto física quanto psicológica. Neste sentido, “os julgamentos que as pessoas emitem sobre condutas, enunciações ou crenças sociais são sempre atos sociais que se inscrevem na dinâmica total de um campo social”

(DOISE, 2001). As diversas distinções que aparecem no campo se repercutem nos julgamentos, de forma a acentuar ou atenuar contrastes de acordo com a influência de dinâmicas concorrentes ou congruentes. Em nível individual, os julgamentos são as formas “pelas quais as atitudes atualizam relações sociais e organizam-se em representações sociais”. (p.200).

É nesse sentido que podemos explicitar a importância que ocupa o trabalho na vida social analisando as representações sociais correspondentes. Embora não possamos ignorar que essas representações venham se alterando com a dinâmica das diversas esferas sociais o imaginário social sobre o valor do trabalho ainda é generalizado: ‘o trabalho dignifica o homem’, ‘Deus ajuda quem cedo madruga’, são algumas expressões de uso comum que demonstram o valor do trabalho. O papel das representações sociais na qualificação do trabalho resulta numa desqualificação do não trabalho e na estigmatização dos não empregados: ‘inúteis’, ‘vagabundos’, ‘vadios’, ‘desocupados’, como mostra de Christophe Dejours em seu estudo sobre a psicopatologia do trabalho. Ali, Dejours (1992) analisa as estratégias defensivas do subproletariado<sup>3</sup>, nas situações de doença. Constituindo uma população carente e, por isso, mais exposta às doenças pelas próprias condições de existência material, seus membros escondem, mascaram a doença, pois esta, em suas representações sociais, apresenta-se como fuga ao trabalho, isto é, como ociosidade: “Para o homem a doença corresponde sempre à ideologia da vergonha de parar de trabalhar” (p.33). É claro que não se desconhece aqui o sofrimento causado por determinadas formas de trabalho<sup>4</sup> aos seres humanos, mas o ponto é: a ausência de trabalho; além de não ser a solução para o sofrimento do trabalho, ainda é socialmente estigmatizada. As representações sociais a respeito do trabalho demonstram a sua importância na construção das identidades sociais. Essa importância encontra-se no cerne do debate sobre as transformações no mundo do trabalho e nas suas novas configurações e implicações na vida dos seres humanos.

O debate sobre a atual configuração do mundo do trabalho é resultado das intensas transformações pelas quais vem passando o mundo. Essas mudanças que começaram após a segunda metade do século XX, como consequência das tecnologias de guerra que foram transportadas para o mercado. Tais modificações tiveram um aceleração a partir da década de 1970 e atingiram em cheio o mundo do trabalho, diversificando-o. As regras que regiam o

---

<sup>3</sup>Neste trabalho o autor não situa exatamente local e momento histórico, mas fica subentendido que se trata da França após 1968.

<sup>4</sup> Ver DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez 1992.

universo do trabalho tornaram-se insuficientes para explicar a heterogeneidade que tomou conta dessa esfera. Como resultado desses acontecimentos alguns estudiosos passaram a negar sua capacidade explicativa; como afirma Claus Offe, “estes sintomas levantam a possibilidade de o trabalho, em certo sentido, ter-se tornado ‘abstrato’, de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação” (1989, p.176).

Todavia, não há um consenso a respeito e para muitos autores o trabalho não perdeu seu valor explicativo. Os novos estudiosos do trabalho procuram compreender e lançar luzes sobre as novas configurações do trabalho, como Ricardo Antunes (2002) que, ao perceber que a teoria das classes sociais já não dava conta por si só dos novos fenômenos que vinham ocorrendo, amplia o conceito marxista de classe trabalhadora para “classe-que-vive-do-trabalho”. Esse conceito é uma das tentativas de adequação teórica às novas realidades que buscam demonstrar que o trabalho ainda possui força explicativa dentro das Ciências Sociais.

A importância do trabalho decorre, em parte, de sua capacidade integradora nas sociedades complexificadas. Sobre essa capacidade integradora, afirmava Émile Durkheim (1999) que a divisão do trabalho está no cerne da sociedade organizada, cuja solidariedade deriva de uma moral pela qual os indivíduos se orientam, devido ao sentimento de dependência em relação ao todo societal. A moral origina-se do sentimento de dependência e da consciência de que cada indivíduo necessita e contribui com sua atividade ocupacional com a integração social. Desta forma, para Durkheim (1999) a moral derivada da dependência dos indivíduos em sociedade com ampla divisão do trabalho é a responsável pela integração que mantém a unidade social.

Embora não se negue que o trabalho possui essa capacidade integradora que coloca os indivíduos numa rede de relações, a sociedade não é um todo homogêneo e harmonioso. Como afirma Bernard Lahire (2002), há diferenças entre sociedades tradicionais com baixa divisão do trabalho e maior controle social e sociedades complexas com grande divisão do trabalho e que oferecem “situações heterogêneas, concorrentes e, às vezes, até contraditórias umas com as outras do ponto de vista de socialização que desenvolvem” (p.27). Nas sociedades complexas os indivíduos estão constantemente expostos a diferentes circunstâncias, grupos e espaços sociais, que orientam suas ações de forma a se adequarem às variadas exigências do seu cotidiano. Bernard Lahire (2002) analisa a formação da identidade social a partir da perspectiva de que, embora sob um aspecto de unicidade, ela é eminentemente fragmentada, pois os sujeitos manifestam estilos variados influenciados pelos diferentes contextos sociais e históricos. Neste sentido, a unicidade do si-mesmo apresenta-se

como uma falácia recorrente que, no entanto, mostra-se socialmente bem justificada. De acordo com Lahire (2002) há instituições permanentes, assim como diversas ocasiões mais transitórias de celebração da unicidade do si-mesmo. Todavia, “o mesmo corpo passa por estados diferentes e é fatalmente portador de esquemas de ação ou hábitos heterogêneos e até contraditórios” (p.22). Para Bernard Lahire “o nome e o sobrenome, a assinatura, são sinais semanticamente fracos [que] pretendem nos encerrar totalmente e são os unificadores sumários mais poderosos de nossa identidade pessoal” (2002, p.23). Entretanto, o autor ressalta que existem outras oportunidades e outros recursos para converter a variedade de práticas e de episódios particulares em uma identidade por meio de aspectos afetivos, educacionais, ocupacionais, religiosos etc., que oferecem a possibilidade de colocar ordem onde não havia, isto é, estabelecer ao menos sínteses parciais. Existem variações entre as sociedades com baixa divisão do trabalho e que permitem uma extensão maior do controle social e as sociedades complexificadas, que apresentam uma intensa divisão do trabalho e que por isso oferecem um número maior de “situações heterogêneas, concorrentes e, às vezes, até contraditórias umas com as outras do ponto de vista de socialização que desenvolvem” (2002, p.27).

Por outro lado, existem outros espaços sociais, como é o caso do universo profissional, que oferecem determinados tipos de referência, levando os atores a desenvolverem um sentimento de grupo; contudo, existem limites nesta identificação, já que “os atores nunca são redutíveis a seu ser profissional”, mas este tipo de identificação contribui para a reprodução de determinadas “condições de socialização relativamente coerentes e homogêneas dentro das sociedades complexificadas” (LAHIRE, 2002, p.27).

Existem sinais externos emitidos por membros de grupos profissionais que funcionam como mecanismos de distinção entre a classe profissional e os leigos, que servem para impedir as influências de fora sobre a atividade profissional. Estes sinais podem ir da linguagem utilizada como jargões ou termos técnicos, que só são conhecidos ou utilizados pelos integrantes do grupo; podem ser roupas, uniformes, até a simples disposição dos lugares distintos entre os profissionais e os leigos. O ator social interage ao mesmo tempo em diversos grupos; segundo Lahire (2002) “esses grupos que são os quadros sociais de nossa memória, são, pois heterogêneos” de maneira que os atores que os vivenciam são o resultado sempre diversificado “dessa heterogeneidade dos pontos de vista, das memórias e dos tipos de experiência” (p.31). Os momentos na vida do ser humano não são equivalentes; nem mesmo a primeira socialização feita no grupo familiar é homogênea porque o próprio grupo não se mantém homogêneo. O fato de que vivemos essas situações diferenciadas é que permite,

como concordam Lahire (2002) e Bourdieu (2007), ocuparmos posições diferentes nos vários campos sociais em que ocorrem as disputas de forças.

Um ator “plural” é resultado de várias experiências vividas desde a primeira infância em situações sociais diferenciadas. Esses contextos não se diferenciam apenas no espaço, mas também no tempo. Lahire ressalta a relevância da “articulação [entre] passado-presente” afirmando que esta ganha sentido somente se o “passado incorporado e presente (contextual) são diferentes”; é a heterogeneidade que torna mais enriquecedora os esquemas de ação. Isso ocorre porque quanto maior a quantidade de esquemas incorporados pelo ator maior será a possibilidade de agir de forma não esperada diante de uma situação, pois mesmo que o contexto social não seja suficiente para determinar a ação ele “abre ou deixa fechados, desperta ou deixa em estados de vigília mobiliza ou deixa como letra morta aos hábitos incorporados pelos atores” (LAHIRE, 2002, p.53) já que a seletividade da memória é despertada pela situação. Não se despreza a explicação disposicional, todavia, destaca ser necessário evitar a “generalização abusiva, buscando sempre as manifestações e contramanifestações dessas disposições, circunscrevendo seus campos de ativação e seus campos de inibição” (p.58-59). O que ocorre é que as situações reais não são coerentes nem se adequam aos desejos nem às situações passadas do ator, antes elas exigem uma readaptação. Deste modo, nem toda situação social se converte em uma transferibilidade de uma experiência antiga, pois as experiências passadas podem não dar base para resolver uma situação presente inusitada.

A ação dos indivíduos é orientada não só pelo momento presente, mas também por suas experiências passadas. Para Pierre Bourdieu (1983) o agir humano encontra-se orientado por um conjunto de disposições a que denomina de *habitus* que, por sua vez, é engendrado no seio dos grupos sociais. O *habitus*, então, seria o resultado das condições objetivas de reprodução da vida na qual cada indivíduo está inserido e também do grau de acesso deste indivíduo aos capitais simbólico, econômico etc., assim como das relações de poder que são inerentes às posições hierárquicas a que cada indivíduo está submetido no interior de cada campo.

O encontro entre os agentes sociais com acessos diferenciados aos diversos tipos de capitais implica um encontro de alteridades. Dentro dos campos cada capital recebe diferentes tipos de reconhecimento sendo as classes detentoras de poder as que prescrevem a legitimação dos capitais e práticas sociais. Para Bourdieu (2007) as relações entre os agentes sociais são também relações de poder. Essas relações entre alteridades que recebem diferentes reconhecimentos sociais geram situações de conflito. A diferente distribuição de poder e a

luta por reconhecimento é a força geradora dos conflitos. Neste sentido, os espaços sociais em que os agentes estabelecem suas relações e confrontam suas alteridades são sempre espaços conflituosos. O espaço social é o espaço objetivo em que ocorrem as relações objetivas entre os indivíduos e no qual esses indivíduos ocupam determinadas posições e, por ocupá-las, são capazes de formular pretensões de mudança ou conservação desse espaço assim como produzem conceitos sobre outros indivíduos e pelos quais são conceituados. Ora, a busca por modificar ou conservar posições exemplifica o que Bourdieu considera como constante “luta simbólica dos agentes”, na qual as posições sociais podem ser modificadas a cada desequilíbrio de forças.

Ocorrem no campo do trabalho, que é formado por espaços sociais, lutas pela conservação ou modificação das posições ocupacionais e pelo reconhecimento de práticas sociais e ou ocupacionais. Neste caso as posições que os indivíduos ocupam no espaço social e os conflitos inerentes a estas relações tornam-se, também, elementos de construção de identidade. A identidade social é formada a partir dos sentimentos de pertencimento ou de exclusão que as representações oferecem aos indivíduos; assim, agentes em posições sociais diferentes, ou seja, alteridades que estão em uma constante luta simbólica, constroem suas identidades a partir de sua posição nos espaços sociais, conforme Pierre Bourdieu:

Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. (2007, p.163)

Os campos apresentam-se como subdivisões ou especializações do mundo social, os *habitus* são construídos no interior desses espaços e colaboram na compreensão do comportamento social. Neste caso o reconhecimento intersubjetivo aparece como resultado da legitimidade ou não do *habitus*, porque o reconhecimento intersubjetivo é condicionado pela regras de legitimação de cada grupo social (BOURDIEU, 2007).

Desta forma, *habitus* é um sistema de disposições capaz de produzir práticas adequadas às estruturas colaborando, desta forma, para perpetuar tais estruturas. Entretanto as disposições não são automáticas nem inflexíveis, ao contrário, são plásticas e sofrem alterações de acordo com a evolução histórica e também situacional. (BOURDIEU, 2001) Esse fato não nega a capacidade que as estruturas têm de exercer certos padrões de referência aos agentes. Como sistema de disposições, o *habitus* encontra referência em situações passadas, mas atualiza-se a cada nova situação. Cada classe social apresenta práticas comuns

ao seu grupo que são orientadas para ações futuras. Segundo Pierre Bourdieu, a divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. (2007, p.162)

Assim, o *habitus* se apresenta como um sistema de disposições adquiridas, que são duráveis e ao mesmo tempo transmissíveis, produtoras e orientadoras de práticas sociais, porém condicionadas por condições de existência. Cada grupo social produz e reproduz práticas durante as situações sociais de forma que “condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (BORDIEU 2007, p.163). As condições sociais são definidas por suas características próprias e por características relacionais intrínsecas à sua posição de cada grupo ou indivíduo no sistema de repartição de capitais, a disposição desses capitais por sua vez fundamenta um sistema diferenciações entre os grupos sociais ou indivíduos, o que contribui para a formação das identidades sociais através da diferença.

Todo grupo social apresenta características peculiares que são o resultado do *habitus*; essas características fundamentam os estilos de vida dos grupos. Contudo, mesmo sendo portador de um *habitus*, o agente possui certa margem de autonomia para agir limitada pelo meio. Isto porque o *habitus* possui uma razão prática sem, contudo ser resultado de um cálculo racional. O *habitus* apresenta-se então como um conjunto de disposições para pensar e agir sobre o mundo, disposições essas que carregam a história individual e coletiva. Desta forma o *habitus* de cada grupo é formado pelas trajetórias individuais, pelo processo histórico coletivo e a influência mútua entre as duas.

O *habitus*, para Bourdieu (2007) possui a qualidade de ser um elemento gerador e ao mesmo tempo classificador de práticas sociais. Desta forma as práticas sociais que estruturam cada estilo de vida torna-se um conjunto de símbolos que são socialmente classificados e valorados através do *habitus*. Desta forma, a relação entre as condições sociais e o *habitus* segundo Pierre Bourdieu “é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação, em sistemas de diferenças percebidas, de propriedades distintas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva” (2007, p.163). Disto resulta que as limitações econômicas, por si, não são suficientes para justificar a distribuição de determinadas práticas entre os grupos sociais, embora não se possa negar a sua importância. De fato, para Pierre Bourdieu:

O estado observado da distribuição dos bens ou das práticas define-se no encontro entre as possibilidades oferecidas, em determinado momento, pelos diferentes campos de produção (presentes e passados) e as disposições socialmente diferenciadas que – associadas ao capital (definido em seu volume e sua estrutura) do qual são, quase completamente, o produto (segundo a trajetória) e em que elas encontram os meios de sua realização – definem o interesse por essas possibilidades, ou seja, a propensão e a aptidão em adquiri-las e convertê-las – pelo fato da apropriação – em sinais distintivos. (p.210).

O *habitus* funciona, portanto, como um sistema de classificação e valoração de determinadas práticas de determinados grupos que, por possuírem maior legitimidade adquirem também maior poder de legitimação. A posse do poder está intimamente ligada à posse das várias formas de capital simbólico, político, cultural e econômico. É o que permite às classes dominantes exercerem seu poder sobre as classes subalternas.

O *habitus* é correlato aos espaços sociais, isto é, aos campos. Todo campo possui uma lógica interna possui regras próprias que regem as relações entre os agentes. Assim como o próprio *habitus* todo campo é fruto do processo histórico, da divisão social do trabalho e das forças que nele atuam. Nele ocorrem as relações de dominação e de força em que os indivíduos buscam sua legitimidade. O campo possui com o *habitus* uma relação de co-determinação, pois o *habitus* é o resultado da internalização de determinadas estruturas, mas o campo, como espaço de relações é o resultado da exteriorização do *habitus*. De acordo com Bourdieu (2002), o campo apresenta-se dividido em regiões identitárias que estão relacionadas a um dado grau de acumulação do capital simbólico configuradas durante o progresso da divisão social do trabalho e da estruturação do *habitus*. Por conseguinte, o campo encontra-se dividido entre os profissionais, detentores de capital simbólico que lhes garante o conhecimento das ‘regras do jogo’ e dos clientes, consumidores ou mandatários que contratam seus serviços.

Segundo Bourdieu (2007), a distribuição dos bens materiais e simbólicos confere aos grupos sociais maior poder de legitimação de suas práticas. Dentro dos campos cada tipo de capital recebe diferentes tipos de reconhecimento, sendo as classes as detentoras de poder as que detêm o poder de legitimação dos capitais e práticas sociais. Para Pierre Bourdieu (2007) as relações entre os agentes sociais são também relações de poder. Essas relações entre alteridades que recebem diferentes reconhecimentos sociais geram situações de conflito. A diferente distribuição de poder e a luta por reconhecimento é a força geradora dos conflitos. Neste sentido, os espaços sociais, ou campos, em que os agentes estabelecem suas relações e confrontam suas alteridades, são sempre espaços conflituosos. O espaço social é o espaço

objetivo em que ocorrem as relações objetivas entre os indivíduos e no qual esses indivíduos ocupam determinadas posições e por ocupá-las são capazes de formular pretensões de mudança ou conservação desse espaço assim como produzem conceitos sobre outros indivíduos e pelos quais são conceituados.

Assim, o reconhecimento advindo da posição social em que se encontram os indivíduos, nos vários campos, é que confere aos agentes formas de valoração identitária. Esta será mais valorizada pelo próprio indivíduo de acordo com a posição que este ocupa no interior dos campos sociais. As posições de prestígio que possuem ou atribuem um alto valor simbólico dentro de determinado campo são aquelas que mais podem oferecer aos indivíduos o suporte para uma auto-imagem positiva e, por conseguinte, aquelas de menor ou nenhum prestígio podem contribuir negativamente, ou seja, para a construção de uma identidade dominada. Portanto, as posições que os indivíduos ocupam no espaço social e os conflitos inerentes a estas relações tornam-se, também, elementos de construção de identidade. Como o trabalho constitui um campo especializado, grupos e indivíduos apresentam-se dispostos em posições diferenciadas; em consequência também existem lutas pela conservação ou modificação das posições ocupacionais e pelo reconhecimento de práticas sociais e ou ocupacionais.

A relevância do trabalho para a formação da identidade dos sujeitos é ressaltada por Eliot Freidson (1998), ao afirmar que as diferentes ocupações desempenhadas pelos indivíduos possuem relevância para a formação de suas identidades, porque possuem uma função na organização social e psicológica desses indivíduos:

o trabalho é estatuído por diferenciação de tarefas em ocupações particulares: o desempenho socialmente organizado de tarefas diferenciadas tem implicações específicas para a organização social e a psicologia social do trabalho. Partindo deste ponto de vista, da importância das ocupações para a construção das identidades sociais, pode-se afirmar que o trabalho é um tema bem recorrente. Isto porque o capital simbólico é formado em parte em relação ao trabalho. ( p. 117)

Segundo Freidson (1998), a especialização que dá origem a ocupações e profissões é resultado de um “processo histórico, concreto, vinculado ao tempo e ao espaço, pelo qual uma tarefa que é realizada por uma pessoa ou classes de pessoas é substituída por mais de uma tarefa realizada por mais de um trabalhador ou classe de trabalhadores” (p.87-88). O autor defende que, na base cotidiana do mundo ocupacional, a divisão do trabalho aparece como um processo relacional em que os participantes são induzidos constantemente a tentar demarcar, conservar e modificar as tarefas e as relações inerentes a elas. De acordo com Freidson

(1998), a ação de demarcar, de conservar e de modificar as tarefas e as relações efetivam-se na tentativa coletiva de organização ocupacional. Essas ações acontecem dentro das organizações sociais, elas não são ações ou motivações individuais, mas coletivas. As ocupações e especialmente as profissões configuram-se de forma a delimitar as funções que pertencem a cada categoria; assim; as tarefas dos trabalhadores são predefinidas durante o seu aprendizado fora da ocupação e “como parte deste trabalho existe a obrigação de receber ordens de alguns, de cooperar com outros e de dar ordens a membros de outras ocupações” (p.102). A forma como os futuros integrantes de uma ocupação são “recrutados, treinados e rotulados de autênticos” é fundamental para determinar e conservar “um abrigo de mercado” (p.122-123) além do que influencia da mesma forma a quantidade e a qualidade de seus integrantes, a configuração da carreira ocupacional, assim como a qualidade do trabalho, atuando para conformar as experiências dos integrantes e cumprindo um relevante papel na criação e na conservação da identidade. Um abrigo de mercado propicia, embora não obrigatoriamente, que os trabalhadores se comprometam e desenvolvam maior interesse pela ocupação, pois ele dá fundamentos para que ocorra maior integração em “torno de problemas de trabalho”, fomentando a formação de “consciência, identidade, compromisso e desempenho” (p.129), por meio da busca por independência no mercado e em seus locais de trabalho.

O sentido que Freidson (1998) atribui ao trabalho pode ser desvelado pela afirmação de que os trabalhadores possuem um “profundo compromisso com o valor de seu trabalho desenvolvido pelo profissional inteiramente socializado que dedicou a ele toda sua vida adulta” (p.106). Contudo, esse compromisso é derivado também do retorno que os atores podem esperar de sua ocupação. Torna-se relevante o reconhecimento dos clientes, ou seja, os trabalhadores necessitam da legitimidade obtida pelo reconhecimento dos outros atores, do qual dependem para a manutenção do seu *status* profissional ou ocupacional. Destarte, a própria detenção do direito de exercer determinada ocupação para Freidson (1998), funciona com um referencial identitário para os trabalhadores.

Essa importância do trabalho para a construção das identidades sociais advém de sua posição dentro das representações sociais e só pode ser compreendida no seio das relações inerentes à sua prática no campo do trabalho e também nas relações estabelecidas em outros espaços sociais. Segundo Lia Tiriba (2000) o trabalho é um elemento constituinte e constituído pela cultura, pois:

o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade na produção da vida social trazem consigo as

práticas sociais concretas e o conjunto de valores e representações que os trabalhadores interiorizam, em cada momento histórico, em sua atividade laboral e em outras redes de convivência humana. (...) temos que incluir o trabalho como elemento que constitui a cultura e que por ela está constituído. Neste sentido, a cultura do trabalho pode ser compreendida levando-se em conta tanto os elementos materiais como imateriais da produção; como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam tanto no plano econômico como no plano das relações que o trabalhador estabelece com seu trabalho, com os demais trabalhadores e com a sociedade (p.222).

As estruturas internas inerentes ao desenvolvimento do trabalho são importantes para a constituição das identidades dos trabalhadores, tanto quanto o universo de relações que se estabelecem a partir dele. As relações constituídas com outros trabalhadores e com a sociedade em geral estão diretamente vinculadas à constituição da subjetividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, de suas identidades. As representações sociais a respeito do trabalho dão forma às relações que se estabelecem a partir em seu interior ou fora. Neste sentido, pensando o trabalho como componente importante na construção das identidades sociais, o reconhecimento social do trabalho estrutura a formação da auto-imagem dos indivíduos.

De acordo com Axel Honneth (2003), os indivíduos necessitam do reconhecimento intersubjetivo para formação de uma auto-imagem positiva: “a autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, à medida que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos” (p. 200). Daí a grande importância das representações coletivas a respeito do trabalho e também do não-trabalho, pois elas atuam significativamente na construção da auto-imagem individual. Nesta perspectiva, a ideologia dominante que impregna as representações e relações sociais, desde a primeira Revolução Industrial, tende a valorizar o trabalho como forma de sobrevivência socialmente legitimada. Assim a vadiagem, ou seja, o não-trabalho, aparece como uma forma estigmatizada de se viver, como cita Robert Castel a respeito da visão dos não-trabalhadores durante o século XVI: “os vagabundos são o peso inútil da terra”. Durante a segunda metade do século XX ocorreu uma difusão da sociedade salarial e, neste caso, “os atributos vinculados ao valor do trabalho [que servem] para caracterizar os status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter se imposto definitivamente” (CASTEL 1998, p. 495-496). Juntamente com a difusão da sociedade salarial há a propagação de benefícios e direitos a que somente este grupo de trabalhadores, industriais, tinha o privilégio de possuir. Neste modelo societal tais trabalhadores atingiram um *status* amplamente desejado pelos

grupos sociais subalternos. Contudo, afirma Castel (1998), esse modelo produtivo entra em crise por volta da década de 1970. A crise do capital exigiu uma remodelação dos moldes de produção e das relações de trabalho para se manterem e ou ampliarem seus padrões de lucratividade. O modelo fordista perde a hegemonia, mas os valores sociais atribuídos ao trabalho como categoria legitimamente válida permanecem, de forma que “o trabalho continua sendo referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (CASTEL, 1999, p. 578). A importância do trabalho na vida social é medida em parte pelo sofrimento causado pelos sentimentos de vergonha e de inutilidade manifestados pelos não-empregados.

O que se pode concluir do sofrimento que expressam os que não estão empregados e da estigmatização que sofrem é que o trabalho ocupa uma dimensão importante da psicologia dos indivíduos e que o reconhecimento do valor do trabalho contribui de forma substancial para a identidade social. Para Axel Honneth (2003) a formação prática da identidade pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo, ou seja, “o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está ligado fundamentalmente à pressuposição de determinadas formas de reconhecimento por outros sujeitos” (2003, p.78). Sendo o trabalho uma categoria socialmente reconhecida, torna-se claro que as representações coletivas a respeito do trabalho têm um papel fundamental na formação da auto-imagem e do auto-respeito dos indivíduos, isto é, para sua identidade. Os indivíduos trabalham para além da reprodução de sua vida material, por reconhecimento moral. Esse reconhecimento precisa ser intersubjetivo e socialmente legitimado. Desse reconhecimento deriva a estima social que, para Honneth (2003) compreende: “as propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais [podemos dizer, ocupacionais] requerem um *médium* social que deve expressar as diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal, isto é de maneira intersubjetivamente vinculante”. (p. 199) Isto é, as diferenças individuais ademais de ser um direito, necessitam de reconhecimento para os que os sujeitos se sintam socialmente integrados.

A importância do reconhecimento intersubjetivo proveniente da atividade laboral também é destacada por Cristophe Dejours: “em sua maioria, os que trabalham, se esforçam por fazer o melhor, pondo nisso muita energia, paixão e investimento pessoal” e esse investimento que o indivíduo faz em seu trabalho precisa ser reconhecido para que adquira sentido e “possa ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade” (2000, p. 34).

Claude Dubar (2005) também reconhece uma dimensão importante do trabalho na formação da identidade, enfatizando que, “para realizar a construção biográfica de uma identidade profissional e, portanto social, os indivíduos devem entrar em relações de trabalho, participar de alguma forma das atividades coletivas em organizações, intervir de uma maneira ou de outra em representações” (p. 151). Assim como Bourdieu (2007), Dubar (2005) também admite uma dimensão de conflito, relacionada às posições ocupadas pelos indivíduos na esfera do trabalho, que resultam na construção processos de identificação profissional. Existe uma “experiência relacional social do poder”, na qual os indivíduos ambicionam o reconhecimento intersubjetivo num ambiente de acesso desigual. Desta forma, para Dubar “é possível, formular a hipótese de que o investimento privilegiado em um espaço de reconhecimento identitário depende estreitamente da natureza das relações do poder nesse espaço e da posição que nele ocupam o indivíduo e seu grupo de pertencimento” (2005 p. 150).

A dimensão do conflito que perpassa todos os campos sociais encontra relativa importância dentro no campo do trabalho, onde os indivíduos estão constantemente em busca de legitimidade da sua distinção. Bourdieu confirma esta luta em busca de legitimidade no interior do campo profissional:

o mesmo é dizer que as transformações dos cargos – e de seus ocupantes – são acompanhadas, inevitavelmente, por um verdadeiro trabalho simbólico, cujo objetivo consiste em fazer com que sejam reconhecidos nas representações, portanto, por uma luta permanente entre aqueles que entendem impor um novo sistema de classificação e os defensores do antigo. [...] em matéria de cultura, os investimentos não são somente econômicos, mas também psicológicos. (BOURDIEU 2007, p.291).

Além das relações inerentes à organização e às situações de trabalho, estão as relações externas que adquirem uma importância fundamental na construção das identidades, pois estabelecem um importante referencial no qual os sujeitos constroem suas representações sociais a respeito do ser humano moralmente imputável. Tais representações estão incrustadas no próprio processo histórico, pois que o trabalho como citado anteriormente, é um fator de construção cultural do ser humano.

O sentido do trabalho assume assim, para além da realização subjetiva, da necessidade espiritual de encontro, de realização consigo mesmo, um dever moral para com a sociedade. Desta forma explicita-se a relação fundamental que o trabalho possui na formação de uma auto-imagem positiva através do reconhecimento intersubjetivo dos sujeitos. Segundo Dejours

(2000) “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham. Muito pelo contrário, mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho” (p. 34).

Contudo, é necessário reconhecer que a formação das identidades não está circunscrita às relações de trabalho. Para Dubar (2005) é impossível dissociar a construção da identidade coletiva da individual, já que ambas se constroem por um mesmo processo, ou seja, por meio de uma “transação interna e externa entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage” p.133. Para compreendermos a construção identitária é preciso assumir como ponto de partida que a identidade é relacional. O autor ressalta a idéia de que a identidade apresenta um aspecto processual permanente, ou seja, que ela nunca se torna totalmente conclusa, já que o meio social com o qual o indivíduo se relaciona e constrói suas identidades também é movediço.

Dubar (2005) aprimora a idéia de identidade interacional ressaltando, assim como Honneth (2003), que o processo de identificação necessita do reconhecimento intersubjetivo, isto é, “a identidade para si é correlata ao Outro [...] nunca sei quem sou a não ser no olhar do outro” (2005, p.135). Por conseguinte, a identidade nunca pode ser totalmente concluída, já que “Eu nunca posso ter certeza de que minha identidade para mim mesmo coincide com minha identidade para o Outro” (Dubar 2005, p. 135). Apesar desta compreensão da identidade aparentemente remeter a uma perspectiva psicológica, Dubar (2005) rechaça essa idéia ao afirmar que “essa relação identidade para si/identidade para o outro [deve ser restituída] ao interior do processo comum que a torna possível e que constitui o processo de socialização” (2005, p.136). Desse modo a identidade deve ser compreendida como o “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições” (idem, p.136).

Para Dubar os processos identitários implicam numa divisão do Eu, através de atos de atribuição ou de atos pertencimento de categorias socialmente disponíveis. Podemos ou não aceitar a imputação de categorias institucionais, pelo fato de que não há uma correspondência necessária entre essas categorias socialmente produzidas e a historia individual. Contudo, existe a necessidade de que essa “identidade predicativa de si” seja referida “pela e na atividade com os outros, o que implica um sentido um objetivo e/ou uma justificação, uma necessidade que um indivíduo é identificado e levado a endossar ou a recusar as identificações que recebe dos outros e das instituições” (DUBAR, 2005, p. 138).

Existem dois processos heterogêneos de constituição da identidade: de atribuição e de incorporação. Os processos de atribuição “só podem ser analisados no interior dos sistemas de ação” (DUBAR, 2005, p.139). Analogamente a Pierre Bourdieu (2007) quando utiliza sua teoria de espaços sociais, Dubar defende que os sistemas de ação implicam sempre numa relação de poder na qual determinadas categorias são legitimadas e, se formalizadas, resultam numa rotulagem imposta coletivamente aos atores implicados. Já a incorporação é o resultado de uma interiorização ativa de uma identidade pelos indivíduos e depende das trajetórias sociais individuais. Estas remontam à história de vida dos indivíduos na e pela qual eles constroem suas ‘identidades para si’ e suas ‘identidade sociais reais’. Essas identidades também não prescindem da legitimidade para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual ele se refere.

Tanto a atribuição como a incorporação não são processos necessariamente coincidentes. Isto quer dizer que, caso o indivíduo não receba o reconhecimento da sua identidade incorporada, ele buscará estratégias que diminuam a discrepância entre as duas tanto externamente frente à coletividade tanto subjetivamente frente às suas identificações internas. “A construção das identidades se realiza, pois, na articulação entre os sistemas de ação, que propõem identidades virtuais, e as trajetórias vividas, no interior das quais se forjam as identidades reais às quais os indivíduos aderem” (DUBAR 2005, p.140-141). A perspectiva sociológica desenvolvida desta forma leva à articulação entre esses dois processos, de maneira que tal negociação torna-se o ponto central do processo de construção das identidades sociais; portanto embora esses dois processos sejam independentes, é essencial que haja uma “articulação entre as duas transações”. As “configurações identitárias” são elementos psicológicos parcialmente estáveis, mas nunca conclusos, (id., p.141). Deste modo, pode-se afirmar que, embora dependentes dos processos de atribuição e rotulagem e mesmo da própria socialização, existe uma negociação identitária na qual os indivíduos escolhem entre o universo de categorias socialmente legitimadas. Ainda que os dois processos sejam heterogêneos, ambos utilizam a tipificação. Este recurso afirma-se sobre tipos identitários que variam de acordo com os espaços sociais e com as temporalidades biográficas. Segundo Dubar (2005), não há, a priori, uma hierarquização dos diferentes campos de identificação, tampouco se pode “estabelecer correspondências entre as posições internas aos diferentes campos” (2005, p.144). Assim, a tipificação das identidades sociais sofre variações históricas referidas a movimentos que interferem nos modelos sociais. Desta forma, os tipos sociais devem estar relacionados e principalmente devem “ser apreendidos a partir das identificações reais dos indivíduos entre si e para si próprios” (2005, p.145).

Claude Dubar (2005) confere uma relativa importância ao trabalho na trajetória da socialização: “os modos de construção das categorias sociais a partir dos campos escolar e profissional adquiriam tal legitimidade porque as esferas do trabalho e do emprego [...] e também da formação constituem áreas pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos” (p.146). Embora a primeira identidade seja forjada biologicamente (sexo, cor), também ocorre por aspectos étnicos herdados da família, porém, é através das atribuições do grupo social escolar que o sujeito vivencia sua primeira identidade social. O processo de construção da identidade é marcado por continuidades e rupturas e a descontinuidade apresentada pela saída da escola para o mercado de trabalho configura-se como um momento de destaque, pois contribui fortemente para a formação de uma identidade autônoma. As condições históricas de acesso ao mercado de trabalho são fundamentais para a formação da identidade profissional. Neste caso, sua constituição básica fica muito comprometida sob as condições atuais do mercado já que a falta de relações de trabalho estáveis são colaboram substancialmente para a construção identitária.

Dessa maneira, assim como o *habitus* para Pierre Bourdieu (2007), a construção das identidades concretiza-se, segundo Dubar, dentro do espaço-tempo, em que todos os sujeitos estão inseridos e remontam não só à herança dos pais, mas ao processo de socialização, no qual ocorrem as tipificações a que os sujeitos são submetidos. Contudo, também é referida a todo processo relacional, no qual se sobressai a necessidade de reconhecimento intersubjetivo “em um momento dado e no interior de um espaço determinado de legitimação” das identidades. Assim, “a identidade social não é transmitida por uma geração á seguinte, cada geração a constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através por meio das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente”. É por isso que as relações estabelecidas “no campo do trabalho, do emprego e da formação” contribuem de forma relevante para “legitimidade e reconhecimento da identidade social e para a atribuição dos *status* sociais” (2005, p.156).

Dubar (2005), assim como Honneth (2003), defende a relevância dos aspectos interacionais para a construção da identidade. Para ambos o processo de auto identificação é dependente do reconhecimento intersubjetivo, na medida em que o indivíduo incorpora elementos identitários de categorias socialmente reconhecidas e por sua vez deseja o reconhecimento dos outros para suas escolhas. Todavia, o indivíduo não é passivo diante das identidades que lhes atribuídas, buscando assim formas de atender ou refutar as expectativas que outros sujeitos. É por isso que, segundo Dubar (2005), a formação da identidade nunca é

totalmente concluída, já que o indivíduo jamais possui a certeza de que sua identidade para si seja a mesma que lhe é atribuída pelos outros atores.

Ao analisar o peso da identidade profissional na vida dos sujeitos, Bernard Lahire (2002) ressalta o valor do universo ocupacional. Neste caso, a identidade aparece como uma forma de distinção. A busca pela distinção dos trabalhadores é orientada pela tentativa de manutenção de uma identidade dentro do campo profissional, principalmente no que diz respeito aos que não pertencem ao grupo. Isto ocorre porque “existe uma fragilidade nesses laços, à medida que nas sociedades diferenciadas os membros desses grupos se relacionam com outros grupos e mesmo dentro do ambiente de trabalho convivem com os não profissionais” (p.29). Assim,

os membros do grupo são obrigados a criar separações institucionais se não quiserem ser penetrados por lógicas exógenas. O contato prolongado com essas outras lógicas efetua-se no âmbito das trocas regulamentadas, institucionalizadas, situam os leigos no terreno dos profissionais, e não no terreno dos encontros de igual para igual, no decorrer das interações onde todos os pontos de vista se equivalem. [...] Para resistir àqueles que, muitas vezes, lhes opõem crenças e tradições coletivas é preciso que se apoiem em crença e tradições próprias do seu grupo (LAHIRE 2002, p.28).

O reconhecimento intersubjetivo aqui deve aparecer como o reconhecimento ou legitimidade da alteridade. E a busca de distinção se dá por meio de marcadores de diferença entre os membros do grupo e os leigos. Os marcadores da diferença no interior do campo profissional aparecem não só como a detenção de um conhecimento especializado, mas também como objetos físicos que separam os profissionais dos não profissionais - roupas, linguagem, lugares separados e diferenciados – servem para impedir as influências de fora. (LAHIRE, 2002).

Do que precede pode se concluir que, embora a atualidade traga diversas modificações que afetam as relações de trabalho, trazendo novas lógicas, elas ainda não foram suficientes para mudar as próprias representações sociais sobre o trabalho. Como elemento classificado e classificatório, o trabalho não perdeu sua força explicativa reguladora de atitudes e como tal, referência para construção de identidades sociais. As representações coletivas funcionam dentro e fora do universo do trabalho nas inter-relações que ajudam a estabelecer corroborando para o engendramento de atitudes sociais, sendo o próprio trabalho constituído por tais representações.

## **2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS**

O desenvolvimento do setor turístico não ocorreu independentemente dos acontecimentos históricos, ao contrário ele está intrinsecamente ligado aos processos econômico, sociais e culturais. Os aspectos culturais ligaram o fenômeno a um *habitus* de uma classe social privilegiada, utilizado então como forma de distinção social. Os aspectos culturais também foram responsáveis pela mudança de pensamento que numa nova fase do capitalismo instigou o surgimento do ecoturismo. Já os aspectos econômicos propiciaram a sua disseminação para as classes sociais menos privilegiadas causando o fenômeno chamado de turismo de massa que é atualmente contestado pelos movimentos ambientalistas. As políticas públicas tiveram um papel muito importante nesse desenvolvimento.

### **2.1 – Reestruturação trabalhista e o crescimento do setor de serviços**

Embora se viva um período de intensas modificações no mundo do trabalho evidencia-se uma coexistência entre produção fordista e a produção flexível. Por outro lado, a reestruturação produtiva trouxe consigo a ampliação significativa do setor de serviços. Isso ocorre à medida que o setor secundário atinge altíssimos índices de produtividade através da mecanização e da automação, dispensando desta forma boa parte de sua mão-de-obra. O setor industrial, que historicamente apresentava trabalhadores e sindicatos mais combativos e organizados, sofre com as inovações no mundo do trabalho. Ocorre uma desestruturação à medida que a terceirização implica numa fragmentação da produção e, por conseguinte, dos trabalhadores e sindicatos. Em contrapartida, o setor de serviços é o que apresenta o maior crescimento em absorção de mão-de-obra, segundo Hildete Pereira de Melo, et al, o “Brasil tornou-se, nas últimas décadas, uma economia na qual o setor de serviços representa quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória semelhante à evolução econômica dos países desenvolvidos” (1998, p.1). Uma atividade do setor de serviços que já vem crescendo nas últimas décadas, o turismo, que sem dúvidas já se consolidou como uma atividade hegemônica. É praticado em quase todo mundo, sendo a principal atividade geradora de postos de trabalho e renda em alguns países, certamente como fruto das diversas transformações econômicas, tecnológicas e sociais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e acentuadas a partir da década de 1970. A ampliação da prática do turismo está ligada a um conjunto de conquistas trabalhistas principalmente relacionadas como a redução da jornada de trabalho, férias e aposentadoria

que permitiram um maior desfrute de “tempo livre”<sup>5</sup> pelos trabalhadores, mas também como resultado da evolução nos meios de transporte e comunicação. Esses acontecimentos propiciaram o aumento da clientela e dos destinos turísticos.

Em sintonia com o resto do mundo, no Brasil a prática turística vem ampliando seu alcance para diversas modalidades e localidades que antes eram consideradas não significantes para estas atividades. Os espaços rurais e naturais têm se tornado parte do imaginário turístico, que hoje motiva os indivíduos na busca do pitoresco em comunidades do interior. Esse imaginário contrasta com a prática turística hegemônica ligada principalmente com o patrimônio cultural urbano das classes dominantes: “as cidades não são apenas importantes núcleos emissores de turistas. Na verdade, os grandes pólos urbanos emissores de turistas têm se destacado, também, nas estatísticas de turismo como importantes pólos receptores de fluxos” (CRUZ, 2003, p. 15). Embora o turismo em áreas rurais não seja um fenômeno recente, somente após a década de 1970 ele se apresenta de forma relevante. Esta mudança de valor das áreas naturais tem como origem a consciência de uma crise ambiental, principalmente durante a década de 1970, e foi responsável pela revalorização dos recursos naturais, especialmente dos países menos industrializados. Neste sentido, criaram-se novas representações a respeito das comunidades rurais como portadoras de um saber viver harmônico com a natureza. De acordo com Cristóvão (2002), o meio rural assumiu uma nova identidade, passando de simples fornecedor de alimentos agrícolas a modo de vida ecologicamente orientado. Essa mudança de perspectiva gerou uma nova demanda por ambientes naturais e por atividades tradicionais do meio rural, o que tem levado gestores públicos a incentivarem a implantação do turismo em municípios de pequeno porte.

Como fenômeno social o turismo introduz modificações na dinâmica dos espaços físicos e sociais. O fluxo populacional modifica-se com a chegada dos visitantes, a rotina local muda, cresce a demanda por serviços sociais que atendem aos turistas, mas também à comunidade local (postos de saúde, saneamento básico, linhas de ônibus), postos de gasolinas, farmácias, açougues etc., são necessários à nova demanda. O turista modifica o cotidiano local, interfere nas tradições e nos costumes. Como atividade do setor de serviços espalha-se pelo mundo nas mais variadas localidades. Cria novos postos de trabalho, mas também contribui para a extinção de outros, como é o caso de várias comunidades pesqueiras<sup>6</sup> que

---

<sup>5</sup> Sobre tempo livre ver: CASTELLI, Geraldo. A liberação do tempo. In: \_\_\_\_\_. **Turismo: atividade marcante**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001 e RODRIGUES, Adyr Balastri. Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação. In: \_\_\_\_\_. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>6</sup> Maria Geralda de Almeida é uma das autoras que fez a análise do avanço do turismo sobre o litoral nordestino, um exemplo dessa discussão pode ser encontrada em ALMEIDA, M. G. de. Turismo no Ceará: Reflexões sobre

abandonaram suas atividades por influência do turismo. Como setor de ocupação emprega direta e indiretamente milhares de pessoas em diversas atividades formais e não formais, relacionadas principalmente ao setor de serviços de hospedagem e alimentação, mas também a outros. Na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) encontram-se listadas diversas atividades ligadas ao setor, já que a atividade turística demanda diversos tipos de serviços, como condução de visitantes, hospedagem e alimentação, além de outros serviços de apoio ligados a postos de combustível, hospitais e farmácias.

A expansão do fenômeno turístico sobre os ambientes rurais tem se tornado objeto de estudos de várias ciências como Antropologia, Economia, Geografia, Sociologia etc. Estes estudos têm objetivos diferenciados, ora observando as possibilidades de desenvolvimento econômico-social ora denunciando os impactos negativos sobre as populações receptoras. Admite-se aqui como impactos as mudanças causadas pela atividade turística nos modos de vida das comunidades locais nas esferas políticas econômicas e sócio-culturais. As localidades turísticas sofrem diferentes impactos dependendo do seu porte e da sua infraestrutura. Em geral, os municípios de pequeno porte possuem uma vulnerabilidade maior às modificações provocadas pelo turismo, pois sua dinâmica social está comumente ligada a atividades tradicionais; que por vezes são deixadas de lado após a chegada do turismo, além disso, normalmente não existe uma infra-estrutura receptiva consolidada, o que exige grandes adequações à nova demanda. Ademais, há uma grande diferença nos modelos de vida de visitantes e visitados, o que pode causar choques culturais.

## **2.2 – A expansão turística sob a égide do capitalismo flexível**

O século XX testemunhou um acentuado desenvolvimento tecnológico que modificou as formas de produção. As novas técnicas propiciaram um novo salto na produtividade da indústria e, nas áreas rurais o processo de mecanização provocou a modernização agrícola. Esse fenômeno teve efeitos perversos tanto nas zonas rurais quanto urbanas acelerando o movimento de urbanização. O aumento da produtividade desencadeado pelas técnicas e maquinação de produção agropecuária levou à liberação de mão-de-obra, a princípio absorvida pelo crescimento da indústria, mas que posteriormente se transformou em exército de reserva. No Brasil o fenômeno foi sentido com maior intensidade na década de 1970.

---

o processo e implicações para o litoral cearense. In: Caderno Norte-rio-grandense, Temas da Geografia. Natal: v-8, n.1, janeiro/dezembro, 1994. p.36-44.

Sobre a crise dos anos 1970 afirma Adyr B. Rodrigues (2002), “o modelo fordista torna-se insustentável [...]. As grandes plantas industriais começam a dar lugar a instalações físicas menores com menos operários [...]. Daí deriva a produção flexível e a terceirização, contando com a força de trabalho precarizada para fugir das leis trabalhistas” (p.15). O problema tornou-se mais grave na medida em que o aumento da produtividade somou-se ao processo de urbanização que se vinha acentuando desde as décadas anteriores; a crise provocou a queda do número de empregos formais, o crescimento da informalidade e o aumento do desemprego.

De acordo com Paiva (2000), na década de 1960 houve uma grande euforia nos países de capitalismo tardio que possuíam potencial turístico natural pelo menos até o início da década de 1970; todavia “a crise do petróleo e a recessão econômica de 1974-1975” elevaram o “preço dos transportes e indiretamente outros serviços turísticos” provocando dessa forma a “retração dos fluxos turísticos” (p.30). O período também foi marcado pela conscientização e discussão sobre os impactos ambientais causados pelo intenso desenvolvimento econômico, principalmente dos países de capitalismo avançado, mas que teve suas repercussões também no Brasil. Em Estocolmo, 1972, é realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, onde foram acolhidas propostas para a proteção dos patrimônios culturais e naturais da humanidade. Esses eventos foram decisivos para os novos rumos que o turismo iria tomar mudando as concepções sobre o turismo de massa e assumindo novas bases dentro do modelo de desenvolvimento do capitalismo flexível.

Todavia, o problema da falta de postos de trabalho permanecia e durante a década de 1980 as políticas de turismo no Brasil tomam novos rumos. O problema do desemprego e das desigualdades regionais causadas pela industrialização concentrada em determinadas áreas persistia. Os gestores públicos incentivados pelos números positivos do turismo, decidiram investir neste setor na expectativa de arrecadar divisas e amenizar o problema do desemprego e das disparidades regionais. De fato, a primeira “política nacional de turismo, objetivamente consubstanciada surgiu apenas em 1966, com o Decreto-lei n. 55” (Cruz 2002, p. 31), quando foram criados os primeiros órgãos de regulação do turismo, entre eles a EMBRATUR. No entanto, essa iniciativa do governo limitou-se ao estímulo à indústria hoteleira e foi somente em 1988 que o turismo tomou espaço na constituição brasileira. Embora essa iniciativa tenha demonstrado o crescimento do interesse político pelo setor turístico foi apenas na década de 1990 que, segundo Rita de C. A. da Cruz, “uma política de turismo de verdade, ou seja, que tem objetivos, diretrizes e estratégias claramente estabelecidas, que abarca o turismo em toda sua complexidade [...] efetivamente, sai do papel” (2002, p. 31).

As ações políticas em prol do crescimento turístico no Brasil foram justificadas pela sua capacidade de desenvolvimento econômico “sustentável”<sup>6</sup>, os projetos e programas referentes ao turismo deveriam desencadear a elevação do número de empregos e favorecer ao desenvolvimento econômico e social “posto que o governo vem anunciando o fomento ao turismo como uma das armas a serem usadas no combate as desigualdades sociais e disparidades regionais existentes no território brasileiro, e como um dos instrumentos na busca do desenvolvimento sustentável no país” (Silveira 2002, p.40).

O crescimento do turismo no Brasil já ocorreu, no entanto, dentro de uma nova ordem de desenvolvimento econômico regida pela lógica da produção flexível. Neste sentido é provável que grande parte dos postos de trabalho no setor não sejam estáveis nem formalizados. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007), no seu diagnóstico sobre a mão-de-obra ocupada no setor turismo evidenciou-se que “a mão-de-obra formal do turismo, incluindo celetistas, militares e estatutários, era minoritária, se comparada com o restante das pessoas ocupadas no turismo” e que “a evolução observada ao longo do período 1996-2002 favorecia a geração de postos de trabalho não protegidos pela legislação trabalhista, segmento que, nesse documento, foi chamado de ocupação informal” (p.4-5).

### **2.3 – Turismo e consciência ecológica: elementos de estruturação de representações sociais**

A prática turística vem sofrendo mutações desde a sua origem. No limite pode-se dizer que a origem do turismo está no desejo de estranhamento que há em todo em todo deslocamento. Em sua origem o ser humano era inerentemente nômade, a caça, a coleta e a procura por abrigos forçavam-no a um deslocamento contínuo. Foi através do conhecimento da agricultura e da domesticação de animais que essa realidade se transforma, isto é, se a necessidade o fez escravo da natureza a cultura o fez prisioneiro da terra. Todavia, afirma Castelli (1975), “o turismo nasceu quando o homem percebeu que tinha para si um espaço imenso e que nele poderia movimentar-se. Viajar tornou-se desde logo um hábito inerente ao

---

<sup>6</sup> Essa é uma expressão polêmica e alguns autores como Arlete Moyses Rodrigues a consideram contraditória “uma atividade econômica não pode ser portadora da potencialidade de sustentabilidade, mesmo que se tenha a idéia de que a atividade turística será apenas ‘consumo contemplativo’ da paisagem, pois o que está em questão não é a capacidade humana de pensar, mas os lucros e as divisas obtidos pelas atividades econômicas presentes também no turismo” (Moyses 2000, p.175).

ser humano, fazendo dele [novamente] um nômade” (p.9). Os primeiros conhecimentos a respeito de deslocamentos humanos na sociedade ocidental, remontam à antiguidade, “sendo os motivos os mais variados, de acordo o momento histórico: econômicos (descobrimto e conquista de novas terras), religiosos (as Cruzadas), culturais (deslocamento dos filósofos e artistas), esportivos que também eram políticos (os Jogos Olímpicos) e aqueles totalmente políticos (acordos, tratados, reafirmação das soberanias)” (Paiva 2000, p.17). Afirma Castelli (1975) que os Jogos Olímpicos, na Grécia Antiga, aconteciam em homenagem a Zeus e a população recebia a todos os viajantes com hospitalidade. Na Roma Antiga, os romanos criaram sistemas de comunicações, e quando recebiam forasteiros determinavam um guia para se responsabilizar por sua estadia. Também possuíam um ‘calendário de eventos’ que atraíam à cidade vários visitantes, contanto por isso com um sistema de hospedagem. De acordo com Castelli (1975) paralelamente as estruturas de lazer os romanos “criaram também uma estrutura de gastos”(p.11). Paiva (2000) ressalta que “no século XVI, a Renascença italiana e as grandes descobertas levaram muitos europeus a viajarem, seja motivados pela cultura, seja pela ambição de realizar ‘negócios’” e as viagens de “estrangeiros ao Brasil e a outros países da América Latina, África e Ásia datam dos séculos XV e XVI”, essas localidades eram “objeto de curiosidade” de pessoas que chegavam em busca de conhecimento, aventura ou de realizarem grandes negócios (p.13).

Para Castelli (1975) foi no século XVIII que a invenção da máquina a vapor e o desenvolvimento de técnicas mais refinadas que a vida da população começou a mudar com o processo de urbanização e que as grandes concentrações humanas começaram a gerar tensões, distúrbios, frustrações e tédio “o homem tornava-se padronizado e sedentário. E a máquina que o substituía quase anulava uma de suas faculdades essenciais – criatividade” (p.11).

Todavia, é também através dessa revolução tecnológica e de mudanças nas relações de trabalho que o advento do turismo “de forma organizada e comercial” se torna possível; para tanto foram cruciais os “avanços nos transportes e nas comunicações, bem como as técnicas mercadológicas que permitiram o aperfeiçoamento do setor turístico e toda *entourage* que o cerca do ponto de vista econômico” (Paiva 2000, p. 17-18).

Entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais o turismo viveu um período de estagnação. Todavia esse quadro muda radicalmente após a década de 1950. De acordo com Becker (2001) “a expressão madura do turismo pressupõe a moderna sociedade capitalista” (p.2). Foi no século XVIII, que a expansão “da acumulação de capital e das inovações da tecnologia de transporte, com a ferrovia e a navegação a vapor que os grupos sociais puderam gastar dinheiro com o turismo tal como nós hoje entendemos tal atividade” (p. 2). Becker

afirma que nesse período aparecem os primeiros agentes e empresas voltados à organização do turismo. Segundo a autora, o turismo começa torna-se mais uma nova oportunidade de acumulação, baseada em um “novo produto capaz de agregar-se aos espaços produtivos pré-existentes de acumulação capitalista, sem competir diretamente com eles” (idem, p.2-3). Todavia, foi no século XX especificamente, após as grandes guerras mundiais que o turismo começou a tomar as dimensões atuais. Essa modificação ocorre juntamente com as mudanças nos níveis e padrões de consumo favorecidos pelo *welfare state*. Essa configuração social encontrada em alguns países capitalistas centrais “apoiou sobre a regulação do trabalho, a limitação do seu tempo, as férias remuneradas, a aposentadoria, e a legislação social, bem como os novos horizontes de possibilidades abertos com o avião” (idem, p.3). Para Becker estes eventos foram determinantes para o surgimento do turismo de massas.

O turismo de massas surge assim como corolário de uma série de transformações políticas e sociais resultantes do pós-guerra. De acordo com Faria e Santiago (2002) após o final da Segunda Grande Guerra surge uma “nova ordem econômica internacional” fundamentada no crescimento e na reconstrução dos territórios destruídos pela guerra. Esse modelo desenvolvimentista implantado mostrou estabilidade por algumas décadas, de 1950 até 1970. Durante esse período ocorreu um acentuado grande crescimento na economia mundial, em decorrência da elevação dos níveis de produção e de exportações. Mas esse aumento de produção necessitava de um correspondente aumento de consumo para as novas mercadorias para tanto foi criado o *american way of life*<sup>7</sup> que foi exportado como valor cultural para todo o mundo através do cinema. Outro fator que também propiciou o aumento do consumo foram as políticas sociais do *welfare state*, que entre outras garantia um nível mínimo de qualidade de vida através de políticas assistencialistas estatais. O aumento da produção e do consumo de bens foi e é um dos fatores de degradação do ambiente.

De acordo com Faria e Santiago (2002) o turismo como um produto a ser consumido também converge para essa lógica e, entre décadas de 1950 e 1970 ocorre uma verdadeira massificação desta atividade cujos objetivos são várias localidades do mundo, agora tornadas mais próximas pelos vôos alugados e pacotes turísticos que levavam milhares de turistas às mais longínquas localidades do planeta.

---

<sup>7</sup> Os EUA do pós-guerra, obcecados pela aquisição de bens de consumo, criaram uma variedade de instituições consumistas que iam desde os supermercados até as garrafas de Coca-Cola. Esse estilo de vida consumista e material do homem médio norte-americano, fruto de propaganda intensiva através dos meios de comunicação de massa, acabou sendo sintetizado em uma expressão: *american way of life* (estilo de vida americano) (p.18, BRANDAO e DUARTE, 1990).

É desta forma que, depois da Segunda Guerra Mundial, as viagens tornaram-se uma prática de destaque espaço no panorama mundial e passaram a influenciar de forma relevante as relações econômicas, sociais e políticas das sociedades. Ainda de acordo com os autores o lazer, que antes desse momento era a “principal motivação para a realização das viagens perde espaço pra as novas motivações que surgem nesse momento, caracterizadas pelas viagens de negócios, pelos intercâmbios científicos, tecnológicos e os eventos” (Faria e Santiago, 2002, p. 74). Também durante esse período aparece uma grande onda de manifestações sociais com destaque para os movimentos contraculturais que eram também movimentos políticos, com engajamento principalmente da juventude. Eram movimentos contestatórios do *american way of life*, mas também reivindicatórios por igualdade direitos para as minorias, notadamente dos negros, das mulheres e também ambientalistas.

Em 1972, na cidade de Estocolmo, dá-se a primeira conferência das Nações Unidas cujo objetivo era discutir os problemas ambientais e definir formas de desenvolvimento sustentáveis. De acordo com Faria e Santiago (2002), é a partir da década de 1970 que surgem, nos grandes centros urbanos, pessoas altamente dedicadas à defesa das questões ambientais. No Brasil, esse movimento pôde ser notado especificamente entre os intelectuais e universitários apesar da repressão da ditadura militar. Partiu dessas pessoas a iniciativa de buscar formas de lazer e aventuras em localidades próximas ao seu entorno regional. Para Faria e Santiago (2002) esse tipo de viagem é que dá início ao ecoturismo brasileiro.

É no final do século XX, que a consciência ambiental amplia-se e de acordo com Becker (2001), ocorre uma “mudança de significado da natureza” passando ser considerada um “capital” de realização atual ou futura, ou reserva de valor, como as grandes reservas de natureza dos países de capitalismo tardio. Segundo a autora elementos como a água e a biodiversidade passam a ter outros valores e “desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo” (p.3).

Essa nova representação social da natureza é fomentada durante a década de 1980 quando, de acordo com Faria e Santiago (2002), “situações desastrosas envolvendo a temática ambiental tornam-se cada vez mais freqüentes em várias partes do mundo” (p.76). Segundo os autores:

a partir de 1992, observa-se que a dimensão ambiental ganha enorme representatividade no processo de globalização e passa a exercer significativa influência no direcionamento das políticas ambientais no âmbito mundial e nacional, dando início a uma nova fase, que reflete de forma direta na atividade turística. A Eco 92 resgata o interesse pelo turismo ecológico, já praticado por um número significativo

de pessoas, e recebe uma grande influência ambientalista incorporando princípios conservacionistas em seu conceito, sob a nova designação de “Ecoturismo”. (Faria e Santiago 2002, p.76)

De acordo com Becker (2001) esse novo sentido da natureza está criando “um novo mercado turístico, o chamado ecoturismo”; essa modalidade turística é caracterizada por indivíduos que possuem um desejo de retorno à natureza, “nela inserindo-se sem deformá-la, desfigurá-la ou depredá-la”. Para Becker esse retorno acontece “de forma turisticamente organizada” (p.3) em localidades eleitas por sua singularidade.

O Brasil se destaca, nessa modalidade turística, por suas áreas naturais preservadas pela grande extensão de zonas costeiras, fazendo daqui uma importante destinação turística. Segundo Becker, a política nacional do meio ambiente instituída em 1981 foi um passo decisivo para a articulação entre turismo e a questão ambiental. Em 1987 a Embratur cria “oficialmente um novo produto no mercado, o turismo ecológico” (p.5). A Conferência Mundial Rio-92 fortalece as demandas ambientalistas, corroborando assim para a proclamação de novas leis que regulamentam o setor turístico. Essa nova regulação promove, entre outras coisas, a descentralização do setor, de forma que a Embratur deixa de um órgão legislador e executor do turismo, é também nessa nova regulamentação que se cria o Plano Nacional de Turismo – Plantur cujo objetivo era o desenvolvimento regional baseado “na diversificação e na distribuição geográfica da infra-estrutura, que estava altamente concentrada no sul e no sudeste” (Becker 2001, p.5). Segundo Faria e Santiago (2001) em 1994 “é formado o Grupo Interministerial de trabalho na área do ecoturismo, reunindo técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e da EMBRATUR” (2002, P.72). Esse grupo contou ainda com apoio do setor privado como ONG’s e outros agentes com interesse no ecoturismo no Brasil. Cria ainda a definição de ecoturismo que irá orientar as ações políticas de regulamentação e estímulo à atividade no Brasil definindo o mesmo como "um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas". (Grupo de Trabalho Interministerial, 1994)

As políticas para o ecoturismo aparecem em um momento pleno questionamento da atividade turística. Como é possível notar através do pensamento de alguns autores como por exemplo Mendonça (1996):

O turismo [...], assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sócio-cultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias primas e transferência para outros locais de exploração. (p.19)

Destaca Luchiarri (2000) que o turismo mitifica os lugares, isto é, o “meio ambiente, tão valorizado nas aspirações do fazer turismo, transformou-se no mito que o mercado turístico vende, as cidades incorporam e os diferentes grupos sociais consomem” (p.37). Rodrigues também ressalta uma ampliação do significado da prática turística em espaços não urbanos e para isso demonstra “uma necessidade, cada vez mais estimulada pelos meios de comunicação de massa, do retorno a uma vida bucólica que processo avassalador de urbanização não tem condições de conservar” Essa mudança de significado do turismo é proveniente da “conscientização e reivindicação ecológica pelo qual passam as sociedades ditas avançadas e, portanto, altamente urbanizadas, onde impera uma cultura baseada no culto ao individualismo” (p.86). De acordo com Almeida (2000) não se pode desassociar e mesmo opor natureza e cultura pois “a cultura contém em seu bojo a compreensão e leitura da natureza” (p.54). Ou seja, os tipos de valoração que o ambiente recebe dependem das representações sociais que os grupos sociais lhes conferem. Segundo Almeida (2000) o marketing turístico é um dos responsáveis pela criação dessas representações na medida em que “o desejo de desterritorializar-se [é] suscitado pela imagem que o turismo cria, a propaganda que lhe dá corpo, faz com que o homem procure cada vez mais a fantasia, o exotismo, a nostalgia, sendo a natureza o que mais se presta a atender os apelos do imaginário.” (p.55).

Desta forma, é que o ser humano retorna a sua primeira “natureza” nômade, deixando por alguns momentos de ser sedentário. Mas a prática turística assim, como toda forma de consumo, é eminentemente também consumo e por isso também destruição da natureza. Durante o período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial os programas de reconstrução dos países destruídos por ela juntamente com a política do *american way of life* e do *welfare state* foram responsáveis pelo aumento de consumo de mercadorias, entre elas o turismo que se torna de massas, que se mostrou insustentável e entre outras causas provocou o surgimento de movimentos sociais bastante contestadores que ficaram conhecidos como contracultura. Desses movimentos emergem com toda força na década de 1970 os movimentos ambientalistas que reorientaram os rumos das políticas de turismo no Brasil e no mundo. O movimento em prol de um “desenvolvimento sustentável” criará e tornará o ecoturismo uma

prática politicamente correta, isto é, que ajuda a criar um novo valor a natureza, não mais como matéria prima para indústria, mas como bem em si.

Esse processo de conscientização, mas também de mercadorização da natureza lhe atribuiu novos valores no interior das representações sociais.

#### **2.4 – Políticas públicas e o desenvolvimento do turismo no estado de Goiás**

De acordo com Almeida (2002), no início da década de 1970 foram tomadas as primeiras medidas efetivas “para tornar o turismo [em Goiás] um instrumento de desenvolvimento econômico e social” (p.200). Nesse período foram criados o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT), com o intuito de diagnosticar as localidades goianas com maior potencialidade turística. “A preocupação maior do GTT era fornecer os elementos para a criação de um Sistema Estadual do Turismo” (p.201). As regiões eleitas por este grupo foram: o Vale do Araguaia, Caldas Novas e as cidades históricas de Goiás e Pirenópolis, que já possuíam um princípio de práticas turísticas. Já no fim da década de 1970 e início da década de 1980 “procurou-se dinamizar o turismo com estímulo a iniciativa privada” (p.201) e o governo estadual comprometia-se a divulgar os atrativos do estado dentro e fora do Brasil. Neste período há uma pequena ampliação das destinações turísticas para Corumbá e Formosa. Ainda na década de 1980 celebra-se um acordo entre a Goiastur e a Embratur para tentar aumentar o fluxo turístico no estado. Nesse período são realizados “treinamentos e qualificação de mão-de-obra com a participação do Senac”. (p.201). Para Almeida (2002) há nesse período uma preocupação em “dar visibilidade ao estado de Goiás através de divulgações” (p.202), mas também ocorrem ações no sentido de conhecer melhor os atrativos e as potencialidades do estado. Já no início da década de 1990, outras atitudes foram tomadas pelo estado no sentido de fomentar o turismo, segundo Almeida (idem) o ano de 1993 “é considerado o ano do turismo em Goiás” (p.202). Para estimular ainda mais o turismo houve uma aliança entre o estado e várias empresas privadas. Entre outras ações destaca-se a ampliação da malha viária do estado em mais de 4.000 km. Data também desse período a inauguração do Centro de Convenções do Estado de Goiás, com o objetivo de captar para o estado o turismo profissional e de negócios. Almeida (2002) também ressalta a importância de duas ações em prol do turismo em Goiás “a criação do Programa de Execução

Descentralizada – PED<sup>8</sup> [entre 1994 e 1998], que instituiu pólos de ecoturismo, e a atuação do Sebrae na promoção de atividades diversas pertinentes ao turismo” (p.203). O PED elegeu quatro localidades para implementar suas propostas de ecoturismo: Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos. Essas localidades segundo Almeida (2002) era estratégicas por já contarem com uma demanda turística real e estarem próximos aos dois maiores centros urbanos do estado: Goiânia e Brasília . Apesar desta ‘vocação turística’, conforme a autora, estas localidades careciam de “uma ampliação da infra-estrutura turística receptiva e da captação de recursos humanos”. Todavia, com o fim dos recursos do PED “encerrou-se definitivamente o projeto” (p.209). Outro problema enfrentado pelo programa foi, conforme a autora, a mudança nas administrações públicas nestes locais, já que os novos prefeitos não cumpriram com os compromissos assumidos pelos seus antecessores. Para Almeida (2002) essa realidade foi mais grave no município de Pirenópolis.

Entretanto, o PED deixou para trás como saldo positivo, entre outros, CAT’s, 1.153 pessoas qualificadas em diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento do turismo, implantação de programas de educação ambiental, inventários de oferta turística, etc. Entretanto de forma geral os objetivos do programa não foram alcançados, de acordo com Almeida (2002) devido à “falta de responsabilidade compartilhada por todos os agentes sociais, governamentais e não governamentais”. (p.211).

Embora em nível municipal tenha ocorrido o esfriamento das ações em prol do turismo, como explicitou Almeida (2002), no que se refere às políticas estaduais estas persistiram por mais tempo. Essa permanência só foi possível graças às parcerias, principalmente com o Sebrae. Entre outros objetivos figurava o diagnóstico de potenciais turísticos no estado, além de consultoria, treinamento e reciclagens. Segundo a autora o Sebrae teve papel fundamental no desenvolvimento turístico do estado. Em Pirenópolis, o Sebrae em parceria com a Agetur “promove o Planejamento Estratégico da Cadeia Produtiva de Turismo”, quando são selecionados os “principais desafios a serem superados – relativos à infra-estrutura, à educação, ao *marketing*, à política de turismo e aos destinos turísticos” (Almeida, 2002, p.213).

---

<sup>8</sup> De acordo com Almeida (2002) o PED foi implementado “no período de 1994 e 1998, pelo Ministério do Meio Ambiente, em sua Política Nacional do Meio Ambiente, no contexto da descentralização das ações do Estado. Tal iniciativa, através de projetos diversos, abrangeu mais de trezentos municípios em todas as regiões brasileiras e teve como objetivo maior potencializar a descentralização, fortalecendo, ademais, o propósito da gestão ambiental preconizado pela instituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente” (Almeida 2002, p.203)

Ainda com o propósito de desenvolvimento turístico o Sebrae cria, em 2001, o programa “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável de Goiás”. Esse programa tinha como objetivo, afirma Almeida (2002) “estruturar setores econômicos, municípios e localidades goianas visando a integração e a sustentabilidade dos pequenos negócios” (p.213). Desta forma é que o estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Turismo – AGETUR, com apoio do SEBRAE e também da prefeitura de Goiânia vem produzindo, desde então, um Guia Turístico Histórico e Cultural do Estado de Goiás, com o intuito de promover 70 destinações turísticas do estado, que estão agregadas segundo suas potencialidades em: Caminhos do Ouro (localidades com registros materiais históricos da exploração do ouro em Goiás), Caminho da Biosfera (localidades com paisagens naturais, rios, cachoeiras e sítio espeleológicos<sup>9</sup>), Caminho das Águas (localidades com águas termais e lagos artificiais) e Caminhos do Sol (localidades por onde passa a caminhada ecológica anual. Além dessas existem outras destinações ao norte e ao sudoeste do estado, entre elas o Parque Nacional das Emas). (Almeida idem, p.214-215).

É também na primeira metade da década de 2000, que o governo estadual implantou um novo programa de desenvolvimento do estado “Goiás, Século XXI”, que entre outros, tinha por objetivo implementar ações públicas em prol do desenvolvimento turístico, principalmente no que diz respeito à implantação de infra-estrutura básica e turística. Esse programa fazia parte de uma política pública maior quem em nível federal era chamado de “Brasil em ação”. (Almeida, 2002). Coincidência, ou não, nesse período o município de Pirenópolis experimentou o que alguns entrevistados denominaram de “*boom* turístico”.

O governo estadual por sua vez também acredita no potencial de desenvolvimento turístico, uma vez que por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC, o estado vem financiando projetos desenvolvidos pelas universidades locais, como a UFG, a UCG e a UEG, para pesquisa das potencialidades turísticas de municípios goianos. Como foi o caso do Diagnóstico das Potencialidades Turísticas dos Municípios do Entorno do Lago da UHE de Serra da Mesa, realizada no período de 1997 a 2007, pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA/UFG, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Geralda de Almeida, no norte goiano. Tais incentivos são baseados no ponto de vista de que o turismo é um fomentador do desenvolvimento econômico das localidades turísticas e funciona como minimizador de diferenças regionais. Outro exemplo do empenho do poder público em incentivar o turismo foi o acordo entre “a Rede Globo e o governo estadual [para] que a

---

<sup>9</sup> Cavidades naturais do solo, grutas, cavernas, fontes, etc.

cidade [de Pirenópolis] fosse cenário da novela ‘Estrela Guia’, explorando seus encantos naturais” (Almeida 2003, p.14).

Além dos programas estatais, sejam eles municipais, estaduais ou federais, há por parte de empreendedores particulares a divulgação de seus atrativos em sítios na Internet, tentando desta forma estimular a demanda turística.

Dentre as mais recentes políticas públicas em prol do desenvolvimento turístico no estado, que também é proveniente de uma política federal é o projeto “Brasil, Meu Negócio é Turismo”. Esse projeto foi uma realização do Ministério do Trabalho com parceria com outras instituições: Fundação Unitrabalho e Fundação Roberto Marinho. O projeto tinha por objetivo selecionar e formar instrutores na área de qualidade em atendimento à clientela turística. Posteriormente esses instrutores deveriam atuar como difusores desse conhecimento adquirido junto à população de seus municípios. A justificativa apresentada para a realização deste projeto era pautada na concepção de que a atividade turística destaca-se pelo grande desempenho na criação de postos de trabalho e renda. A principal exigência para a realização do curso era “conhecimento da realidade local e das possibilidades de desenvolvimento do turismo na sua cidade de origem”. No estado de Goiás o projeto foi aplicado com sucesso nos municípios de Alto Paraíso, Pirenópolis e Caldas Novas. Vale ressaltar que no nível municipal, as políticas públicas de incentivo ao turismo em Pirenópolis tem oscilado bastante de acordo com a troca de mãos do governo municipal.

## **2.5 – Caracterização do município de Pirenópolis história, cultura e paisagem, elementos de atração turística**

Localizado na Microrregião do Entorno de Brasília e Mesorregião do Leste Goiano, Pirenópolis faz fronteira com os municípios de Abadiânia, Anápolis, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Goianésia, Jaraguá, Petrolina de Goiás, São Francisco de Goiás e Vila Propício (mapa – anexo 1). O município possui uma área de 2.227,793 km<sup>2</sup> e ocupa 0,66 % da área total do estado de Goiás. Atualmente a economia da cidade continua em parte com atividades ligadas à mineração, como a exploração da Pedra de Pirenópolis ou quartzito ornamental e do Calcário Agrícola. A agropecuária, assim como na maior parte do estado de Goiás, também é uma importante atividade econômica desenvolvida. Entretanto o turismo começou a desenvolver-se no município desde a década de 1970 e vem crescendo visivelmente.

A princípio a vocação turística do município era ligada ao seu patrimônio histórico arquitetônico ligado à exploração aurífera. Assim como o próprio estado de Goiás, Pirenópolis teve início no século XVIII, quando afluíram cá diversas pessoas interessadas em explorar o potencial aurífero da região. A busca do ouro motivou processos migratórios intensos, que Hugon (1977) designou como ‘colonizadores’. Segundo a Seplan (1985) “a povoação de Pirenópolis, antiga Meia-Ponte, surgiu durante o ciclo do ouro, em 1727, quando chegou às margens do rio das almas a bandeira de Manoel Rodrigues Tomás, companheiro de Bartolomeu Bueno da Silva, vindo para descobrir novos garimpos”. De acordo com Palacin, Garcia e Amado (1995) quando a notícia do descobrimento de ouro em Goiás chegou ao ouvido dos exploradores ocorreu um “imenso e súbito afluxo de pessoas à região, conformando um tipo de povoamento que adquiria feições urbanas” de forma que a marcha de colonização do período colonial no estado de Goiás se deu de forma “impetuosa e violenta, conforme o modelo da ‘corrida do ouro’” (p.34).

O município de Pirenópolis já possuía em seus primeiros registros em documentos oficiais da colônia relatos de sua prosperidade econômica:

[...] Arraial de Meia Ponte, assim chamado por estar [às margens] de um ribeirão deste nome, posto pelos primeiros que vieram a este continente. É o maior arraial desta Capitania, cabeça de julgado e freguesia de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Monte do Carmo e Nossa Senhora da Lapa, além de um hospício em que residem os frades franciscanos incumbidos das esmolas da Terra Santa. Tem de quartel suas companhias de cavalaria do 1º Regimento, um de pardos e duas de ordenanças. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice 16.3.2 (apud PALACIN, GARCIA e AMADO, 1995, p.42).

O primeiro nome recebido pelo povoado foi “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte”. Chega à categoria de município, a partir do Decreto Estadual n.º 18, de 27 de fevereiro de 1890, passando a se chamar Pirenópolis graças a sua proximidade com a serra dos Pireneus.

A primeira atividade econômica do município se deu sob a forma da exploração do ouro de aluvião que era encontrado nas águas do Rio das Almas. Foi um período de prosperidade para a localidade, em que foram construídos vários edifícios que ainda hoje permanecem como patrimônio histórico do município. Contudo, ao final do século XVIII o ouro de aluvião se esgotara as atividades econômicas que passaram a se destacar no município foram a agricultura, a pecuária e o comércio. De acordo com Craveiro (2006) o então Arraial de Meia Ponte destacou-se, em meados do século XIX, pela produção e comércio de algodão,

cana de açúcar e pelo comércio tropeiro. Todavia, já no final desta mesma década o comércio da cidade entra em decadência, em detrimento de outra localidade: Santana das Antas, hoje município de Anápolis.

Entre 1930 e 1934 a construção da nova capital do estado, Goiânia, passa a contribuir para estimular o desenvolvimento da economia com base na exploração quartzito-micáceo, a pedra de Pirenópolis; segundo Craveiro (2006), na década de 1960 ocorreu uma intensificação da exploração da pedra estimulada pela proximidade com Brasília. É desse período a o calçamento das ruas da cidade com as sobras das pedras. Embora a exploração da pedra tenha sido fundamental para a economia municipal que estava estagnada esse processo causou fortes impactos ambientais na paisagem natural do município.



**Figura 1 – Foto- pedreira do município de Pirenópolis, novembro de 2008.**

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório Cerqueira, trabalho de campo, 2008.

De acordo com Castro (2006), a partir da segunda metade do século XX, a proximidade com Goiânia e Brasília impulsionou o turismo no município de Pirenópolis, devido a sua posição estratégica entre as duas capitais. Segundo o autor a paisagem natural do município “favoreceu o desenvolvimento do turismo de aventura e do ecoturismo, que se somaram aos atrativos históricos, culturais e religiosos” (p.5). Além disso, existe no local uma variedade de produtos artesanais que se desenvolveu graças à atividade turística. Para Castro (2006) “configurou-se [desta forma] um arranjo produtivo local que encerra grandes oportunidades de desenvolvimento” (p.5). Atualmente as principais atividades econômicas do

município, de acordo com Craveiro (2006) são: agropecuária, extração de pedras e turismo, nessa ordem.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do estado de Goiás, esta é a descrição do potencial turístico do município:

Às margens do Rio das Almas, está a 121 km de Goiânia e a 138 km de Brasília. É considerada uma das mais importantes cidades turísticas do Estado de Goiás devido ao seu forte apelo histórico, aos recursos naturais, em região de grande beleza cênica. Destaca-se por sua maior e mais intensa manifestação folclórica: “A Festa do Divino”, que conta com o espetáculo das Cavalhadas - uma festa que se realiza 40 dias após a Páscoa e revive a batalha dos mouros e cristãos com seus participantes vestidos a caráter e montados em cavalos. Possui também outras festas e atrações turísticas: a Matriz de Nossa Senhora do Rosário e Meia Ponte, o Museu Sacro, o Pico Central dos Montes Pirineus com seus 1.385 m de altitude, Fazenda Babilônia, Fazenda Bonsucesso, Fazenda Caiçara, Morro do Cabeludo, Fazenda do Lázaro, Serra dos Pirineus, Região das Pedreiras e o Pirenópolis Chalé Camping Club. A 6 km de Pirenópolis e 128 km de Goiânia, encontra-se o Santuário Vagafogo, onde podemos encontrar preciosidades do cerrado, bem como aventura e lazer.(SEPLAN, 2009).

A dinâmica populacional do município segue a realidade dos municípios do interior de Goiás, isto é, apresentam um decréscimo populacional. Segundo os dados da Seplan-GO, em 1980 Pirenópolis contava com uma população de aproximadamente 29.460 habitantes. Todavia, desde então vem ocorrendo um decréscimo populacional. O censo do ano 2000 já indicava que a população havia se reduzido para 21.245 habitantes, o que representa uma perda de aproximadamente 28% da população em 20 anos. Contudo, esta situação está mudando nesta última década já que segundo a contagem da Seplan em 2007 a população era de 20.460 habitantes demonstrando que há um arrefecimento no êxodo populacional (tabela 1). O que em parte pode ser explicado pelo aumento das oportunidades ocupacionais, ligadas ao aumento da atividade turística, assim como a educacionais, ligadas a instalação de uma unidade da Universidade Estadual de Goiás, oferecendo novas oportunidades para a comunidade local.

**Tabela 1** – Dinâmica populacional do município – Pirenópolis – 1980-2008.

Ano Referência	Total	Urbana	Rural
1980	29.329 hab	6.652 hab	22.677 hab
1991	25.056 hab	9.277 hab	15.779 hab
1996	24.717 hab	11.154 hab	13.563 hab
2000	21.245 hab	12.475 hab	8.770 hab
2007	20.460 hab	12.675 hab	7.785 hab
2008	20.990 hab	...	...-

Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/perfilweb/index.asp> Acessado em: 05/2009

A atividade começou a tomar um impulso no início da década de 1990, provavelmente em virtude do tombamento da cidade pelo IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — em 1989, assim como devido à publicidade estimulada pelo governo anteriormente citada. Alguns anos depois, diversos prédios e monumentos passaram por restaurações, reformados ou foram reconstruídos.

Apesar de originalmente ligado ao patrimônio arquitetônico e a manifestações culturais como ‘As Cavalhadas’, o turismo em Pirenópolis diversificou-se e constituiu um mercado também para as chamadas modalidades do ecoturismo. Segundo o Anuário Estatístico de Goiás 2005, as modalidades turísticas praticadas no município são: ecoturismo, turismo de aventura, atividades ligadas a recursos naturais como cachoeiras, mirantes e grutas, turismo histórico, turismo rural, parques e turismo religioso. A proximidade com Brasília e Goiânia faz desses centros urbanos os maiores provedores de demanda turística, embora também ocorram visitas de pessoas outras localidades do país, assim como estrangeiros.

Como resultado do crescimento do turismo a cidade vem passando por grandes transformações. O centro histórico, antes uma área residencial, passou a abrigar uma grande quantidade de empreendimentos turísticos como hotéis, pousadas e restaurantes, assim como diversas lojas de artesanatos e outros produtos locais com vistas ao turismo. Como resultado desses empreendimentos houve uma ampliação do mercado de trabalho no setor de serviços, com novas ocupações demandadas por este novo modelo de exploração econômica. Várias são as ocupações ligadas ou utilizadas pela atividade turística – guias, técnicos trabalhadores ligados à hotelaria e alimentação, transporte e administração de prédios e várias outras ligadas direta ou indiretamente à atividade turística. A criação de postos de trabalho é considerada uma das principais justificativas para a exploração da atividade turística, como afirma Maria Geralda de Almeida:

a atividade oficial do turismo no Brasil surgiu na década de 1960 com a criação do Conselho nacional do Turismo (Embratur), e desde então, vem sendo estimulada nos planos de desenvolvimento por ser

uma das atividades de crescente importância econômica. A sua inclusão na política desenvolvimentista nacional respalda-se tanto na necessidade de ampliar as atividades produtivas (geração de divisas e empregos) quanto na estratégia de diversificação das mesmas (2002, p.197).

O fenômeno turístico avança sobre as o mundo físico e social e neles engendra modificações. Essas transformações incidem sobre o município de Pirenópolis e vêm criando novas formas de lidar com uma nova realidade. Novas representações são criadas, o que influi nas identidades dos diversos atores envolvidos em sua prática. E assim, como todas as esferas da vida social, as representações sociais sobre o trabalho também sofrem sua influência de forma que entram em jogo outras referências para a construção das identidades sociais.

## **2.6 – Êxodo rural em Pirenópolis: reflexo da falta de oportunidades**

Analisando os dados do estado de Goiás também é possível observar o movimento populacional em direção às áreas urbanas. O caso de Pirenópolis é ilustrativo. Analisando a os dados SEPLAN/GO para a população do município (tabela 1) é possível notar que até o censo de 1980 a população rural era três vezes maior que a população urbana. Os censos seguintes demonstraram que a zona rural do município apresentou uma evasão massiva da população rural compensada pelo crescimento da população urbana. Neste sentido, ao analisar o perfil dos moradores de alguns bairros de Pirenópolis, Aurélio Cruz e Denise Moura (2006) descobriram que 39 % das pessoas entrevistadas pertencem a famílias que entre 12 e 16 anos atrás deixaram a vida agrícola e foram viver na sede do município. De acordo com os autores 27% dos entrevistados “migraram para o meio urbano durante a década de 80” e “a grande maioria, 73% dos entrevistados, migrou para o centro urbano durante a década de 90” (p.6).

Os números mostram que o estado de Goiás não está isolado dos acontecimentos globais. Se, por um lado, os efeitos da modernização propiciaram o aumento da produtividade e o deslocamento da força de trabalho para as cidades, um grande contingente desses trabalhadores não foi absorvido pelo mercado. Tais localidades não comportavam uma estrutura econômica diversificada o suficiente para incorporar esta mão-de-obra. Expulsa do campo, essa população procurou e ainda procura novas oportunidades nas grandes cidades. Nos centros mais urbanizados essa parcela de imigrantes tem se tornado um problema social, pois os governos não conseguem integrar esses indivíduos que, não raro, não possuem qualificação profissional, tornando-se assim mão-de-obra barata ou simplesmente ficando à margem do mercado de trabalho. Na esteira dos acontecimentos globais, os governos do

estado de Goiás apostaram no turismo como agente minimizador das diferenças regionais, com o intuito de conter o problema do êxodo e da urbanização excessiva dos grandes centros do estado. Os gestores despertaram para a potencialidade de atrativos naturais e históricos e vêm investindo cada vez mais no turismo.

## **2.7 – Breve caracterização da atividade turística em Pirenópolis**

Como se comentou atrás o município de Pirenópolis é uma localidade com vocação turística, porque possui um patrimônio arquitetônico resguardado, soma-se a este o patrimônio natural composto por sua fauna, flora e hidrografia. Além desses as manifestações culturais, como festividades e o artesanato local, também são atrativos atualmente bastante valorizados. De acordo com Castro (2006) o turismo no município vem ganhando relevância a partir das três últimas décadas do século XX. Esse crescimento é, em parte, explicado pelo início de políticas públicas estaduais em prol do desenvolvimento da atividade desde a década de 1970 e proximidade com Goiânia e Brasília, os maiores centros urbanos do estado. Além disso, o crescimento da visitação no município principalmente no final da década de 1980, foi favorecido pelo tombamento nacional do patrimônio arquitetônico local pelo IPHAN em 1989.

Ademais desses fatores Pirenópolis foi privilegiada com a produção da novela ‘Estrela Guia’, que foi exibida pela emissora de maior audiência nacional, a Rede Globo, o que estimulou bastante a procura pelo município. Esse estímulo impulsionou de forma bastante relevante o turismo no município fazendo com que vários empreendedores investissem no turismo. Vale ressaltar que também os investidores locais têm contribuído com a divulgação da localidade e a Internet figura como um importante meio de exposição dessas potencialidades. O reflexo dessa divulgação pôde e pode ser ainda notado pelo crescimento do setor imobiliário com a construção de pousadas, restaurantes e segundas residências. Outra consequência foi a diversificação do mercado de trabalho, que trouxe entre outras novas ocupações o trabalho de guia. Essa diversificação do mercado de consumo no município favoreceu a diversificação do mercado de trabalho, assim como o aparecimento de áreas de investimento para pequenos empreendedores. O artesanato, as “quitandas”<sup>10</sup> caseiras e outras atividades manuais como a costura doméstica são atividades que são exploradas pela

---

<sup>10</sup> As quitandas, biscoitos, bolos e doces, são consideradas como artesanato por alguns autores como José Graziano da Silva, por exemplo.

população com a finalidade de aumentar a renda. O setor imobiliário também oferece oportunidade para pequenos investidores; nesse sentido existe uma grande quantidade de pessoas que alugam quartos na própria casa, constroem alguns quartos no fundo do quintal ou ainda que alugam a própria casa para temporadas. Esses processos de capitalização dos bens pessoais fizeram com que houvesse uma mudança nas representações locais sobre o turismo. A declaração a seguir, de um imigrante que atualmente atua como guia no município, e que esteve na cidade pela primeira vez no início da década de 1970, mostra bem como foram os primeiros contatos da população com o turismo em Pirenópolis: “eu vim pra cá a primeira vez em 71, com uns 24, 25 anos. Isso aqui era um bang-bang e eu saí daqui porque tava passando fome, não tinha nada pra comer, os homens andavam de cavalo com arma pendurada no coldre; isso aqui era um bang-bang, era perigoso, entendeu? as pessoas não gostavam de quem vinha de fora não...”.(Haroldo, sócio fundador)

Todas as políticas de incentivo e divulgação da atividade turística no município de Pirenópolis promoveram de forma acentuada a prática do turismo, que teve conseqüências para no ritmo de vida e para a distribuição espacial da população, já que vários moradores venderam suas casas no centro histórico e também pela chegada de novos moradores. Essa nova dinâmica espacial e social pode ser constatada por Silva e Silva (2008): “a presença de visitantes na cidade de Pirenópolis, sobretudo vindos da Capital Federal e da Capital do Estado de Goiás, intensificou o fluxo de pessoas movimentando a economia, o mercado imobiliário e alterando o cotidiano dos moradores” (p.101). Como resultado dessa movimentação da economia e da valorização do centro histórico, os antigos moradores foram estimulados “a cederem seus espaços para o funcionamento de serviços de hotelaria, alimentação e lojas” (p.101). Além disso, segundo os autores, ocorre uma mudança das residências “em direção às áreas periféricas” do município (p.101).

## **2.8 – Turismo e população local**

Embora tenha sido ressaltada a importância das trajetórias biográficas e das identificações pessoais, a formação da identidade necessita do reconhecimento intersubjetivo. A identidade necessita de alteridade e de legitimidade na diferença, para que possa se constituir de forma positiva.

Neste sentido as representações sobre os guias, no imaginário local, possuem uma relação estreita com a própria atividade turística e sobre como os moradores se relacionam

com ela. Destarte destaca-se que a atividade turística só recentemente tornou-se relevante no município. Ainda assim é uma atividade sazonal: períodos de festas, férias e feriados longos são os que mais atraem os turistas. Os fins de semana comuns também atraem os visitantes, todavia com intensidade bem menor. Somente quem mora ou visita a cidade durante a semana é que pode perceber a mudança do cotidiano dos durante os fins de semana; mesmo que não haja nenhum evento podemos perceber a presença marcante dos turistas. Embora muitas pessoas tenham afirmado que não há vontade política para incentivar o turismo, foi possível perceber que muitos fins de semana são ocupados com atrações culturais. Entre os moradores mais ligados ao turismo há uma disposição de se mostrar, de mostrar a riqueza cultural do município.

Neste sentido a recente formação da atividade turística em de Pirenópolis favoreceu a incorporação ou a construção de novas representações sociais que se atualizaram conjuntamente às singularidades no município. Não há como fugir à expansão do turismo, haja vista que até as favelas dos grandes centros urbanos do país, que no imaginário dos brasileiros constituem locais de alto risco atualmente tornam-se atrativos turísticos. Nesse sentido a propaganda torna o turismo uma panacéia. Os empreendedores se encarregam de motivar os habitantes a colaborarem com a atividade. Fomentam o imaginário com oportunidades oferecidas pela nova atividade moldando, desta forma, um conjunto de idéias e expectativas que só poderão ser confirmadas após a consolidação do turismo.

Os relatos nas entrevistas revelaram que são grandes as expectativas dos moradores de Pirenópolis e a conversa informal com várias pessoas também evidenciou que se deposita grande esperança no turismo. O crescimento da malha urbana com o investimento em pousadas e segundas residências fez-se sentir na demanda por mão-de-obra do setor da construção civil; várias pessoas afirmaram também que, em termos de postos de trabalho, a situação das mulheres melhorou muito. Como o setor que mais empregava mão-de-obra na cidade era a mineração, atividade que não utiliza mão-de-obra feminina, a chegada das pousadas e restaurantes abriu uma rede de possibilidades de ocupação na área de serviços de alojamento e alimentação: recepção, faxina, cozinha, arrumação, etc. são atividades econômicas onde predomina a mão-de-obra feminina. Ao entrevistarem alguns trabalhadores que deixaram o campo, Cruz e Moura (2006) também ressaltaram que esses indivíduos encontram, no meio urbano, maiores chances de trabalho e que os postos de trabalhos que eles passam a ocupar quando chegam são vinculados ao turismo: “As mulheres trabalham de cozinheira em restaurantes ou pousadas. Os homens trabalham na pedreira ou em serviços gerais para a Prefeitura ou em obras da construção civil” (p.13). Nos dados coletados na

pesquisa empírica um dos aspectos mais ressaltados pelos entrevistados foi o aumento dos postos de trabalho, como mostra o quadro (1). Pelo menos 34% afirmaram que o turismo foi responsável pelo aumento de postos de trabalho, emprego e/ou renda para o município. Sem dúvida esse aspecto é um dos que mais pesam na avaliação do turismo pelos entrevistados mesmo pelos que destacaram os aspectos negativos da atividade. Ao lado das modificações negativas causadas pelo turismo, como insegurança, sujeira e perda de tranquilidade, também foram citados por algumas pessoas a falta de água e de energia em dias de grande de visitação como o Canto da Primavera<sup>11</sup>.

**Quadro 1** – Turismo e modificações mais sentidas pela população – Pirenópolis – 2009

<b>Modificações negativas</b>	<b>%</b>	<b>Modificações positivas</b>	<b>%</b>
Insegurança	13,5	Emprego	32
Sujeira/poluição	7,8	Renda	14,7
Perda de tranqüilidade	5	Crescimento do mercado <sup>1</sup>	22
Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo- 2009			
Notas: As variáveis apresentam valores não excludentes. 15,5 % dos entrevistados não notaram nenhuma modificação no município. (1) Mercado consumidor e oferta de produtos e serviços			

Observando o centro histórico da cidade é possível perceber a extensão da importância do turismo na criação de postos de trabalho. Pousadas, restaurantes, lanchonetes, lojas de souvenirs, joalherias, casas de aluguel etc. apinham-se sobre as outras; o centro mudou sua função e seu significado. Antes um lugar para morar, marcado pela permanência, pelas relações sociais constantes, agora um local de consumo, de passagem, efêmero. Antes dominado pela população local, agora não raro encontramos estrangeiros residindo ou ocupando uma região outrora residencial. O comércio de produtos destinados aos turistas toma conta do espaço, com mercadorias que, devido ao alto custo, praticamente excluem a possibilidade de consumo pela população local. Essas modificações no espaço urbano ratificam as declarações dos entrevistados quanto ao aumento da oferta de trabalho.

Em seu estudo, acerca da percepção dos moradores de Pirenópolis sobre o turismo, Fernanda Alvarenga Craveiro (2006) revela que todos os seus informantes concordam que a atividade turística no município de Pirenópolis ampliou as perspectivas de trabalho para a população local. A autora afirma ainda, que, a chegada do turismo trouxe a ressignificação do trabalho nas pedreiras e no campo ocasionando uma “desvalorização do trabalho braçal”

<sup>11</sup> O Canto da Primavera é um evento cultural onde se apresentam cantores de música brasileira e regional, ele acontece anualmente no mês de setembro e vem sendo realizado desde o ano 2000. Além da mostra musical acontecem várias oficinas. As apresentações acontecem ou em logradouros públicos ou em áreas fechadas como o Cine Pirineus, todavia à entrada é gratuita, o que propicia um grande público.

(p.87), que passou a ser considerado uma atividade socialmente menos valorizada principalmente se comparada a outras atividades, que prescindem da utilização a força física.

As observações quanto ao turismo mostraram-se, no município, bastante positivas. A atividade laboral dos indivíduos recebe das representações sociais a legitimidade os valores que a população atribui ao turismo e acaba influenciando as representações sobre o trabalho de guia. As representações sociais são construídas a partir das experiências sociais vivenciadas, regem a conduta dos indivíduos e oferecem modelos de identificação para a formação de uma auto-imagem. Tais modelos possuem uma singularidade oferecida pela formação histórico-social na qual são produzidos. Todavia isso não implica no engessamento da ação do indivíduo em estruturas pré-construídas por sua herança social, pois os seres sociais estão sempre em busca de reconhecimento e legitimidade de seus valores e práticas. Ocorre que indivíduos em posições sociais diferenciadas encontram-se sempre em uma situação de conflito haja vista que necessitam de reconhecimento.

Outra maneira de compreender os *habitus* dos indivíduos é considerar, como Jodelet (2001) e Doise (2001), que as representações sociais funcionam com formas de compartilhamento do mundo. As representações são formas de categorização do mundo que ajudam os indivíduos a compreendê-lo e ao mesmo tempo orientam sua conduta, promovendo o compartilhamento de afinidades simbólicas e contribuindo para a afirmação simbólica e de pertença aos grupos sociais, assim como para criar o próprio vínculo social. Além do mais o compartilhamento de representações sociais está na raiz da criação de *habitus*, isto é, de disposições que definem a adesão dos indivíduos a determinados tipos de comportamento e de consumo. O sentimento de pertença e a construção de *habitus* compartilhados pelos indivíduos estão no cerne da constituição da identidade.

Como o turismo interfere no cotidiano da população de Pirenópolis, também provoca reações. A princípio, como se pôde notar pela declaração de um imigrante, vigorava na população certa restrição quanto à entrada de estranhos. Os que vieram a princípio tinham em mente a constituição de uma vida alternativa, eram pessoas com estilos de vida diferentes cuja intenção não era se integrar à população. Certamente isso causava estranhamento e rejeição pelos locais. Todavia o movimento da população rural em direção à cidade fez crescer a necessidade de postos de trabalho e o turismo tornava-se uma alternativa atraente nesse sentido.

A organização do turismo, que antes acontecia de forma espontânea, alterou ainda mais a rotina da população local, a começar pela regulação e restrição do uso do patrimônio histórico local pelo IPHAN. No centro histórico as mudanças no uso do espaço incluíram a

proteção das fachadas das casas, a proibição do tráfego de veículos pesados e regulação do comércio informal. A atividade turística também muda o cotidiano da partir do momento em que as pessoas começam a vender ou a usar seus domicílios como casas de temporada, como em outras localidades turísticas o patrimônio histórico passa a ter novos usos, como é o caso, por exemplo, da Rua Lazer no centro histórico, o que antes era ocupado por residências se transformam em estabelecimentos comerciais que atuam de acordo com a sazonalidade turística, conforme declarou um dos entrevistados; agora só se vêem janelas fechadas.

Se, por um lado a restrição dos usos do patrimônio tombado causou um desconforto devido à perda de autonomia e de autoridade pelos bens imóveis da região, nota-se que muitos entrevistados falam com orgulho da vocação turística do município como patrimônio histórico; neste sentido houve a formação de uma identidade positiva. O Quadro 2 mostra alguns tipos de observações sobre o turismo na cidade que mais se repetiram.

**Quadro 2** – Comentários sobre as mudanças positivas na cidade – Pirenópolis – 2009.

Comentários
A cidade ficou mais conhecida, se expandiu. Foi o turista que fez Pirenópolis crescer.
Ajuda financeiramente o comércio aqui existente. No mais a cidade é muito bonita, vale conhecer.
Mudanças para melhor, antes a cidade era morta.
Progresso, ascensão da cidade, renda, empregos.
Transformou a idéia de turismo na cidade e mostrou sua necessidade com vocação turística por natureza.
Transformou a cidade para melhor, trouxe mais infra-estrutura.

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009.

O sentimento de valorização da identidade social vivida através do valor atribuído ao patrimônio local também foi percebido por Fernanda A. Craveiro, que assim afirmou:

não podemos negar que o tombamento do centro-histórico da cidade lhe conferiu *status*, que se expressa no valor agregado aos aspectos econômicos, turísticos, assim como lhe assegurou um maior reconhecimento cultural e patrimonial, tanto pelas pessoas da terra como pelos turistas. Essa valorização da cidade, igualmente, se expressa nos monumentos que são restaurados, a exemplo temos a Igreja Matriz, que se não estivesse em uma cidade tombada como Patrimônio Nacional, seria restaurada após o incêndio? (2006, p.136)

Todavia, como pode se perceber no quadro 1, o turismo não trouxe somente flores para o município; aspectos do cotidiano local foram, sem dúvida, modificados, o que, contudo não constitui o principal aspecto referente ao turismo que foi salientado pela população local. Se, por um lado, os moradores ressaltaram problemas com a limpeza, perda do sossego e insegurança, de forma geral os aspectos levantados junto à população local sobre a atividade turística foram bastante positivos. A amostra revelou que 64% dos entrevistados acreditam

que a qualidade de vida no município melhorou sob influência do turismo, 67% classificaram a atividade como “boa” ou “muito boa” para o município e 53,3% consideraram que o turismo trouxe mais benefícios que problemas. Quando perguntados sobre as modificações causadas pelo turismo 41% dos entrevistados afirmaram que o turismo é responsável pelo aumento da renda e ou trabalho. As entrevistas demonstraram que a atividade turística alimenta expectativas positivas bem mais do que negativas.

Um elemento que pode ter contribuído com a boa aceitação da atividade turística no município é a crença dos entrevistados de que o turismo trouxe novas oportunidades educacionais para a cidade. De acordo com a pesquisa Cruz e Moura (2006), a respeito das motivações dos migrantes da zona rural de Pirenópolis, revelou-se que essas pessoas foram para área urbana em busca de melhores condições de acesso a escola para seus filhos.

Pelos dados levantados na presente pesquisa, (tabela 2) percebeu-se que existe uma correlação negativa entre escolaridade e idade. Sendo que, a medida em que a primeira aumenta a segunda diminui. Embora, a baixa escolaridade seja generalizada, já que 223 pessoas, tabela 2, ou seja, 59% dos entrevistados possuem o ensino fundamental ou menos.

**Tabela 2** – Escolaridade por faixa etária – Pirenópolis – 2009

Faixa etária	Níveis de escolaridade							Total
	Sem Escole	Fund. Incomp.	Fund. completo	Médio Incomp	Médio Comp.	Sup. Incomp	Sup. Comp.	
Menor de 20 anos	0	9	3	3	5	0	0	20
De 21 a 30 anos	3	21	9	12	30	6	5	86
De 31 a 40 anos	2	44	11	5	19	3	4	88
De 41 a 50 anos	2	32	5	6	14	2	3	64
De 51 a 60 anos	2	24	3	6	14	1	2	52
De 61 a 70 anos	7	22	0	1	9	0	3	42
De 71 a 80 anos	6	12	1	1	1	0	1	22
Acima de 80	2	3	0	0	0	0	0	5
<b>Total</b>	24	167	32	34	92	12	18	379

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009.

Contudo, a partir da análise dos dados da tabela 3 é possível perceber que os números relativos pesam mais negativamente para a população com faixa etária acima dos 40 anos, já que entre esses, 65% possuem o ensino fundamental ou menos, enquanto que entres as pessoas de 40 anos ou menos esse número diminui para 51%, ou seja, 14% a menos. Fazendo

a operação inversa pode-se observar que entre os entrevistados maiores de 41 anos apenas 7% dos entrevistados possuem o curso superior ou mais, enquanto que entre os de 40 anos ou menos, a situação apresenta-se um pouco mais favorável já que esse número sobe para 12%. Outro aspecto relevante é que, entre as pessoas maiores de 41 anos que possuem curso superior incompleto ou mais, apenas 3 pessoas, do total de 12 são nascidas em Pirenópolis, isto é 2,5%.

A expectativa demonstrada pelos moradores da cidade em relação ao aumento das possibilidades de ensino no município está relacionada com a instalação em 2001 do Pólo universitário da UEG, já que alguns entrevistados fizeram referência direta a isso. Além disso, ao ser instalado o pólo universitário ele apenas oferecia cursos direcionados e restritos a qualificação de professores. Contudo, ao abrir em 2006 o primeiro vestibular aberto a todos os interessados, os cursos oferecidos eram Tecnologia em Gestão do Turismo e Gastronomia, isto é, cursos direcionados ao mercado local.

**Tabela 3 – Escolaridade dos entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009**

<b>Escolaridade dos entrevistados</b>	<b>Menores de 20 até 40 anos</b>	<b>Acum</b>	<b>de 41 anos ou mais</b>	<b>Acum</b>
Sem escolaridade	2%	2%	10%	10%
Fundamental incompleto	38%	40%	50%	60%
Fundamental completo	11%	51%	5%	65%
Médio incompleto	10%	61%	7%	72%
Médio completo	26%	87%	21%	93%
Superior incompleto	5%	92%	2%	95%
Superior completo	8%	100%	5%	100%

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009

Os dados obtidos sobre o nível de escolaridade da população urbana de Pirenópolis mostraram que as pessoas mais jovens tiveram melhores oportunidades educacionais, como pode observado na tabela 2. Os dados da tabela mostram que, à medida que a idade dos entrevistados aumenta, menos escolaridade os indivíduos possuem. Algumas das declarações obtidas nas entrevistas realizadas no município levam a crer que essa mudança está ligada à chegada do turismo no município, como revelam as declarações a seguir: “A população se prepara mais profissionalmente para receber o turista, surgiram novas profissões”, “Gerou novos empregos, outros cursos, nativo é valorizado, a cidade melhorou” e “Trouxe conhecimento para a população”.

A correlação entre idade e escolaridade é corroborada quando analisamos a quantidade de entrevistados por faixa etária, tabela 4. Podemos notar, nesta, que no total de entrevistados 51% possuem 40 anos ou menos ou 41 anos ou mais.

**Tabela 4 – Entrevistados por faixa etária – Pirenópolis – 2009**

<b>Faixa etária</b>	<b>%</b>	<b>% acumulada</b>
15-20	20	5,3
21-30	86	22,6
31-40	88	23,2
41-50	65	17,1
51-60	52	13,7
61-70	43	11,3
71-80	21	5,5
81 ou mais	5	1,3
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009

A exigência de qualificação para o preenchimento de postos de trabalho, no setor turístico, que exige a utilização da mão obra qualificada, pelo menos é que sugere todo manual de planejamento da área, vem contribuindo com o aumento das oportunidades educacionais do município. Isso porque essa idéia conta com a anuência do estado que vem trazendo ao município instituições de ensino como a UEG, com seus cursos diretamente relacionados com o turismo e a Unidade Descentralizada de Educação Profissional – UDEP, que também oferece cursos direcionados ao turismo. Entre os cursos oferecidos por essa instituição estão: línguas estrangeiras, técnicas de comunicação, relações interpessoais, história aplicada ao turismo, geografia aplicada ao turismo, arte e as manifestações da cultura regional, princípios de ecologia e proteção ao meio ambiente, teoria e técnica profissional, primeiros socorros, garçons etc. Esses cursos são divulgados em meios de comunicação e também nas escolas.

Esse aparato profissionalizante que o turismo exige para o seu desenvolvimento também contribui para a formação de representações sociais ao seu respeito. Segundo 64,2% dos entrevistados a qualidade de vida da população melhorou após a chegada do turismo. Quando perguntados sobre as modificações causadas pelo turismo, alguns entrevistados afirmaram que “a forma do morador agir e pensar, a cultura melhorou, a pessoas tinham a cabeça pequena”, “trouxe conhecimento para a população”, “a população se prepara mais profissionalmente para receber o turista”, “as pessoas de Pirenópolis ficaram mais espertas, saíram do comodismo para aproveitar o turismo”, “trouxe a universidade” e “trouxe mais informação”. Tais declarações confirmam a idéia de que as pessoas associam ao turismo a motivação e também oportunidades para o desenvolvimento no que diz respeito à formação dos indivíduos. Todavia, 53%, tabela 5, dos entrevistados não tinham qualquer conhecimento

sobre o oferecimento de cursos de qualificação para guia (condutor de visitantes) oferecidos pela UDEP.

**Tabela 5** – Conhecimento sobre o curso de guia (condutor) – Pirenópolis – 2009

Respostas	Frequência	%
Sim	174	46
Não	201	53
Não respondeu	5	1,3
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>100</b>

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra, Tenório, trabalho de campo, 2009

A ligação entre turismo e escolaridade também pode ser observada pela relação que a população tem com os atrativos, como se pode notar na tabela 6. Entre os indivíduos com menor nível de escolaridade prevalece o maior número de pessoas que alegaram não conhecer nenhum atrativo, ao passo que entre os indivíduos mais escolarizados esse número cai sensivelmente.

**Tabela 6** – Relação entre escolaridade e conhecimento dos atrativos – Pirenópolis – 2009.

Escolaridade dos entrevistados	Conhecimento dos atrativos		
	Sim, muitos	Sim, alguns	Não conhece nenhum
Sem escolaridade	17%	17%	66%
Fundamental incompleto	9%	63%	28%
Fundamental completo	9%	82%	9%
Ensino médio incompleto	12%	82%	6%
Ensino médio completo	34%	59%	7%
Superior incompleto	33%	67%	0%
Superior completo	33%	62%	5%

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009

Outro aspecto destacado quanto ao conhecimento de elementos turísticos diz respeito ao conhecimento do Centro de Atendimento ao Turista – CAT. Também nesse aspecto a relação entre escolaridade e conhecimento dos entrevistados sobre o centro foi verificada. A tabela 7 mostra que, à medida que os anos de escolaridade vão diminuindo diminui também o conhecimento dos indivíduos sobre os centros. Enquanto entre os indivíduos com curso superior completo o desconhecimento do CAT é de apenas 6%, entre os indivíduos sem escolaridade esse número sobe para 67%.

**Tabela 7** – Relação entre o conhecimento dos entrevistados e conhecimento do CAT – Pirenópolis – 2009.

Escolaridade dos entrevistados	Conhecimento do CAT	
	Sim	Não
Sem escolaridade	33%	67%
Fundamental incompleto	93%	72%
Fundamental Completo	56%	44%
Médio incompleto	79%	21%

Médio completo	90%	10%
Superior Incompleto	85%	15%
Superior completo	94%	6%

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009

O posicionamento positivo da população local perante o turismo indica que a atividade turística encontra legitimidade nas representações sociais da localidade. Essa legitimidade garante o reconhecimento social que dá base às identidades dos trabalhadores do setor turístico e dos guias. Axel Honneth (2003), analisando as formas de experiência social do reconhecimento, sustenta que o reconhecimento intersubjetivo fornece ao indivíduo a liberdade necessária para vivenciar a integração social. A primeira forma de reconhecimento intersubjetivo que Honneth (2003) reconhece é constituída por todas as formas de afetividade que os indivíduos compartilham entre si, amor familiar, amizade e também o amor sexual. Para Honneth (2003) o reconhecimento afetivo advém em sua primeira forma da relação entre mãe e filho. Ele se efetiva no momento em que a criança nos primeiros anos de vida consegue adquirir autoconfiança suficiente para suportar a ausência da mãe, ela fornece o sentimento na criança que ela permanece sendo amada mesmo distante da mãe. Essa forma de reconhecimento é o que garante que os indivíduos possam criar autonomia suficiente para atuarem na vida pública. As duas outras formas de reconhecimento recíproco vêm de experiências sociais mais amplas. O reconhecimento jurídico é aquele em o indivíduo se sente como um ser humano moralmente imputável. Dele advém o sentimento de auto-respeito, porque os indivíduos fazem parte de uma sociedade em que todos se reconhecem entre si como portadores dos mesmos direitos independente de suas distinções sociais. Esse sentimento garante ao indivíduo a segurança de que ele pode igualmente como os outros alimentar pretensões. O amor e os direitos fazem surgir, segundo Honneth (2003), “a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque se merece o respeito de todos os outros”. (p.195) A terceira forma de reconhecimento intersubjetivo advém da solidariedade da comunidade geral e é responsável pelo sentimento de auto-estima, quando o sujeito encontra reconhecimento nas suas diferenças. A estima social é uma forma de reconhecimento recíproco que necessita que os indivíduos compartilhem de uma auto-compreensão cultural. A estima social orienta-se a partir das representações sociais, na medida em que estas estabelecem valores culturalmente reconhecidos. Para formar uma auto-imagem positiva de si mesmo os indivíduos necessitam das três formas de reconhecimento. Por outro lado, quando grupos de indivíduos percebem-se como sujeitos desrespeitados e emerge entre eles um

sentimento de solidariedade e de estima social, que é a raiz dos movimentos sociais e das iniciativas de intervenção social.

Analisando a situação dos guias de Pirenópolis, à luz da teoria de reconhecimento, nota-se que, desde a tentativa de formalização da associação esses indivíduos, como se depreende por seus relatos, sentiram-se socialmente prejudicados no seu direito de registro em cartório. Outro aspecto de vexação social pode ser notado no sentimento generalizado de que eles não são guias, embora reúnam vários atributos para que sejam assim considerados. Isso porque, segundo os entrevistados, já passaram por vários cursos de qualificação, oferecidos por várias instituições como UDEP, SENAC, SEBRAE, GRUPO NATIVA etc, revelando, como também foi observado por Mesquita (2006) em sua pesquisa sobre marketing turismo em Pirenópolis, que existe nesses trabalhadores “preocupação em se atualizarem, buscando treinamento em vários órgãos” (p. 35). Para esta autora a motivação dos guias é o desejo de atender cada vez melhor aos seus clientes. Todavia, essa interpretação não explica totalmente o comportamento dos guias, no sentido de se capacitarem cada vez mais, já que quase todos fizeram a questão de ressaltar o desejo de possuírem o cadastro na Embratur, mesmo acreditando que oferecem um bom “produto” para seus clientes. Isso só pode então ser explicado pela necessidade de alcançar um status ocupacional que lhes traga maior reconhecimento. Uma das queixas levantadas pelos guias sobre a administração pública é a falta de empenho em conseguir que o curso seja oferecido na cidade. De acordo com os informantes, Pirenópolis é um dos municípios de Goiás que mais recebem visitantes merecendo, dessa forma, essa capacitação. O sentimento de rebaixamento social fica bastante visível se observarmos a declaração de guia local frente a um guia credenciado da Embratur:

Mas é muito chato. Os guias que chegam aqui, da Embratur, chegam mostrando sua carteirinha da Embratur, às vezes até nos menosprezam sabe? Então, tipo assim, a gente ta... estão nos condenando a continuar sendo condutor, sendo monitor ambiental. E não é essa a intenção, uma pessoa quando escolhe essa profissão quer chegar ao status de guia, aí o curso só pode ser dado em Brasília ? e não vai ter jeito de dá o curso aqui? por quê? E esse dinheiro, por que que só está sendo investido em Brasília? Por que nós temos os mesmos direitos que eles têm. Né não? (Celso – sócio).

Outro aspecto que gera desconforto social para os guias é a falta de regulamentação da profissão no município, já que em nível federal o curso da Embratur aparece com uma realidade distante:

de qualquer forma você tem que ter renda né, senão não adianta você estar aí com um crachazinho, com um uniformizinho bonitinho e não ter o dinheiro pras crianças, é complicado né, nossa situação. Mas a

associação vem resistindo né, tentando regulamentar a categoria via município, uma coisa complicada, via estado parece que também é mais complicado ainda né, porque bate de frente com o Ministério, então é uma luta árdua. É e isso. É uma coisa que eu acho até uma sacanagem porque de certa forma, que uma categoria profissional, né, que poderia tá sendo prestigiada pelo poder público, poderia estar trazendo mais jovens pra trabalhar com a gente, a gente tem problemas sociais aqui de todas as formas. (Túlio – sócio)

A questão da permanência no CAT também parece ser sentida em termos de um direito perdido, já que em outro governo eles haviam conquistado o direito de usar o espaço do CAT. Essa pretensão de direito guarda certa legitimidade entre a população local, já que mais de 70% dos moradores entrevistados afirmaram que concordam com o funcionamento da ACVP no CAT.

As dificuldades enfrentadas pelos guias na construção de sua associação têm como contrapartida o prestígio que hoje desfrutam perante a população local. Essa valorização pode ser confirmada quando se avalia a importância da ocupação de guia para o turismo: 96% dos entrevistados concordam que o trabalho de guia é importante para o desenvolvimento do turismo no município, enquanto apenas 4% não vêem tal importância. Também quando indagados sobre a influência da atividade dos guias na conservação do patrimônio, 86% responderam positivamente, 13% afirmaram que não interfere na conservação e apenas 1% considerou que a atividade prejudica a conservação do patrimônio.

Contudo, apesar da população local ver com bons olhos a ocupação de guia, no que diz respeito ACVP, o que se nota é um total distanciamento em relação à população local, como poder ser observado nos dados da tabela 8.

**Tabela 8** – Conhecimento da associação de guias – Pirenópolis - 2009

<b>Respostas</b>	<b>Frequências</b>	<b>%</b>
Sim	90	23,7
Não	288	75,8
Não responderam	2	0,5
Total	380	100,0

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, trabalho de campo, 2009

### **3 – NOVAS OCUPAÇÕES: REFLEXOS TURÍSTICOS NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PIRENÓPOLIS**

Atualmente, há um decréscimo das ocupações industriais em favor das ocupações no setor serviços que vem crescendo. O turismo é uma atividade que contribui para a criação desses novos postos de trabalho. Todavia também é responsável por inúmeras modificações nas localidades em que está ocorrendo como atividade economicamente significativa. Nesta perspectiva o município de Pirenópolis está inserido nesta nova dinâmica e a ocupação de guia é uma das novas atividades que vem sendo desenvolvida no local. A ocupação está sendo constituída dentro do próprio processo histórico no qual o turismo vem se implantando na cidade e nesse contexto que se constroem as identidades dos guias.

#### **3.1 – Turismo: novas ocupações e a formação da associação de guias**

Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, denominada por alguns autores como flexível, é possível se notar o crescimento do setor de serviços em detrimento das ocupações industriais. Isso porque o uso de tecnologias nos meios de produção tem aumentando os índices de produtividade sem a necessidade de um correspondente aumento na utilização da mão-de-obra. Por outro lado ocorre um aumento no setor de serviço, que é caracterizado por um tipo de trabalho que não tem como resultado um produto tangível, como por exemplo, transportes, comunicações, atividades de profissionais liberais, administração pública, etc. O “produto” setor de serviços não é uma mercadoria tangível, já que o “produto” é criado e consumido ao mesmo tempo. Outro aspecto do serviço é que ele não pode ser estocado. Não há como produzir um serviço sem a presença do cliente. Isso implica numa sazonalidade do mercado. Neste sentido a flexibilização das relações trabalhistas assim como das leis que regulam essas relações casam perfeitamente com essa sazonalidade já que o empregador não precisa mais se preocupar em ter um funcionário à disposição da demanda, ao contrário ele pode contratar sempre que achar necessário sem se preocupar com encargos contratuais típicos de relações trabalhistas mais estáveis. A atividade turística não se caracteriza por um setor econômico em si, mas faz uso para o seu desenvolvimento de vários serviços que de forma geral são utilizadas por outros setores da economia. Todavia, existem algumas atividades específicas que estão diretamente relacionadas a ela como é o caso das agências de turismo e da ocupação de guia. Os empresários do setor turístico se beneficiam na

atual fase do capitalismo, primeira com o afastamento do Estado das regulações trabalhistas que lhes permitem a contratação de funcionários para temporadas que acarretam baixos encargos e segundo porque se há um distanciamento do Estado da área de regulamentação do trabalho, deixando cada vez mais o espaço para a negociação entre empresários e trabalhadores, o mesmo não acontece quando o assunto é o fomento na atividade turística. A área de atuação do Estado converge para dois aspectos: primeiro o de investimento, segundo o de regulação do setor. Na área de investimento ocorre provisão de infra-estruturas necessárias para o bom desenvolvimento de atividades, como a pavimentação e sinalização de estradas, saneamento básico, instalação de serviços públicos como hospitais, centro de informações, cursos de qualificação etc. É claro que esses investimentos não beneficiam somente os praticantes do turismo servindo a toda população local, todavia por serem direcionadas ao turismo essas ações acabam elegendo áreas de atuação que excluem as pessoas que não residem a essas regiões. Essa realidade foi encontrada em Pirenópolis, já que nas localidades mais distantes do centro histórico algumas pessoas declararam que não percebem qualquer tipo de influência turística sobre sua rotina. Quanto ao que diz respeito à regulamentação do setor ela é mais voltada para diminuir os impactos ambientais já que instituições internacionais condicionam seus investimentos a essa proteção.

No município de Pirenópolis o turismo chegou e introduziu ou aumentou diversos tipos de serviços e também a produção de mercadorias como é o caso do artesanato. A princípio a entrada de visitantes no município era vista com certa desconfiança como foi como se evidenciou pela declaração de um informante (*supra*, p. 51).

Nesse quadro de ampliação e de chegada de novas atividades figura a ocupação de guias. Para compreender a relação dos guias com sua ocupação foi necessário conhecer o processo de formação da categoria assim como o contexto histórico no qual estava inserido. O processo de turistificação de Pirenópolis teve seu início na década de 1970. A forma lenta com que se instalou, a princípio, contrasta com o boom na demanda turística no final da década de 1990, decorrente da estimulação via políticas públicas de implantação de infra-estrutura e divulgação na mídia estadual, nacional e internacional.

Segundo os guias mais antigos a função de ‘guia’ surgiu em Pirenópolis há mais de vinte anos. O serviço não era oferecido formalmente aos visitantes, que apenas chegavam e pediam auxílio aos moradores para indicá-los ou levá-los às cachoeiras e atrativos. A condução de visitantes acontecia de forma espontânea e sem vínculos monetários ou empregatícios.

Era assim, não tinha lugar, lógico, ficava aí sentado na praça e aí alguém chegava “ô vem cá, leva o cara lá”. Então era uma indicação aqui, um cara dono do restaurante, o dono de uma pousada entendeu, que ligava pra gente mas não tinha nada, nem um pensamento, nem a idéia de se constituir algo ou mesmo que fosse de se avançar profissionalmente dentro da área, né? porque a gente também, naquela época, sabe, a gente nem imaginava que isso poderia se tornar uma atividade. Tanto que a gente guiava muitas vezes até de graça, aliás não tinha né, ganhava de graça né, era só pra passear, eu gosto de passear “v’ambora, eu te levo lá”, entendeu? né?. Então era mais assim, não tinha aquela visão de ser uma atividade econômica, sabe?.(Haroldo - sócio fundador)

Entretanto com as políticas públicas em prol do turismo no estado, o potencial turístico de Pirenópolis foi alavancado e o município recebeu investimentos para o desenvolvimento de uma infra-estrutura turística. Entre essas ações consta a capacitação da população local para o atendimento turístico; várias pessoas participaram dos cursos. Para os informantes que vivenciaram essas experiências, foi durante esse primeiro curso que eles foram despertados e incentivados a se organizarem institucionalmente, daí surgindo à primeira associação de guias do município, a Associação de Guias de Pirenópolis.

Se o processo de crescimento da atividade turística levou algumas pessoas a perceberem um potencial econômico na ocupação, foi, todavia, após um dos primeiros cursos de qualificação na área de condução de visitantes que incentivaram o processo de formalização da categoria. De acordo com o presidente da associação foi o curso oferecido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT<sup>12</sup>, que estimulou essa formalização. Todavia, foram os recursos provenientes das políticas do PED em prol do desenvolvimento do ecoturismo que mais impulsionaram o turismo no município.

A demanda por profissionais que levassem visitantes até os atrativos assim como os cursos oferecidos pelos programas de qualificação deram o pontapé inicial para a formalização da ocupação. Entretanto, a primeira tentativa de organização não encontrou apoio por parte da administração local. De acordo com os fundadores o pedido de registro em cartório da associação foi retardado durante um longo período. Após perceberem a importância da qualificação para o turismo os atores locais, nomeadamente os guias, começaram a pressionar o governo estadual por mais cursos. Isto estimulou a chegada de novos cursos ao município, em parte pela demanda local, em parte como resultado de uma política estadual para o desenvolvimento do turismo. Estimulados por agentes locais e pela

---

<sup>12</sup> Na verdade, os cursos financiados pelo FAT faziam parte do - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, que foi implantado durante o período de 1996 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso e que, segundo Pinto (2004) “se propôs a democratizar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente daqueles em situação mais vulnerável no mercado de trabalho, por meio da ampliação de ações de qualificação de natureza pública e gratuita” (p.39).

expectativa do crescimento do turismo, os guias participaram desses novos cursos para complementar e ampliar seus conhecimentos. Algumas, das instituições responsáveis que, de acordo com Castro (2006), até hoje atuam no município na área de qualificação de recursos humanos são: ACVP, AGETUR, SEBRAE, SENAC, UDEP e UEG, mas, de acordo com os informantes o Corpo de Bombeiros, o SESC e o Grupo Nativa, também oferecem eventualmente cursos de qualificação. Durante o período de qualificação os guias se familiarizam com as leis do Ministério do Turismo que regularizam a ocupação. Segundo as regras da Embratur, instituição responsável pelo setor turístico, eles não poderiam ser denominados guias<sup>13</sup>, pois somente recebem essa classificação os trabalhadores que cumprem determinadas exigências da instituição. Finalmente com a entrada de uma nova administração que então apoiava esses trabalhadores, eles conseguem registrar sua entidade no cartório local e forma-se então a ACVP – Associação de Condutores de Visitantes de Pirenópolis, na data de registro de 13 de fevereiro de 2001.

Aí, quando o Gabriel entrou como secretário ele chamou a gente, aí nós conseguimos fazer o registro, foi em 2000 que nós fizemos o registro em cartório por causa do próprio curso que teve do PED, nós mudamos o nome da associação pra não confundir com os guias de turismo que são registrados no Ministério do Trabalho e no Ministério do Turismo, a gente passou para condutores de visitantes que é um termo usual, né? (Haroldo - sócio fundador)

Todo esse processo de formação da associação demonstra uma tentativa de demarcar e regular o exercício da ocupação.

### **3.2 – Interseções entre a formação da associação e a construção da identidade de guia**

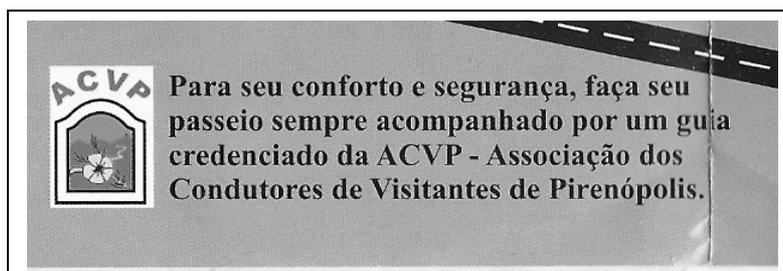
Segundo Freidson (1998), são várias as referências que se juntam para formar as identidades dos indivíduos; todavia ao referir-se a si o indivíduo encontra uma forma de dar um significado coerente a sua auto-imagem. As experiências vividas no campo do trabalho fornecem algumas dessas referências. No caso do processo da associação de guias vários elementos podem estar ligados à construção desse si mesmo coerente. Para Freidson (1998) esses eventos contribuem para uma maior integração dos agentes envolvidos já que acontecem sempre como resultado de uma ação coletiva. No caso do processo de constituição

---

<sup>13</sup> São considerados guias apenas os profissionais formados por cursos credenciados na Embratur, sendo os demais trabalhadores da área designados como “condutor de visitantes” ou “monitor de ambiental”.

da ACVP, os agentes envolvidos tiveram um longo período de reivindicação até sua entrada no CAT; no entanto o processo em si funcionou como um elemento de união baseado na ação coletiva: “o Itamar chamou a gente, aí nós viemos pro CAT, aí nós ganhamos força, ganhamos união, porque estamos aqui no nosso meio onde podemos atender e oferecer nossos serviços” (Haroldo - sócio fundador).

As ações organizam-se e concretizam-se na tentativa de delimitar as respectivas atribuições da categoria nascente. No processo de formação de sua associação os guias colocaram em prática, também, um conjunto de relações que contribuíram para a formação de sua identidade. Isto é uma separação entre eles e os outros, não guias. Quando eles demarcam claramente o que é necessário para se pertencer à associação de guias, classificam aqueles que não tem as qualificações necessárias para ser um ‘bom’ guia. Corroborando as teorias de Lahire (2002), Bourdieu (2007) e Dubar (2005), a constituição da associação efetivou uma estratégia de distinção. Isto porque ela se baseou tanto numa tentativa de reconhecimento da categoria ocupacional dentro das leis locais, neste sentido foi uma tentativa de legitimação de uma prática ocupacional assim como no direito de manter uma reserva de mercado, já que a proposta previa além do registro em cartório o apoio da prefeitura na coerção dos trabalhadores não associados. Entretanto eles não foram felizes nesta última proposta, já que até hoje não há uma lei que garanta uma reserva de mercado nem qualquer tipo de restrição para trabalhadores não associados nem mesmo para não qualificados, haja vista que no Centro de Informações ao Turista – CIT encontram-se trabalhadores que não possuem certificação. Outros elementos de distinção foram instituídos com o intuito de demarcar não somente a diferença entre os trabalhadores e não trabalhadores, mas também dos trabalhadores não associados. A camiseta, boné e a mochila que formam o uniforme dos guias associados funcionam como marcadores distintivos, atributo também vinculado ao material publicitário, como banners, folders, crachás e pequenos informativos (Figuras 3 e 4) colocados nos mapas.



**Figura 2 – Alerta sobre os benefícios de se contratar um guia credenciado pela ACVP.**

<b>SUGESTÕES PARA O TURISTA</b>	
<b>Traga calçados confortáveis</b> - Pirenópolis é uma cidade calçada com pedras e cercada de morros. Portanto, aqui os caminhos são acidentados.	<b>Venha de carro apropriado</b> - Nossos melhores atrativos são rurais e as estradas nem sempre estão boas.
<b>Traga chapéu e filtro solar</b> - O sol, quando aparece, é forte.	<b>Não vacile nos feriados</b> - Apesar da criminalidade aqui ser baixa, em feriados malandros podem visitar nossa cidade.
<b>Traga guarda-chuva ou capa</b> - Chove muito de novembro a março.	<b>Venha com tempo</b> - Para conhecer bem Pirenópolis são necessários vários dias.
<b>Venha com roupas apropriadas</b> - Cachoeiras tem mosquitos, trilhas tem capins que riscam as pernas e o sol queima os ombros. Lembre-se, cachoeira não é piscina e nem praia.	<b>Procure contratar um guia credenciado ACVP</b> - É mais seguro e confortável, você perde menos tempo e conhece bem melhor.
Cortesia <a href="http://www.pirenopolis.tur.br">www.pirenopolis.tur.br</a> - O Portal do Turismo de Pirenópolis: Informações sobre turismo e patrimônio cultural.	

**Figura 3 – Sugestões para o turista onde se ressalta o risco de não se contratar um guia credenciado.**

Também aparece no discurso de alguns guias a clara demarcação entre o nós e o eles, isto é, entre os guias associados e os não sócios, nesse caso fica patente também o conflito que esta relação engendra. Essa fala representa a frustração dos associados frente à falta de reconhecimento de sua legitimidade, do seu investimento pessoal, mas também coletivo, isto é, de uma garantia reserva de mercado, adquirida através da qualificação:

o cara da igreja outro dia chegou pra mim e disse “[...] vem cá, você é o presidente eu vou fazer uma reclamação pra você. Outro dia tava uma briga de guia aqui na frente daqui da igreja, que agora eles ficam aqui na frente da igreja” eu falei “Quem é?” “Fulano e fulano” eu falei “Esses daí não são da associação”. “Esse cara não é da associação, esse cara nunca fez curso...” [...] nós fizemos o curso, aqui se você somar, a gente tava somando aí outro dia as cargas de curso, é tudo acima de quatrocentas horas, seiscentas horas de curso, sabe. (presidente da ACVP).

Freidson (1998) ressalta ainda como elemento de distinção, e por isso de identificação, a utilização de termos técnicos ou jargões profissionais. Essa é outra marca de distinção pôde ser observada, isto é, a linguagem dos entrevistados, que apresenta uso de palavras e expressões típicas de sua atividade ocupacional. Durante o diálogo com os guias é fácil perceber o uso de palavras e expressões que são típicas do discurso turístico e que provavelmente são apropriadas durante os cursos de formação:

Tem gente que vem com a família,[...], tem mulher que vem sozinha e quer ir pra cachoeira entendeu? então tem uma série de responsabilidades desse guia credenciado, que é uma coisa muito séria né, a gente sabe muito bem disso que vira e mexe acontecem umas bobagens aí justamente por causa disso, falta de profissionalização do *trade* turístico, né. (Túlio - sócio)

Bom, primeira coisa que a gente faz é analisar o perfil, essa é a primeira ação, você tem analisar com quem você ta lidando sabe, como que a pessoa, ou grupo, no caso sempre é grupos né, qual que é o perfil desse grupo e pra saber primeiro qual o tipo de roteiro que você sugere, ou se aquele roteiro que

aquela pessoa quer fazer é viável, ou seja, assim, compatível com o perfil dela, ou mesmo até pra você poder incrementar o roteiro dela, que às vezes o roteiro dela não dá, ou então você pode melhorá-lo né, então pra você poder melhorar. (Haroldo - sócio fundador)

O pacote é montado na hora né, de acordo com a necessidade do cliente a gente mostra as opções e ele escolhe o que acha melhor, que a gente tem cachoeiras próximas, cachoeiras longe, cachoeiras mais baratas, cachoeiras mais caras a gente tem restaurante, então isso é bem maleável. (Estevão - sócio)

A promoção do potencial turístico na mídia nacional gerou uma grande demanda turística pelo município no início da década de 2000. Esse aumento da demanda turística da época, de acordo com alguns entrevistados, garantia a ocupação como única ou principal fonte de renda de acordo com Túlio, ele mesmo chegava a ganhar 1500 reais mensalmente. Hoje em dia a situação encontra-se bem diferente com é possível perceber por esta declaração: o turismo agora está bem fraco né? Eu estava hoje batendo um papo com um guia que está o inverso, a gente trabalhava como guia e procurava bico, hoje a gente está procurando quase uma outra fonte de renda principal e a atividade de guia está quase passando a ser o bico. (Everaldo – sócio). Os guias recebem diárias, cujo valor é correlato à distância dos atrativos, isto é, quanto mais longe mais alta a diária. A ACVP, possui uma tabela de preços que podem ser cobrados por seus membros, cujo valor pode variar de 50 a 80 reais por dia. Atualmente, com a demanda turística restrita a fins de semana e a feriados longos, a renda gerada pela guiagem ficou bastante reduzida. Além disso outro fator que interfere na procura por guias está ligado a alterações no tempo, por exemplo, em dias frios ou chuvosos já que grande parte dos atrativos são recursos naturais, e podem oferecer riscos aos visitantes e aos trabalhadores.

Durante o período de efervescência do turismo houve um aumento de procura por guias; essa procura estimulou a que várias pessoas que conheciam a região, mas não tinham o curso de guia, a oferecer seus serviços aos visitantes, nas proximidades do CAT, aumentando o conflito de interesses e reforçando o objetivo da classe criar uma lei municipal que lhes garantisse uma reserva de mercado. Para os guias essa situação provocou um tumulto que funcionou com justificativa para a tentativa de retirada da associação do CAT,

porque o turista quando chega aqui ele tem que conhecer tudo depois ele escolhe, faz a opção dele, não é isso? agora se chega aqui, o cara nem pisou aqui dentro do CAT, já tem um cara ali, sabe? querendo vender o atrativo dele, aquele cara é dono de atrativo, nem guia ele é, entendeu? ele está fazendo a bagunça aqui dentro, e o que a gente pode fazer? O CAT não é nosso. O CAT é da prefeitura. Então, foi falha geral, foi falha da associação, foi falha do empresariado, assim como foi falha também da própria

secretaria. Quando mudou a gestão os caras achavam que podiam resolver essa história expulsando a associação do CAT entendeu, aí foi ruim pra gente [...]. (Haroldo – sócio fundador)

Conforme foi explicado pelos informantes, com nova a troca do governo municipal<sup>14</sup> outros percalços foram colocados no caminho da instituição. Mudam as bases de negociação com os associados e a associação sofre muitas retaliações devido ao conflito de interesses. Muitos entrevistados, não somente guias, que espontaneamente cederam suas opiniões, salientaram que a queda de demanda turística se deveu à falta de uma política pública de turismo que melhor divulgasse os atrativos do município. Segundo os informantes, existem interesses conflitantes entre a atividade mineradora e o turismo, pois a mineração destrói a paisagem natural que é o objeto a ser explorado pelo turismo. Sendo o prefeito da gestão correspondente um empresário de mineração ele não teria nenhum interesse em incentivar ou investir no turismo, pois este, explora ambientes naturais preservados enquanto a mineração destrói a paisagem natural:

O prefeito é uma pessoa que ele é minerador, ele trabalha com pedra, então a gente vê que o foco da administração foi voltado pras pedreiras e que pro turismo é uma coisa que bate de frente por que causa um impacto ambiental tem toda uma situação complicada com relação ao ecoturismo, né? (Túlio - sócio).

talvez uma das coisas que a gente percebe que a administração agora ela foi contrária à associação porque o prefeito é dono de pedreira e a AMIP, que é a associação de mineradores a deles, queria fazer parte do conselho consultivo do parque, e nós fazemos parte do conselho consultivo do parque desde a fundação dele, né, [...] E aí nós fomos contrários sabe, nós nos posicionamos contrários a AMIP. [...] E aí o pessoal ficou muito chateado por causa disso sabe, e aí a gente também denunciou um monte de trem, a gente denuncia porque sai um pra cada lado, aí, daqui a pouco chega [alguém dizendo] “o homem está fazendo um negócio [causando impacto ambiental] lá não sei das quantas” aí [nós] manda um ofício pro ministério público [denunciando] (Haroldo – sócio fundador).

Outra queixa levantada pelos os guias que corrobora sua desconfiança com a falta de interesse da ‘nova’ administração foi a perda do espaço do CAT – Centro de Atendimento ao Turista. Durante a administração anterior, conforme os entrevistados, o secretário de turismo cedeu o espaço do CAT para a associação; em contrapartida os guias deveriam se encarregar do funcionamento desse órgão, prestando informações gratuitas a todos as pessoas que procurassem o CAT. Esse arranjo, de acordo com os guias, era favorável para ambas às

---

<sup>14</sup> A administração a que os guias se referem corresponde ao período de 2005 a 2008.

partes, já que eles poderiam estar próximos aos visitantes para oferecer seus serviços e a prefeitura não gastaria com atendentes.

Quando nós fizemos uma parceria de vir para o CAT nossa contra partida seria ajudar no atendimento, no atendimento gratuito né, que a gente fazia como voluntário atendimento de alta qualidade porque não tem melhor do que o guia pra conhecer aonde que está aquele buraco na estrada, como estão as condições daquela cachoeira, daquela trilha, né, de identificar o perfil do turista, saber que aquele turista pode ir praquela cachoeira, se pode ir praquela lugar entendeu. (Túlio - sócio)

Além do espaço a antiga administração também fornecia aos guias um computador com acesso à Internet. Com a mudança de administração, os guias perderam parte do seu espaço no CAT. O que antes era um espaço com várias salas administradas por eles está restrito a uma pequena sala na qual ainda funciona um terminal com acesso à Internet, onde são armazenados documentos da associação. Essa diminuição do espaço físico levou vários sócios a se desligarem da associação, o que acabou dividindo e enfraquecendo o movimento e abalando assim a legitimidade da organização. Segundo um dos entrevistados essa situação não é resultado apenas do conflito de interesses entre turismo e mineração, mas é também uma questão de relacionamento entre os guias e a própria secretaria de turismo. Túlio, um dos sócios, acha que “essa coisa de desprestígio da associação dos guias na verdade partiu do próprio secretário de turismo, já que a gente não tem uma relação muito boa com ele”.

De acordo com um dos sócios fundadores da associação, na época da fundação havia 40 associados; todavia, no período em que as entrevistas foram realizadas a lista de associados contava com apenas 17 nomes, dos quais apenas 5 ou 6 permaneciam totalmente atuantes.

O trabalho empírico revelou que realmente poucos eram os guias que permaneciam à total disposição dos possíveis clientes. A quase totalidade dos trabalhadores entrevistados afirmou que oferecia seus trabalhos apenas nos finais de semana, período que a cidade mais recebe visitantes. Apenas três dos guias entrevistados declararam ser aquela a única atividade ocupacional que desempenhavam. Atualmente poucos são os fundadores que ainda estão associados e, segundo os mesmos, os percalços vividos pela associação e baixa nas atividades turísticas foram os principais responsáveis pela evasão da maior parte desses associados.

Pra você vê como as pessoas têm poder né, de influencia de ação né, que o Caíque né, que é o presidente fundador aqui, que também ajudou pra caramba aqui no CAT ele saiu daqui e foi agitar lá na esquina. Bom negócio pra ele, porque lá é dele agora né, sabe, mas se num tivesse feito talvez ele tivesse ficado aqui, porque aqui dançou e ele resolveu abrir em outro canto, e agitou lá, e ele está agitando lá, sabe. Então a coisa dividiu né, onde era o centro de atendimento? Aqui. Os turistas

chegavam, todos vinham pra cá, as pessoas mandavam pra cá, porque todo mundo sabia que aqui tinha um apoio, agora passou aqui e lá. (Haroldo – sócio fundador)

A ACVP é uma entidade com regras para ingresso e permanência. Possui estatuto e código de ética<sup>15</sup>, ao qual os associados estão submetidos. A associação regulariza e fiscaliza condutas e preços cobrados pelos associados. O associado que infringir qualquer regra da associação está sujeito a punições até o total desligamento da associação. Além de regras de comportamento e ética profissional, exige qualificação mínima de 200 horas de conteúdo teórico e prático<sup>16</sup> especificado pelo código de ética.

Como foi observado pela história de criação da ACVP o processo passou por vários percalços, o que em princípio aumentou a integração de seus participantes. No entanto os vínculos criados não foram suficientes para segurar grande parte desses trabalhadores na ocupação:

Teve um boom turístico uma época muito boa que foi de 2002, 2003 até 2005, 2004, que motivou a categoria a trabalhar porque era bem remunerado (...) entrou essa nova gestão aí o turismo foi caindo de certa forma até drástica, a parte de visitantes aqui na cidade a coisa não... caminhou pra um processo de reversão, para essa situação, a coisa foi caminhando, caminhando, hoje a gente pode contar, nós podemos contar aí nos dedos, o [fulano] deve ter dito, outro já deve ter dito, é uma meia dúzia de guias numa associação que a gente tinha vinte, trinta pessoas trabalhando praticamente direto (Túlio - sócio)

Na declaração atrás é possível notar um tom pessimista que expressa bem as dificuldades que os guias vêm passando e como alguns responsabilizam a administração pública pela fase difícil que vivenciam, todavia este é um dos poucos trabalhadores que conseguem sobreviver apenas do turismo.

Ao analisar o processo de formação da ACVP foi possível perceber vários elementos discutidos por Freidson (1998) sobre trabalho; o autor reconhece a importância da organização para os trabalhadores, “somente quando um grupo se torna efetivamente organizado é que uma ocupação pode conquistar para seus membros um pouco de autonomia em relação ao controle alheio” (p.114). O processo de construção da ACVP é relativamente recente coincidindo com o acirramento da demanda turística no município. No caminho que a ONG vem percorrendo muitas de suas expectativas permanecerem frustradas, porém esses

---

<sup>15</sup> Instrumento de Controle de Qualidade do Serviço Profissional.

<sup>16</sup> Técnicas de comunicação, relações interpessoais, história aplicada ao turismo geografia aplicada ao turismo, a arte e as manifestações da cultura regional, princípios de ecologia e proteção ao meio ambiente, teoria e técnica profissional, primeiros socorros e estágio de condução.

trabalhadores persistem na tentativa de organização e reconhecimento da ocupação. Nesse sentido, conseguirem o reconhecimento em cartório da instituição constitui um passo importante na sua legitimidade política. A partir deste evento eles passam a ter um poder maior de influenciar e fiscalizar a atividade turística assim como interferir nas ações políticas que regulam o setor no município. Isto demonstra que eles possuem uma parcela de legitimidade que garante seu direito na participação nos conselhos municipais de várias áreas que interferem no meio natural e no turismo. Outro aspecto nessa tentativa de organização da ocupação advém da perspectiva de reserva de mercado, Assim os guias seguem com seu intuito de conscientizar o poder público de elaborar uma lei que lhes garanta a proteção de mercado baseados na necessidade de capacitação ‘profissional’ para o exercício da ocupação de guia.

Conforme afirma Freidson (1998), o caminho para a profissionalização “pressupõe um acordo impositivo por parte de todos os consumidores potenciais a usarem apenas membros da ocupação no fornecimento de um tipo definido de trabalho [...] ou a imposição de controles legais pelo Estado, que exige dos consumidores que usem o trabalho de membros legítimos da ocupação, ou torna difícil qualquer uso diferente” (p.121). Apesar de até hoje<sup>17</sup> não terem conseguido efetivarem essa reserva de mercado a ACVP continua firme no seu intento. Uma das propostas por exemplos discutidas pela associação é a escolaridade mínima para a entrada de membros, apesar de ainda não haver um consenso entre os associados sobre esse tipo de restrição. Todavia alguns requisitos mínimos são exigidos aos novos associados e como foi ressaltado, esses requisitos são importantes para o reconhecimento da legitimidade da organização e dos seus membros, neste sentido coadunam com Freidson quando este relaciona a importância desta regulamentação para o ingresso em determinadas ocupações com maior grau de legitimidade no mercado “os trabalhadores que ingressam na organização entram com o seu trabalho definido de antemão por seu treinamento fora dela, e como parte deste trabalho existe a obrigação de receber ordens de alguns, de cooperar com outros e de dar ordens a membros de outras ocupações.” (1998, p.102) Quando os membros de uma ocupação criam normas que delimitam a entrada e permanência na respectiva área de trabalho, eles contribuem para a formação de uma organização específica em que os componentes dividem uma identidade ocupacional coletiva em que os membros possuem um forte sentimento de obrigação e de solidariedade. Neste sentido, o processo de formação, organização e

---

<sup>17</sup> Ano de referência: 2009.

formalização por qual passa a ACVP se configuram como elementos integradores que funcionam, isto é, como elementos identitários.

### **3.3 – O espaço das trajetórias pessoais na construção das identificações**

A impressão que temos quando falamos de um conjunto de elementos, principalmente, quando não conhecemos de perto suas singularidades é a de se formar uma visão de um todo homogêneo. Todavia, quando podemos nos aproximar da realidade e participar de alguma forma da construção da construção de uma narrativa vivida é possível perceber que esses indivíduos possuem idiossincrasias, mas que as diferenças entre eles não os impedem capazes de encontrar elementos de identificação mútua que os direciona em um sentido comum, a sua ocupação. Nesse sentido serão ressaltadas algumas características particulares que ora distinguem esses sujeitos entre si, ora os aproximam. A maior parte dos sujeitos entrevistados na pesquisa empírica fizeram ou fazem parte da ACVP: sócios fundadores, sócios condutores<sup>18</sup> e ex-sócios. Mas também foi realizada uma entrevista com um funcionário da secretaria de turismo<sup>19</sup> que atua como guia em assuntos oficiais e também quando a prefeitura é solicitada a oferecer um guia gratuito. Nas entrevistas realizadas com os guias, estes trabalhadores revelaram parte de suas trajetórias de vida, principalmente no que concerne à entrada e ao percurso de sua atuação ocupacional. Neste sentido foi possível perceber que os trabalhadores apresentavam biografias bem diferenciadas. Como observa Lahire (2002) sobre a constituição da identidade dos indivíduos, o que se observa superficialmente e que nos aparece como uma identidade unificada, é na verdade, decorrência da exposição a contextos sociais e históricos diferenciados, resultando desta forma em uma identidade fragmentada. Quando, portanto, utilizamos o termo guia nos referimos a apenas um dos papéis possíveis que o indivíduo pode assumir. Existem instituições permanentes como também numerosas ocasiões mais efêmeras de celebração da unidade do si-mesmo, porém “socialmente [...] o mesmo corpo passa por estados diferentes e é fatalmente portador de esquemas de ação ou hábitos heterogêneos e até contraditórios” (Lahire, 2002, p.22). significa que cada guia, como indivíduo particular, pode responder de forma diferente às situações a que se encontra exposto.

---

<sup>18</sup> Sócios condutores e sócio fundadores são categorias criadas pela própria instituição, ACVP.

<sup>19</sup> Este funcionário era o secretário de turismo no período da formalização da ACVP.

Começa-se a marcar essas diferenças pela origem. Existem pontos de origem diferenciados, pessoas que vieram de outros locais para se fixarem ali, outros que nasceram e ali permaneceram ao longo de sua vida; alguns já moraram fora em alguns períodos e retornaram ao município. Há aqueles oriundos de famílias tradicionais e outros que não têm parentesco com a elite local. Alguns chegaram a freqüentar algum curso superior e outros possuem apenas o ensino fundamental. Pessoas que acabaram de entrar na fase dos 20 anos enquanto outros já possuem mais de cinquenta. Os elementos que os diferenciam criam um contexto de conflito, principalmente no que se refere à associação. Os “de fora” com os locais, os mais escolarizados com os de menor escolaridade: alteridades que se encontram para reafirmar a identidade individual de cada um. Conflitos que aparecem no discurso informal mas, quando a fala é racionalizada, não se percebe insatisfação em relação à participação de outros.

No que se refere à associação, essas diferenças por sua vez resultam em idiossincrasias que se refletem não só na escolha da modalidade que cada guia decide seguir, como também em conflitos internos. Se, por um lado, na fala dos entrevistados transparece um descontentamento com a configuração atual da organização da associação, é verdade também que frente aos inimigos comuns eles respondem de forma semelhante. De um lado os nativos que acreditam que os forasteiros não conhecem a região suficientemente; os de fora, por sua vez, acusam os autóctones de possuírem pouca instrução. Eis é uma fala que representa uma certa divisão interna entre os guias:

e muitas vezes você não pode atender o cliente, se vê que o cara fica meio que perdido né, “como é que eu vou fazer agora?” “quem vai me atender?” e tal, se num, o (fulano), não vai poder o (cicrano) não vai poder, que é a galera que tem, o (beltrano), faz parte da nossa turma assim de trabalho, o (beltrano), a gente é meio..., assim..., eu num... o (beltrano) é um bom guia e tal, uma pessoa extremamente interessada capacitada mas, assim, não atende o perfil dos meus grupos, entendeu então, eu prefiro trabalhar com o (fulano), com o (beltrano), né? (Túlio - fundador)

Contudo, quando colocados frente a objetivos ou obstáculos comuns da associação apresenta-se um certo consenso:

a secretaria de turismo está se lixando pra nós né, na verdade nós tínhamos uma salinha aqui na frente, tínhamos apoio do secretário de turismo, tínhamos o apoio do prefeito entrou o outro secretário a primeira coisa que ele fez foi jogar nós aqui pra esse, isso aqui é um..., o que vamos dizer que é isso aqui? é um lugar pra guardar uns restos de coisa que não usa e tal, né?. (Túlio - sócio)

... até, que surgiu né a associação né, que veio acaba agora com a administração do prefeito (...) que a gente tinha o CAT né? ele enxotou a gente lá do CAT e o pessoal esparramou... (Thiago - sócio)

O que parece, ainda, promover a união desses sócios, são os objetivos em comum de se estabelecerem numa categoria. Neste sentido os obstáculos enfrentados na constituição, estabelecimento e permanência na associação, devem ser resolvidos coletivamente. Algumas atividades que os guias se comprometem a desempenhar no seu estatuto, por um lado, colaboram para as condições de sobrevivência da ocupação, por outro fortalecem o sentimento de comprometimento com a associação. O artigo 5º do estatuto que rege a associação prevê o compromisso de participação e fiscalização em entidades públicas e privadas, assim como nas ações e atividades desenvolvidas no município, a fim de preservar o patrimônio natural e cultural. Destarte, segundo os associados, eles revezam-se para participarem dos conselhos municipais. Essa interferência, segundo alguns informantes, foi responsável pelo acionamento do IBAMA o que ocasionou a interrupção de algumas ações que poderiam implicar em prejuízo para o meio natural. Essa postura de intervenção é responsável, segundo os fundadores, pelo ostracismo que a categoria enfrenta perante o poder público, que a tem deixado fora das reuniões dos conselhos municipais.

As próprias regras para a associação transparecem a noção de que eles serão mais fortes com uma maior quantidade de associados<sup>20</sup>, abrindo as portas para quem deseja se associar. Contudo, não é isso que vem ocorrendo. A maior parte dos recém formados não segue na ocupação, mesmo declarando preferência pela função de guia. Um dos entrevistados, que não permanece como guia, declarou que teve de desistir da ocupação após constituir família, pois os rendimentos não eram suficientes para o seu sustento. Atualmente ele trabalha em uma pousada em tempo integral, também nos fins de semana, o que não lhe permite atuar como guia. Contudo, vários trabalhadores que possuem família permanecem na ocupação compensando a oscilação do mercado com outras atividades. A persistência desses trabalhadores pode ser observada por essa declaração: “É, tem hora que bate uma neurose assim de ir procurar outro trabalho, né. Porque tem hora que dá uma caída de demanda que é foda, mas aí dá uma relaxada, aí vê por outro lado, que não é assim, que além de mim tem

---

<sup>20</sup> A ACVP aceita a associação de: Sócios Simpatizantes – são aqueles que, por se destacarem na defesa do meio ambiente e/ou de Pirenópolis sejam simpatizantes à causa desta Associação; são também Sócios Simpatizantes antigos Sócios Condutores que por algum motivo, perderam a Credencial de Conductor.

várias outras pessoas que estão passando dificuldades né. Não sou só eu, então tem que ter calma, pé no chão e segura a onda, aí vai. (Tomas - sócio)

Como mostra o Quadro 3, quase todos os guias entrevistados afirmaram possuírem mais de uma ocupação, todavia a maioria afirmou que se pudessem escolher, exerceriam apenas a ocupação de guia.

**Quadro 3** – Perfil dos guias – Pirenópolis – 2009

<b>Idade</b>	<b>Educação formal</b>	<b>Outras ocupações</b>	<b>Naturalidade</b>
35	Ensino médio	Extração de pedra/ administrador de atrativo	Corumbá
48	Superior completo	Agência	Cidade de Goiás
35	Ensino médio incompleto	Joalheiro e entalhe em madeira	Pirenópolis
54	Fundamental incompleto	Transporte escolar,	Andradina-SP
27	Ensino médio	Transporte turístico.	Brasília
24	Fundamental Completo	Administrador de atrativo	Alexânia
33	Ensino médio	Dono de pousada.	Brasília
46	Ensino médio	Funcionário da prefeitura e ator	Pirenópolis
36	Superior completo	Professor universitário, funcionário do IPHAN.	Pirenópolis
43	Ensino médio	Extrator de pedras	Pirenópolis
20	Segundo Grau	Monitor de turismo	Pirenópolis
52	Segundo grau	Pedreiro, faz bicos, cuida de cachorros.	Pirenópolis
45	Superior incompleto	Publicitário	Rio de Janeiro
36	Ensino médio	Celg	Santos-SP
48	Superior incompleto	Agência	Rio de Janeiro
37	Médio incompleto	Cinema	Pirenópolis
23	Superior incompleto	Funcionária pública	Pirenópolis
43	Ensino médio	Agência, transporte e restaurante	Pirenópolis
33	Ensino médio	Administrador de atrativo	Brasília (sempre viveu)

Fonte: CERQUEIRA, Alessandra Tenório, Trabalho de campo, 2009

Outro indicativo da estreita relação que os guias têm com sua ocupação pode ser observado pela expectativa de permanência na atividade. Quase todos afirmaram que, embora a ocupação não seja suficiente para responder a necessidades básicas de sobrevivência, não têm intenção de deixá-la, como é possível observar pelas declarações a seguir: “Até quando eu ainda tiver uma condição física pra poder andar e desempenhar um bom atendimento” (Nélson – sócio) ou ainda, “Até quando minhas pernas me permitem andar.” (Reinaldo – ex-sócio).

Essas declarações demonstram que, embora haja um motivo econômico para o ingresso desses trabalhadores na categoria ele não é o principal responsável pela permanência na ocupação.

### 3.4 – O processo de globalização e a crise das representações sociais modernas

O processo de construção da identidade pessoal torna-se um fenômeno complexo, na medida em que requer uma dupla negociação, entre um Eu voltado para as expectativas externas e um Si que possui desejos e expectativas próprias. De acordo com Dubar (2006) o tipo de identidade que os indivíduos vão construir ao longo de sua vida dependerá do peso que ele confere aos seus respectivos Eus e Sis. Para o autor o tipo de sociedade em que os indivíduos vivem é fundamental para os tipos de identificações dos indivíduos. De acordo com o autor em sociedades de tipo comunitário favorecem a construção de uma identidade social, isto é, voltada para os valores e expectativas dos outros, por isso os indivíduos se apresentam menos diferenciados. Já as sociedades de tipo societárias favorecem a construção de identidades pessoais, isto é, quando os indivíduos podem negociar de forma mais ampliada as expectativas pessoais e as sociais. De acordo com Dubar (2006) esse tipo de identidade se torna mais patente nas últimas décadas do século XX, quando algumas referências construídas ao longo da modernidade entram em crise.

Segundo Dubar (2006) é o processo de socialização que torna o ser humano um representante de sua espécie. Desde seu nascimento ele necessita do cuidado de seus iguais para a sua sobrevivência e é somente através do contato e da relação com esses iguais que esse ser humano pode vir a se tornar um indivíduo. A relação social que se inicia desde o nascimento evolui de forma a que o ser humano a princípio indistinto de tudo que o cerca possa reconhecer a si mesmo com um ser em si. A partir desse reconhecimento o ser humano desenvolverá sua identidade de acordo com a sociedade em que se encontra inserido, e sua personalidade será tanto mais diferenciada da dos outros elementos do seu grupo quanto mais complexo o grupo for. Para Dubar (2006) a criação de um Eu nos sujeitos depende do contexto histórico a que estão inseridos. Neste sentido o autor difere quatro tipos básicos de identificação dos indivíduos: as formas cultural, estatutária, reflexiva e a narrativa. A forma cultural corresponde aquela em que a identidade dos sujeitos é congruente com a consciência coletiva, pois ela é totalmente dirigida para o outro “se baseia no respeito coletivo da tradição” (Dubar 2006, p. 28). Este tipo identitário é encontrado em formas associativas comunitárias. A forma estatutária também é direcionada para o outro, mas aqui ela se desprende do grupo de origem e se dirige para um outro grupo de referência e de objetivo, isto é, os sujeitos em busca de uma posição diferenciada, de um status social, entram numa competição individual buscando no grupo almejado as referências para alcançar seus objetivos de ascensão. A forma reflexiva implica num distanciamento dos papéis sociais de

tipo comunitário, todavia não significa que os indivíduos desejem uma “mobilidade espacial, nem mudança de pertencas”. Este tipo de identificação é baseado numa refletividade moral “numa consciência de si próprio” e na busca de “um ideal moral” (p.34). O quarto e último tipo, o narrativo, é caracterizado pela “primazia da ação no mundo e não na reflexão interior sobre si próprio. Aqui cada um se define pelo que faz, pelo que realiza e não pelo seu ideal interior. Ele organiza-se em torno dum plano de vida, duma vocação que se encarna em projetos, profissionais e outros. Ele possui como desafio ‘a unidade narrativa de uma vida’ e não a coerência reflexiva de uma intimidade” (p.36-37). A cada tipo de identificação Dubar associou um modelo histórico: a cultural predomina em formas de associativas de tipo ‘primitivas’, a estatutária corresponde ao processo histórico de centralização do poder do Estado em que os sujeitos são levados a distanciarem-se dos grupos comunitários de referência e adotarem um “novo código simbólico, de interiorização de novas maneiras de dizer, de fazer e de pensar valorizadas pelo Poder” (p.28). O tipo encontrou espaço na sociedade romana, no culto individual da própria espiritualidade, não contestando o grupo social nem cedendo aos imperativos deste. O quarto e último tipo, chamado narrativo é proveniente do processo de racionalização, em que os indivíduos são levados a ajustarem os meios aos fins.

Neste ponto Dubar chega à sociedade moderna contemporânea, em que todas as formas de identificação se encontram presentes. Nessa nova sociedade o indivíduo pode se libertar da dominação comunitária para aderir a um novo modelo, neste modelo para Dubar (2006) o indivíduo constrói sua identidade, que é sempre provisória, através de processos identitários diferenciados, de incorporação e de atribuição, já que para o autor “a identidade não é apenas social, ela é também pessoal” (p. 13). Com isso o autor quer dizer que nas sociedades modernas existem variadas categorias e papéis sociais com os quais os indivíduos podem se identificar e serem identificados, assim como negar as identificações com as quais ele é rotulado. Todavia é a partir dos modelos oferecidos pela sua sociedade que os indivíduos poderão se apropriar ou não, negar ou se aproximar de determinados tipos identitários.

Acontece que, principalmente, após a década de 1950 a sociedade moderna passa por uma nova fase de avanço técnico informacional que propicia uma corrente constante de transformações que se aceleram principalmente após a década de 1970. As transformações que se fizeram sentir fundamentalmente no setor produtivo não deixaram de alcançar outras esferas: social, cultural e política. Esse período de transformações abalou os paradigmas até então estabelecidos pela sociedade moderna, desconfigurando assim categorias sociais de pertença. Dubar elege para discutir esse fenômeno três categorias sociais que ao longo do

tempo serviram como elementos sociais de identificação: gênero, trabalho e identificações simbólicas político-religiosas. O autor mostra como as modificações do século XX foram capazes de propiciar, até certo ponto a emancipação feminina e como esse evento teve implicações nas relações de gênero e na constituição das famílias. A relação homem mulher historicamente sempre foi marcada pela dominação masculina (pai, marido, sacerdote, anciãos, etc.). A identidade feminina sempre foi subordinada ao masculino desde que, até o seu nome era definido em relação ao pai e ou marido. O papel feminino baseado numa divisão sexual do trabalho, restringia-se a esfera privada da reprodução. O espaço público e o poder político eram reservados unicamente aos homens. As mulheres que não se sujeitavam ao “seu papel” social eram reprimidas. O século XX, principalmente após a década de 1950 viu esta realidade se transformar com avanços e retrocessos. Essas mudanças foram em parte fruto da evolução científica, com o surgimento da pílula anticoncepcional, mas também graças à ação das mulheres no sentido da busca do reconhecimento da igualdade de direitos com os homens. A inserção da mulher no mundo trabalho assalariado em princípio não rompeu com a lógica da restrição ao espaço doméstico já que as atividades que elas exerciam fora de casa eram tipicamente as mesmas funções femininas domésticas de cuidados domésticos ou de terceiros como: empregadas domésticas, costureiras ou cozinheiras (no caso das mulheres pobres e iletradas) e professoras, enfermeiras, governantas, etc. (no caso das burguesas), todavia sua carreira profissional se encerrava com o casamento, quando elas definitivamente assumiam seu papel.

Após a segunda metade do século XX o controle da concepção vai transformar essa realidade. O trabalho fora de casa permitiu o retardamento do casamento, já que elas não dependem mais de pais ou maridos, e o anticoncepcional permitiu o planejamento familiar e o adiamento da procriação. Esses eventos liberam a mulher para dedicar-se cada vez mais a sua formação educacional e profissional e também a um maior investimento na sua carreira. De certa forma essas modificações permitiram as mulheres o acesso a uma identidade autônoma, não mais restrita a funções domésticas que são historicamente desvalorizadas, tornando-se mais independentes dos “seus” homens. O investimento na carreira profissional também afastou a mulher do serviço doméstico. Se por um lado grande parte das mulheres tende a ter uma dupla jornada, a antiga divisão sexual de trabalho vem se transformando, já que elas não se encontram o tempo todo em casa, o que de certa forma tem levado algumas famílias a partilharem também o serviço doméstico. O controle da concepção permitiu a mudança simbólica da prática sexual, agora, não somente ligada à reprodução, mas ao prazer. Essa mudança simbólica permitiu a emergência de outras demandas sufocadas pela sociedade

machista, a demanda pelo direito a vivência de outras formas de sexualidade entre elas a homossexualidade.

A família, lócus privilegiado da dominação masculina, também se modifica. Com a ampliação do acesso ao mercado de trabalho, embora em condições diferenciadas, já que o trabalho feminino é menos remunerado que o masculino, as mulheres independentes podem escolher se casar ou não, permanecer casadas ou se separarem. Os direitos conquistados e o trabalho assalariado permitem que elas deleguem a educação das crianças a um terceiro, creches ou parentes. Os modelos de família se multiplicam. Crescem as famílias monoparentais e as relações conjugais não tradicionais. Porém, Dubar (2006) ressalva que “o acesso maciço das mulheres ao trabalho assalariado, o controle da procriação e a igualdade jurídica com os homens não suprimiu nem as desigualdades entre os sexos nem todas as formas de subordinação das mulheres. Mas gerou uma crise de papéis masculinos e femininos e transformações identitárias” (p.56). Dubar (2006) afirma ainda que as identidades sexuais se modificaram de modo que os indivíduos podem experimentar múltiplas maneiras de se viver, essa multiplicidade de identificações possibilita “combinações inéditas [...] e que manifestam uma crise das formas anteriores” (p.84). O universo feminino se ampliou para fora das fronteiras domésticas, e com isso colocou em cheque os modelos de identificação masculina.

O segundo aspecto analisado por Dubar (2006) recai sobre as categorias sócio profissionais que o autor define como “maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego” (p.85). Isso porque, para Dubar (2006) a terceira revolução industrial também abalou esses paradigmas. O período de certa estabilidade vivenciado por várias sociedades com o estado de bem estar após a Segunda Guerra entra em crise principalmente após a década de 1970. Um novo modelo produtivo entra em vigor, e embora não elimine o antigo modelo, fordista-taylorista, reduz a sua abrangência. O fenômeno chamado de modernização mais conhecido como o “processo de privatização, de adoção de normas de rentabilidade financeira e de organização seletiva, implicando demissões e flexibilidades” (Dubar 2006, p.86) “trata-se, duma lógica tanto política como econômica, tanto de uma lógica de rentabilidade (privada) como de domínio (público)” (idem, p.88). Os efeitos da modernização fizeram-se sentir a princípio nos empregos agrícolas. A tecnologia aplicada na modernização das máquinas aumentou a produtividade dispensando assim a grande parte mão-de-obra, liberando a população rural que por sua vez se viu obrigada a procurar meios de sobrevivência nas áreas urbanas. Além disso a crise do petróleo da década de 1970 atinge o setor produtivo de forma que um aumento do desemprego, da terceirização, da precariedade, do emprego em tempo parcial, etc.

De acordo com Dubar (2006) essas novas formas de organização do trabalho tem reflexos na formação da identidade dos indivíduos pois modificam as relações estabelecidas até então. Começando com a relação entre o trabalhador e suas funções, principalmente nos países de capitalismo a avançado, tendendo a substituir cada vez mais a mão-de-obra humana pela automação. Essa automação limita a criatividade dos trabalhadores que muitas vezes fica resumida a apertar botões. Contudo, discordando de outros autores<sup>21</sup> Dubar (2006) afirma que “o operador não é passivo, totalmente subjugado, ele elabora modos operatórios que mobilizam os seus próprios recursos, ele gera constantemente um conjunto de acontecimentos que lhe permitem decidir ações a conduzir, ele readapta os objetivos prescritos e desenrasca-se com os meios que dispõe, ele executa competências incorporadas para conseguir seus trabalhos” (p.96).

De acordo com Dubar (2006) essas ações são mobilizadas quando existe um mal funcionamento no sistema. Todavia essas práticas ignoradas ou não, não recebem a devida compensação via salários. De outro lado os trabalhadores mesmo tendo consciência de essas práticas não são parte de suas funções sentem-se responsáveis por elas. Para Dubar (2006) essa é uma das modificações ocorridas no trabalho, quando o indivíduo investe por conta própria na resolução de problemas porque o “trabalho, mesmo o mais comum, tornou-se um desafio para o reconhecimento de si” (p.97).

Outro aspecto ressaltado por Dubar (2006) em relação ao trabalho é a responsabilização do indivíduo. Até a década de 1980, o que vigorava era uma noção de competências adquiridas que assegurava a progressão salarial dentro da empresa. A concorrência entre as empresas era regida por uma lógica de preparação dos seus quadros que implicava em “dispendiosas operações de formação” (p.99). Deste ponto em diante essa lógica começa a mudar. A idéia agora é de o indivíduo para manter-se em situação de empregabilidade deve estar sempre se requalificando, nas palavras de Dubar “cada assalariado [passa a ser] responsável pela aquisição e manutenção de suas próprias competências” (id., ibid.) sob o risco de não conseguir se inserir no mercado de trabalho. Todavia, mesmo estando suficientemente qualificado, nada garante ao trabalhador que ele conseguirá se inserir no mercado de trabalho ou se nele permanecerá. Tudo se passa como se o trabalhador perseguisse cada vez mais um objetivo que cada vez mais se afasta dele.

---

<sup>21</sup> Richard Sennett, apresenta em seu trabalho sobre “a corrosão do caráter” um ponto de vista diverso de Dubar, para ele somente em níveis de trabalho qualificado há oportunidade do trabalhador se desenvolver intelectualmente com a tecnologia, em casos de trabalhadores com baixa qualificação, ou seja, aqueles que só apertam botões, não há crescimento pois os trabalhadores não possuem conhecimento suficiente para lidar com problemas nas máquinas, para isso são exigidos outros profissionais com qualificação específica. SENNETT, Richard. *Ilegível*. In: \_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

No último aspecto analisado por Dubar sobre as condições do trabalho sob a nova fase do capitalismo, o autor ressalta que, esse modelo se apóia numa relação mais próxima entre empresa e cliente, quando o produto ou os serviços assumem a “cara do cliente”. Uma das estratégias usadas pelas empresas é a descentralização, de forma que a grande empresa se divide dando origem a pequenas e médias em que os funcionários tornam-se profissionais, “isto, fornecedores de serviços a usuários com os quais estão ligados por uma relação de confiança” (idem, p.101).

As modificações vividas no mundo do trabalho colocaram em questão as antigas categorias profissionais “que eram organizadas, às vezes desde há muito tempo, sobre a base de comunidade de ofício” para o autor um típico exemplo de identidades culturais (p.102) Isto afetou principalmente ao proletariado que estava integrado em comunidades de ofício ou em sindicatos. Com o novo modelo de produção estes trabalhadores ficaram desempregados ou em situação de precariedade. Essa situação colocou em crise as identidades desses trabalhadores que a partir daí tiveram uma desvalorização do seu saber fazer, impedindo-os assim de “transmitirem aos seus filhos os saberes e os valores de um ofício reconhecido e valorizado” (2006, p.103).

A des/reconfiguração do mundo do trabalho para levou a um arrefecimento dos conflitos de classe, o que não implica que os conflitos sociais tenham desaparecido. Pelo contrário Dubar enumera vários conflitos em defesa dos empregos, contra demissões, contra o fechamento de fábricas, etc. outrora por melhoramento de serviços públicos. Ocorre uma modificação na configuração e também nos próprios objetivos pretendidos pelos movimentos sociais, o que se deveu principalmente ao abalo sofrido pelo movimento sindical, fruto da fragmentação de categorias profissionais, pela intensificação da especialização, pelas terceirizações e também pelo desemprego. Essa fragmentação dos grupos sociais leva a formação de demandas específicas que são sentidas singularmente pelos indivíduos. A partir do momento que os indivíduos tomam consciência de que sua situação é compartilhada por outros, o desemprego por exemplo, formam-se assim novas “relações de afinidade” a partir de onde se constrói “um coletivo novo” (p.107). Neste sentido as relações de trabalho já não são as únicas a oferecerem identificações, as situações de desemprego a partir do momento que os indivíduos tomam consciência da precariedade partilhada construindo assim a experiência de pertença a um coletivo que “pode permitir uma superação do isolamento inicial e constituir uma experiência decisiva no acesso a uma identidade nova, ao mesmo tempo pessoal e societária” (p.108).

A terceira forma de identificação que Dubar analisa sob a ótica das novas configurações da mundialização são as identidades simbólicas político e religiosas. Para Dubar (2006) nossas “escolhas são motivadas por valores e por crenças” (p.114). Durante muito tempo nossas crenças e valores eram orientados em parte por nossas afinidades religiosas, católicas, protestantes, etc. mas também por nossa concepção política. A nova configuração social também trouxe implicações nessas representações. É assim que Dubar (2006) interpreta a prática religiosa atual, para ele existe a princípio uma diferença marcante segundo a faixa etária das pessoas. Enquanto entre as pessoas mais velhas se encontram ainda religiosos praticantes de uma religião, entre os mais jovens mesmos os que declaram pertença a uma corrente religiosa, esse posicionamento em geral não é acompanhado de uma prática. Por outro lado cresce também o número de pessoas que declaram acreditar em Deus, mas que não pertencem a uma religião específica ou ainda que não há uma religião mais verdadeira do que outra. Dubar (2006) interpreta esses dados como um crescente processo de “secularização e desinstitucionalização de práticas e crenças religiosas” (p.116). Em que as instituições religiosas se afastam, nomeadamente da esfera do ensino, sanitárias, caritativas, etc. A desinstitucionalização reflete a perda de influência das igrejas sobre a vida privada. Esse processo leva a crer que as práticas religiosas estão se tornando cada vez mais uma questão privada.

No que se refere à afinidade política, para Dubar as últimas décadas trouxeram também grandes transformações sob a influencia do processo de mundialização. A nova configuração das relações econômicas e sociais, principalmente a partir da década de 1990, abalou os antigos referentes da ação política, ou seja, nação, revolução e classe. Acontece assim uma crise de representação, as fronteiras dos Estados estão mais fluidas, os conflitos de classe arrefecidos pela fragmentação da classe trabalhadora e pelo desemprego e “derrocada do socialismo real, incluindo na URSS (1991) acabaram por lançar a dúvida à esquerda sobre a justificação por uma via revolucionária” (p.133). Agora os partidos políticos não abarcam mais as expectativas dos eleitores e militantes. Quando isso ocorre há uma personificação do processo político, permitindo “aos eleitores sentirem-se pessoalmente representados por eleitos que sejam, ao mesmo tempo, porta-vozes dos verdadeiros problemas da sociedade civil e decisores políticos eficazes e desinteressados na esfera do poder” (p.137).

Todas essas transformações em vigor, segundo Dubar, engendram crises de nas identidades dos indivíduos na medida em que elas modificam as representações sociais que lhes servem de referência na incorporação de elementos identitários. Em nível individual, afirma o autor que qualquer mudança inesperada na rotina dos indivíduos é passível de criar

uma crise, “estas crises são identitárias porque perturbam a imagem de si, a estima de si, a própria definição que a pessoa dava de si a si próprio” (p.144). Para Dubar (2006) a instabilidade do mundo atual coloca diante dos indivíduos um amplo leque de orientações e ao mesmo tempo propicia incertezas porque “doravante as crises identitárias acompanham todo o curso da existência já que, esta última se tornou, para todos, de diversas maneiras, incerta e, os percursos de vida cada vez mais diversificados” (p.163). É a partir destas rupturas de trajetórias que os indivíduos vão construir suas identidades pessoais formando assim sua história subjetiva que é contado para si mesmo e para os outros. Com o enfraquecimento das identidades culturais e estatutárias motivadas pela instabilidade social e pelas crises pessoais os indivíduos levados a construir novas afinidades a partir de motivações que a partir de agora não são engendradas no interior de laços comunitários e sim por interesses compartilhados por pessoas que não possuem nada mais do que a orientação para ‘um’ objetivo comum. Segundo Dubar (2006) essa é a nova base em que se dão os novos movimentos sociais. Quando, de acordo com o autor, esses indivíduos fragmentados encontram em comum com outros indivíduos em igual situação motivos coerentes para ação comum, são pessoas racionalmente orientadas em escolhas voluntárias. De acordo com o Dubar (2006) o que dá a coerência a esse si fragmentado é a construção de uma narrativa pessoal a partir da qual os indivíduos expressam suas expectativas, projetos e organizam sua trajetória passada. Ao elaborar o relato autobiográfico, para si ou para outros, os indivíduos ordenam os seus processos de identificação, organizam suas escolhas e tomada de decisões, configurando desta forma a internalização de um tipo específico de sujeito como princípio orientador de sua vida. Desta narrativa provém de o perfil identitário, pessoal, que, contudo é orientado pelo conjunto da sociedade.

Daí pode-se que concluir que os indivíduos direcionados por uma representação social compartilhada da importância de uma atividade ocupacional que tenha retorno econômico juntam-se em torno da ocupação de guia, porque durante um determinado período essa ocupação lhes garantia esse retorno.

Todavia, a justificativa econômica não é suficiente para explicar a orientação para essa ocupação na medida em que estes indivíduos possuíam e possuem outras atividades econômicas, atualmente até mais . Para compreender esta afinidade com a ocupação de guia é necessário recorrer a uma outra justificativa, para tanto serão utilizados os discursos sobre a defesa da ecologia.

### 3.5 – A construção de uma identidade narrativa a partir da consciência ecológica

A tomada de uma consciência ecológica toma corpo principalmente no início da década de 1970, quando o movimento ecológico se descola dos movimentos sociais da década de 1960 assumindo assim autonomia. O turismo toma carona na esteira dessas reivindicações, provando mais uma vez que o capitalismo possui capacidade de adaptação às conjunturas apresentadas ao longo do processo histórico. É nesse contexto que o ecoturismo toma forma nas representações sociais como atividade economicamente sustentável.

Desde então, auxiliado pelo interesse do capital em um novo nicho de consumo, as políticas e atitudes “ecologicamente corretas” ampliam sua esfera de ação. É assim que o ecoturismo se apresenta mais uma forma de apropriação do capital sobre uma prática social. Comparando as informações sobre os entrevistados é possível relacionar suas escolhas pela atividade de guia e um conjunto de representações sociais sobre a natureza e o turismo. De acordo com os processos de formação de identidade de Dubar (2005) pode-se encontrar a incorporação de representações sociais da defesa ecológica e do patrimônio local. A formação da identidade para Dubar (2005) é resultado das contínuas socializações e nunca chega a ser totalmente conclusivo, visto que ela é o resultado das negociações entre identidade para si e identidade para o outro, ou seja, resulta da negociação entre os processos de incorporação e atribuição. A atribuição concerne aos elementos ou características que são imputados aos indivíduos por outros agentes ou instituições. Esses elementos ou características podem ser rejeitados ou não pelos indivíduos. Já a incorporação diz respeito aos elementos e características que são interiorizados pelos indivíduos durante suas trajetórias sociais. Nos dois casos os indivíduos fazem uso do mecanismo de tipificação que serve “para identificar os outros e para se auto-identificar” (p.143). A tipificação utiliza “categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas em níveis diferentes (designações oficiais do Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais, até mesmo idiossincrasias diversas...)” (p.137) e podem variar “de acordo com os espaços sociais onde se exercem as interações como de acordo com as temporalidades biográficas e históricas em que se desenrolam as trajetórias” (p.143). O diálogo com esses trabalhadores a defesa da preservação dos patrimônios cultural e natural apareceram não só de forma utilitária como elemento fundamental para a manutenção da ocupação de guia, como dever social assim no próprio tipo identitário com o qual eles se definem:

Num contexto, né, o guia, a principal função dele é o elo de ligação entre o cliente né, entre a pessoa e o meio natural e ele é o meio de conscientização disso né, acho que o papel do guia é mostrar o ambiente

é do Brasil, e mostra para seu cliente a importância desse local né, e não só a importância desse local e o quê que ele pode fazer pra contribuir pra conservação desse meio, acho que esse é o papel mais importante do guia né, levar informação sobre o ambiente que a pessoa está visitando, né?. Acho que é isso. (Estevão - sócio)

É, estar defendendo o meio ambiente, estar trabalhando junto ao meio ambiente, que é muito prazeroso. (Tomas - sócio)

Então isso aí, pra muitos aí, principalmente pra esse pessoal que é garimpeiro aí, é terrível, a associação é uma entidade ambientalista ela tem no seu estatuto<sup>22</sup> a preservação do meio ambiente, né, então ela é uma entidade ambientalista. Então assim esses fazendeiros e mineradores que são gestores né, não só do município, mas do estado de Goiás, eles não gostam de uma entidade ambientalista né, não gosta de ecologista. (Haroldo - sócio fundador)

Outro aspecto que pode ser ressaltado sobre o investimento em uma identidade ecológica pelos entrevistados é a ação prática em defesa do meio natural e cultural do município. Todos os guias da ACVP afirmaram sua responsabilidade de interferirem em ações de degradação ambiental não só de empresas como também em ações individuais de turistas que visitam a cidade. Aspecto também observado por Mesquita (2007) “os guias também demonstram preocupação com a preservação do meio ambiente pelo turista, pois todos eles disseram que chamam atenção do turista sobre a necessidade do respeito à natureza”, além do aspecto da ação individual os guias também tomam para si a responsabilidade vigiar as ações de empresas ou entidades. Nesse sentido além de participarem dos vários conselhos municipais eles se preocupam em não permitir que o seu trabalho resulte na degradação de atrativos, no que diz respeito a capacidade de carga “em geral a maioria dos atrativos citados pelos guias respeita o limite, informalmente, imposto por eles” (Mesquita, 2007, p.40).

A formação da identidade é um fenômeno complexo que depende de elementos internos e externos aos indivíduos. Elementos que precedem sua existência, mas também elementos que ele cria a partir das relações que ele vai estabelecendo em sua trajetória biográfica. É na interação social que os indivíduos constroem suas identidades, todavia a primeira identidade é formada nas primeiras fases da vida dentro da convivência familiar. Os laços familiares, no entanto, se expandem, na medida em que o indivíduo se desenvolve; logo

---

<sup>22</sup> Capítulo II, artigo 5º, §1 “Conduzir a visita no município de Pirenópolis, em especial no Centro Histórico, na Serra dos Pirineus e nas regiões de interesse turístico no município e seu entorno, de forma organizada e profissional, visando a formação de uma conscientização ambiental e cultural de modo a conservar a natureza e o patrimônio histórico, bem como assegurar a sustentabilidade da região nos aspectos: cultural, ambiental e econômico”.

sua rede de relações se amplia e a escola passa tomar parte importante na sua formação. A variedade de situações que são experimentadas pelos indivíduos concorre para que eles incorporem mais esquemas de ação. Quanto maior a quantidade de esquemas incorporados pelo ator maior será a possibilidade de agir de forma não esperada diante de uma situação. (Lahire, 2002). Esses fatores contribuem sucessivamente e continuamente para a formação das identidades. As representações sociais que o indivíduo encontra ao nascer são acrescidas às que ele incorpora mediante as novas relações que estabelece, mas também transformadas ou integradas a novos sentidos ou valores que emergem das novas relações ou interações.

A análise de relatos dos guias revela que suas escolhas ocupacionais foram influenciadas pelos processos a que estiveram expostos ao longo de suas trajetórias. A disposição que esses indivíduos revelaram ao se acercarem da ocupação de guia pode ser explicada pela herança histórica e condições sociais, conjuntamente com a distribuição de oportunidades sociais; esse conjunto de condições pode ter influenciado de alguma forma a escolha de sua carreira ocupacional. Nesse caso pode-se notar que a maior parte dos guias tem maior preferência pelo turismo em área natural. No caso dos guias locais uma explicação possível pode ser aventada pela trajetória de vida e por um conhecimento popular, por que não dizer por um *habitus* próprio de pequenas cidades, como demonstra essa declaração de um guia sobre suas horas de folga:

Eu prefiro ir pra outro lugar, principalmente fazenda, [...], ou jogar bola, fazer passeio a cavalo com os colegas, como de vez em quando nós fazemos. Pelo menos uma vez por mês juntamos um grupo de colegas, principalmente porque gira a folia da igreja né, a folia do padre, ou então pra chácara de alguém, ficamos lá, passamos a noite num dia e no outro dia à tarde voltamos pa cidade. (Clayton - sócio)

...aqui em Pirenópolis a gente não tem muita opção de lazer; então, quando a gente está parado não está levando pessoas para cachoeira, a gente junta a turma e [...] vamos pra beira de um rio algum lugar mais distante acampa passa o dia [...] (Celso - sócio)

Desta forma a escolha e a preferência pelo trabalho junto às áreas naturais provêm de um conhecimento acumulado, de origem não formal, mas popular, desses espaços naturais. Gostar do espaço natural tem a ver com a própria experiência lúdica a que esses indivíduos foram expostos enquanto eram crianças: “Olha o meu pai era sapateiro era uma das atividades profissionais dele, sapateiro e caçador nas horas vagas, então assim muita coisa que eu sei hoje de guia de mato era coisa do meu pai, eu saia com ele pro meio do mato...” (Celso - sócio)

Essa declaração evidencia um *habitus*, uma disposição para uma prática de contato com as áreas naturais. Uma prática cultural a que os guias nativos ou oriundos de pequenas cidades como Pirenópolis já estavam habituados desde a infância e a adolescência.

Quanto aos trabalhadores que vieram de fora a aproximação com a atividade de guia também pode ser explicada pela incorporação de uma representação social, talvez não tão arraigada quanto o *habitus* encontrados nos habitantes tradicionais, mas que explicam de certa forma a afinidade com a ocupação, nesse caso o pensamento ecológico, o qual também dividem com os guias locais, mas que neles torna-se uma forma de justificação mais plausível.

Pelo menos dois dos guias que vieram de grandes cidades como Santos e Rio de Janeiro justificaram sua vinda para Pirenópolis pela disposição que tinham de viver em cidades pequenas onde fosse mais próximo o contato com os ambientes naturais.

De acordo com Faria e Santiago (2002), ao se desprenderem do movimento contracultural da década de 1960 os ambientalistas tomaram autonomia própria nas suas reivindicações. Apesar do movimento ter se iniciado nos países de capitalismo avançado, primeiro e principalmente nos Estados Unidos, ele avançou para outras localidades, como o Brasil. Aqui o movimento fez-se sentir primeiro entre intelectuais e universitários, embora sob a repressão do regime militar. Foi essa forma de pensamento reivindicatório e contestador que levou algumas pessoas a procurarem formas de lazer e aventuras em áreas naturais em localidades mais próximas.

Mendonça (2008), afirma que, oriundos das classes médias várias dessas pessoas, geralmente jovens, contestavam os valores e práticas da sociedade capitalista, buscavam aproveitar seu tempo livre com atividades de lazer em áreas não urbanizadas. De acordo com a autora essas práticas apareceram de forma mais manifesta durante a década de 1960 nos Estados Unidos. A procura de espaços não urbanos era muitas vezes uma forma de contestação aos padrões sociais existentes. De acordo com Santiago e Faria (2002) o movimento ambientalista surge dentro do movimento contracultural à medida que eles possuíam vários lemas em comum. O movimento ambientalista, que foi de muitas formas apropriado pelo capitalismo, como no caso do ecoturismo, contribuiu de forma decisiva para a construção de representações sociais amplamente difundidas na sociedade atual. Essas representações estão no cerne de algumas das motivações apresentadas pelos guias. Ou seja, existe uma disposição ligada ao imaginário, isto é, à idealização da convivência junto à natureza como o resultado da conscientização ecológica que sofre uma mundialização desde a

década de 1970. Ora, de acordo com Becker (2001), a crise ambiental está na origem dessa mutação no sentido atribuído à natureza:

ela perde significados antigos, para passar a ser capital de realização atual ou futura. Reserva de valor, em alguns casos, (como as grandes reservas de natureza dos países subdesenvolvidos), com sua utilização num outro patamar, condicionada à disponibilidade de tecnologias avançadas. Esse é caso de uma vasta gama de elementos como a água e a biodiversidade. E desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo. (p.3)

Antes os espaços rurais apareciam na dicotomia cidade/campo, como elementos socialmente desvalorizados, agora há uma inversão nesse sentido, na medida em que as áreas naturais aparecem como locais de fuga para o stress causado pela pressão da vida citadina. A pressão do relógio, do trânsito, da insegurança, etc. O campo desta maneira, deixa de ser simplesmente o espaço de produção de alimentos para se tornar um espaço de convivência harmônica entre os seres humanos, uma vez que encarna o imaginário de tranquilidade, e também com a natureza, uma vez que esses espaços<sup>23</sup> são privilegiados pelo maior alcance de áreas naturais preservadas, e tudo o que isso implica.

Desta forma cresce cada vez mais o número de indivíduos que procuram, na contramão da revolução tecnológica e informacional, “referências alternativas mais estáveis para a elaboração de uma nova proposta de reprodução do modo de vida, já que o modelo preponderante tem-se caracterizado por crises diversas” (Mello, 2003, p.56). Essa disposição além de incentivar cada vez mais indivíduos na direção de uma conscientização e de formação de grupos ambientalistas também promove a prática do ecoturismo, que se tornou “uma das principais atividades econômicas do século XXI” de acordo com o autor esses indivíduos “passam a ter uma visão de uso coletivo dos recursos naturais, percorrendo, assim, um caminho inverso - do ser atomizado para o ser social” (id., *ibid.*, p.57). Essas representações atuam de maneira a provocar uma disposição nos indivíduos, ou seja, um *habitus* ecológico que os motiva a procurar por ambientes de maior proximidade com a natureza.

Craveiro e Mendonça concordam que o sentimento de aproximação com a natureza foi um dos responsáveis para a vinda de pessoas para Pirenópolis. Segundo Craveiro uma das razões para vinda dessas pessoas foi “à exuberância da paisagem natural” e também porque elas “tinham uma consciência ecológica, propostas *conservacionistas* do meio ambiente e

---

<sup>23</sup> Essa proposição não leva em conta o avanço das fronteiras agrícolas sobre as áreas naturais, todavia o ecoturismo aparece como uma alternativa para a desaceleração da ampliação dessas fronteiras. As recentes políticas públicas de limites de preservação de áreas em propriedades fundiárias são um avanço nesse sentido.

estavam em busca de melhor qualidade de vida” (p.82). Já Mendonça (2008) afirma que entre outros motivos, estava a busca por “um modo de vida sustentável e uma relação harmônica com a natureza”. (p.90)

Embora haja essa forte conotação ecológica que os motiva a entrar e a permanecer na ocupação, a pesquisa revelou que todos os entrevistados também possuíam uma motivação financeira, embora os guias mais antigos tenham ressaltado que começaram a guiar por gentileza e hospitalidade aos visitantes; com o passar do tempo e o crescimento da atividade turística eles perceberam a oportunidade de aumentar seus ganhos. Mas o fato de permanecerem desempenhando a atividade mesmo após o arrefecimento do turismo no município mostrou que essa motivação não era a principal responsável para a permanência desses trabalhadores na atividade. A construção de uma identidade social não depende somente das representações incorporadas pelos indivíduos; é importante saber se há pelo menos alguma congruência entre o que os guias pensam de si e o que é pensado deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se analisar a configuração identitária de trabalhadores em ocupações da família de guias nos serviços de turismo, com suporte empírico num estudo de caso realizado na cidade histórica de Pirenópolis – GO. Para realizar esta empreitada foi pesquisado um referencial teórico adequado à análise de processos identitários a partir de uma nova realidade social engendrada pelo processo de mundialização. Do processo de construção identitária participam diversos componentes consolidados institucionalmente mas também construídos ou incorporados nas trajetórias de vida. Essa constituição acontece no seio de relações sociais das quais participam os indivíduos ao longo de sua vida, é por este motivo que as identidades nunca chegam a estar totalmente conclusas, podendo sofrer mutações. Um componente essencial da construção identitária é o processo histórico no qual os indivíduos estão inseridos. Neste sentido desenvolveu-se uma breve reconstrução histórica, desde a origem do município, retomando as fases de seu desenvolvimento econômico até a chegada do turismo. Também se fez necessária a análise do desenvolvimento do processo histórico da constituição do turismo, do ecoturismo, e das políticas que colaboraram para sua consolidação no Brasil e no estado de Goiás. A esses elementos somam-se as entrevistas feitas com os guias e questionários aplicados a moradores de Pirenópolis, que deram suporte empírico para as conclusões. As entrevistas com os guias procuraram captar como os trabalhadores vêm buscando legitimar sua ocupação, que é recente no município, e quais são os efeitos desse processo em suas identidades. Os questionários com moradores foram importantes para esclarecer quais os valores atribuídos ao processo turístico que vem ocorrendo no município e relacioná-los com variáveis de perfil social.

O resultado da etapa qualitativa, revelou uma forte ligação dos guias com a questão ecológica. Sendo esta característica somada as possibilidades de ganhos econômicos as principais razões apresentadas por esses trabalhadores para escolherem esta ocupação. O perfil social desses trabalhadores demonstrou-se ser bem diversificado, contando com elementos de situações e posições sociais diferentes. Entre os guias existem: indivíduos oriundos de localidades diferentes tanto de centros urbanos como Rio de Janeiro, Brasília como de cidades do interior de Goiás como Corumbá e Alexânia; jovens adultos e pessoas de meia idade, pessoas de famílias de renome no município e pessoas de famílias comuns, além dos estrangeiros que vêm de um contexto social mais metropolitano. Embora estes indivíduos apresentem trajetórias sociais díspares eles encontraram numa representação social universalmente partilhada, que é o ambientalismo um em comum que foi aglutinado na forma

da ocupação de guia. Essa representação de natureza, compartilhada pelos guias juntamente com o compromisso com a ocupação, orientam uma atuação prática, regulamentada através do seu estatuto, no sentido da preservação do ambiente. É esse sentimento de responsabilidade compartilhada com seus companheiros que os leva a interferir em processos que possam de alguma forma causar degradação ambiental, como foi o caso de sua intervenção junto a exploração de pedras no município. Outro elemento que exemplifica bem a incorporação dos papéis sociais remetidos a ocupação de guia é a preocupação com a educação ambiental, quando manifesta o prazer de ser ouvido e reconhecido pelos visitantes como portador de um conhecimento legítimo. A luta pelo reconhecimento de sua identidade ocupacional também é um elemento importante, já que esses trabalhadores revelaram o sofrimento causado pela frustração de não poderem se qualificar e conseqüentemente se cadastrar junto a instituição nacional que regula o setor, a Embratur. Desse impedimento resulta que eles não podem nem pagar os tributos devidos ao Estado, nem usufruir a seguridade social a que teriam direito como elementos de uma categoria profissional específica, e estando assim salvaguardados de qualquer acidente que porventura pudesse ocorrer durante o exercício de sua ocupação. Sofrimento também causado pela falta de reconhecimento em nível local, o que resultaria numa conseqüente reserva de mercado protegendo assim a categoria da concorrência de elementos exógenos.

Foi ainda possível perceber que há uma tentativa de constituição de um abrigo profissional mais latente principalmente por parte dos elementos associados a ACVP, já que desenvolvem uma estratégia de reserva de mercado baseada na divulgação de mensagens de advertência sobre os riscos da utilização dos serviços de trabalhadores não associados. Outro elemento de distinção que demonstram uma tentativa de delimitação de mercado é a utilização de uniformes tais quais bonés, camisetas e mochilas padronizados. Todos eles elementos agregados demonstram que esses trabalhadores investem em sua ocupação, mesmo na fase difícil pela qual vêm passando, devido à retração da atividade turística.

As entrevistas com moradores comprovaram o apoio e o reconhecimento que a população local manifesta em relação aos guias, o que evidencia também a consolidação de suas identidades pessoais, que não prescindem do reconhecimento intersubjetivo. Ora para isso foi preciso buscar como o turismo encontra representado junto à população local. A pesquisa revelou que prevalece uma visão do turismo como uma atividade benéfica ao município, mesmo quando os habitantes não percebem uma influência da atividade em suas vidas. Em geral eles percebem o turismo como um estimulador da criação de postos de trabalho. A questão da qualificação para o turismo via instituições públicas de capacitação profissional

também colabora para visão positiva do turismo no município. Quanto às representações negativas da atividade, estas se relacionam com aspectos ligados ao aumento da insegurança e violência, à sujeira e à perda de tranquilidade, principalmente para aqueles que residem mais próximos ao centro histórico. Os moradores da cidade que não são nativos percebem os aspectos negativos do turismo como reflexo direto da administração pública em regular o setor. Em geral, as pessoas que estavam mais diretamente ligadas a alguma atividade turística se queixaram do declínio do turismo e que isso tem causado prejuízos particulares. Quanto à relação dos cidadãos com a atividade turística (frequência a atrativos e conhecimento dos atrativos) foi possível perceber que tem correlação inversa com a idade e direta com a escolaridade dos entrevistados (quanto maior a idade, menor é o conhecimento e a frequência em relação aos atrativos; quanto mais alto o nível de escolaridade maior o conhecimento sobre a atividade ou a frequência a atrativos) e também inversa em relação a distância da sua residência em relação ao centro histórico.

Se, por um lado, o turismo aparece como um elemento positivamente valorizado nas representações sociais locais, torna-se difícil afirmar que existe uma legitimidade alcançada pelos guias da cidade. Embora tenham sido atribuídos valores positivos à ocupação de guia, como por exemplo a importância do seu papel na conservação do patrimônio, outros elementos como conhecimento da existência de cursos de formação no município, conhecimento sobre a existência da ACVP, a maior parte dos entrevistados demonstraram total falta de informações sobre o assunto. Em relação sobre a opinião dos entrevistados quanto à remuneração dos guias, embora a maior parte dos entrevistados acreditem que eles sejam bem remunerados, a maior parte afirmou que a remuneração não era suficiente para sustentar uma família. Apesar da comunidade local aparentar ter um bom relacionamento com o turismo, percebeu-se um certo distanciamento da população local com ACVP, o que mostra uma falha desses trabalhadores fazer com que a população perceba os interesses da categoria, pelo menos no que diz respeito a proteção do patrimônio cultural e natural, interesses comuns a toda a comunidade. Além do mais demonstra que a maior parte dos entrevistados não associavam a ocupação guia com qualificação profissional. Essa pode ser uma possível explicação para a atuação no município de guias não qualificados. A falta de informação da população também pode ser a responsável pela falta de respaldo a administração local já que esses trabalhadores não possuem um lugar de destaque nas representações sociais locais, sendo para a maioria dos entrevistados meros atores espontâneos da atividade turística e não uma ocupação reconhecidamente organizada. A partir da articulação desses elementos foi possível analisar a construção da identidade dos guias, sob a perspectiva da trajetória

conflituosa da ACVP, que demonstrou que apenas um importante elemento de identificação poderia causar a experiência de sofrimento social, provinda da falta de reconhecimento de direitos a que os sujeitos se consideram merecedores, vivenciadas pelos guias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Descerrando paradigmas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Paradigmas do turismo** Goiânia: Alternativa, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e delineamento do espaço turístico goiano. In: \_\_\_\_\_. (Org) **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

\_\_\_\_\_. Algumas inquietações sobre ambiente e turismo. In: MENEZES, Ana Virgínia C. de; PINTO, Josefa Eliane, S. de S. **Geografia 2001.** Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. p.51-64.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999. p. 101-117.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo** – Instituto Virtual de Turismo. v. 1, n. 1, 2001. p.1-7. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=1016&article=3&mode=pdf>>. Acesso em: abril, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. Cap. I, V, VII. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BULHOES, Maria da Graça Pinto. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo em Perspec.** São Paulo, v. 18, n. 4, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: maio, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CASTELLI, Geraldo. Turismo e História: Capítulo 1. In: \_\_\_\_\_. **Turismo: análise e organização.** Porto Alegre: Sulina, 1975. p.9-13.

CASTRO, Nadya A. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n.1, jan-mar, 1997. p.3-8.

CASTRO, Sérgio Duarte de. **Relatório Final Arranjo Produtivo Local – Turismo de Pirenópolis-GO.** Serviço brasileiro de apoio a pequena e microempresa – SEBRAE; Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Disponível em: <[www.sinal.redesist.ie.ufrj.br](http://www.sinal.redesist.ie.ufrj.br)> Acesso em: Junho, 2009.

CRAVEIRO, Fernanda A. **A Histórica Cidade de Pirenópolis Acerca do Turismo Numa Perspectiva Etnográfica.** 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão do

Patrimônio Cultural) Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=139](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=139)>. Acesso em: abril, 2009.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os reais benefícios (para os rurais). In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara L. Barbosa (Orgs.). **Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRUZ, Aurélio; MOURA, Denise. **A marcha do campo em direção à cidade de Pirenópolis – GO**. 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) 15 Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero. Caxambu, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?Cadermoid=504&nivel=2&texto\\_id=3039](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?Cadermoid=504&nivel=2&texto_id=3039)> 19p. Acesso em: abril, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia A. O turismo no espaço - o espaço do turismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Significado, Importância, Interfaces com outras Políticas Setoriais. In: Souza, Maria J. de. (Org.) **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: UNB; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

DEJOURS, Cristophe. O trabalho entre sofrimento e prazer. In: \_\_\_\_\_. **A banalização da injustiça social**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 27-36.

\_\_\_\_\_. As estratégias defensivas. In: \_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. p.26-47.

DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

DUBAR, Claude. Para uma teoria sociológica da identidade In: \_\_\_\_\_. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998. p.11-169.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL; [Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal](#); Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. [Embratur](#), 1994. Disponível em: <<http://ecosfera.sites.uol.com.br/diretriz.htm>> Acesso em: maio, 2009.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena (org.). **Desemprego**. Trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Senac, 2006.r

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: 34, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo:** Estimativas anuais da mão-de-obra informal ocupada em atividades características do turismo, tendo por base os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, no período 2002 a 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/4\\_SistemadeInformacoes .pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/4_SistemadeInformacoes.pdf)> Acesso em: 18 maio, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural:** Os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUCHIARI, MARIA Tereza D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista turismo em análise.** São Paulo: ECA-USP, v.11, n.1, p.35-43, mai. 2000.

MARX, Karl. Processo de trabalho e ou o processo de produzir valores-de-uso. In: \_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. v.1.13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989. p. 201-209.

MELLO, Marcelo de. Ecoturismo no Ambiente do Cerrado e Movimentos Sociais. In: ALMEIDA, M. G. (Org). **Paradigmas do Turismo.** Goiânia: Alternativa, 2003.

MELO, Hildete P. de. et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global — 1985/95. Rio de Janeiro, mar. de 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0549.pdf>>. Acesso em: agosto de 2008.

MENDONÇA, Juliana de Pina. **Turismo e patrimônio cultural em Pirenópolis: uma análise dos efeitos sobre a vida social.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: \_\_\_\_\_. **Turismo: Impactos Socioambientais.** São Paulo: HUCITEC, 1996, p.19-25.

MESQUITA, Simone M. M. **O Desenvolvimento e o Marketing do Turismo na Natureza em Pirenópolis - a visão do turista.** 2007. 102f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=323](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=323)>. Acessado em: abril, 2009.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo desorganizado.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAIVA, Maria das Graças de M. V. **Sociologia do Turismo.** 5 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. **História de Goiás em documentos:** I colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995.

RODRIGUES, Adyr B. Desenvolvimento com Base Local como Bandeira de uma Política de Emancipação e Afirmação. In: Souza, Maria J. de. (Org.) **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo.** Brasília: UNB; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

\_\_\_\_\_. Turismo Eco – Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (Orgs) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p.85-95.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

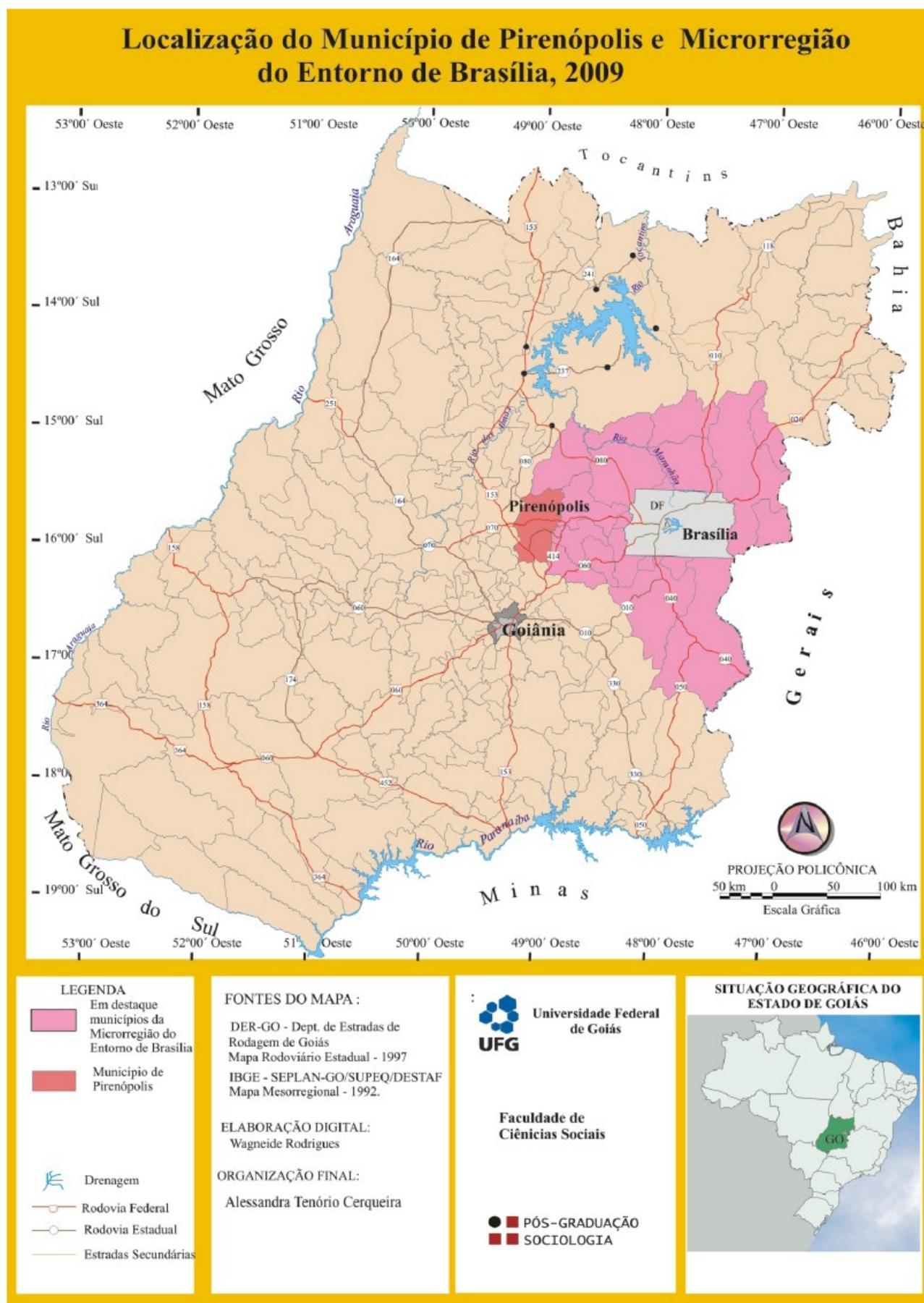
SILVA, Boanerges C. da; SILVA, Maclovia C. da. Pirenópolis - Go: Crescimento da Malha Urbana e Atividades Turísticas. **Caminhos de Geografia**- revista online. Uberlândia, v. 9, n. 27, set/2008 p. 99 – 115. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: abril, 2009.

SILVEIRA, Marcos A. T. da. Políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, M. J. de. (Org). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB; Dept. de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUSA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs). **Simmel e a modernidade**. Trad. Sebastião Rios. 2 ed. Brasília: EdUnB, 2005. p. 41-76.

TIRIBA, Lia. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: Tecendo os Fios de uma Nova Cultura do Trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricarco de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

## APÊNDICE A – Mapa da localização de Pirenópolis



## APÊNDICE B – Questionário aplicado à população



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SOCIOLOGIA



QUESTIONÁRIO PARA POPULAÇÃO-PIRENÓPOLIS/GO		Nº
<p>Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações sobre a mesma, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Apenas os dados utilizados no estudo, de maneira nenhuma se nome e dados pessoais aparecerão no estudo. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.</p>		
<b>Nome:</b>		
<b>Idade:</b>	<b>Sexo:</b>	
<b>Estado Civil</b>	<b>Naturalidade:</b>	
<b>Tempo de Residência:</b>	<b>Religião:</b>	
<b>Escolaridade:</b>	<b>Ocupação:</b>	
<b>Você conhece o CAT?</b>	( ) sim	( ) não
<b>Você sabe onde ele fica?</b>	( ) sim	( ) não
<b>Você conhece o CIT?</b>	( ) sim	( ) não
<b>Você sabe onde ele fica?</b>	( ) sim	( ) não
<b>Você costuma indicar algum desses serviços aos turistas?</b>	( ) sim	( ) não
<b>Qual deles?</b>	( ) CAT	( ) CIT
<b>Você considera que o turismo para Pirenópolis seja:</b> muito ruim ( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) ótimo ( )		
<b>Em relação a qualidade de vida em Pirenópolis após o turismo, ela:</b> piorou ( ) não está melhor nem pior ( ) melhorou um pouco ( ) melhorou muito ( )		
<b>Você acha que o turismo trouxe problemas para o município?</b> nenhum ( ) poucos ( ) médios ( ) muitos ( )		
<b>Em relação as modificações causadas pelo turismo você considera que:</b>		
<b>trouxe prostituição ( ) aumentou a prostituição ( ) acabou com a prostituição ( ) não interferiu ( )</b>		
<b>Aumentou o preço dos imóveis ( ) diminuiu o preço ( ) não interferiu ( )</b>		
<b>Aumento de preços no comércio ( ) diminuiu o preço ( ) não interferiu ( )</b>		
<b>Quanto ao número de pessoas o turismo:</b> não interfere ( ) causa um pequeno aumento ( ) um aumento médio ( ) um grande aumento ( ) um excesso pessoas ( )		
<b>Quanto ao consumo de drogas causou:</b> trouxe o consumo ( ) aumentou o consumo ( ) diminuiu o consumo ( ) não interferiu ( )		
<b>Você conhece a história de Pirenópolis?</b> não ( ) um pouco ( ) bem ( ) muito bem ( )		
<b>Onde você aprendeu?</b> escola ( ) eventos culturais da cidade ( ) por conta própria		
<b>Você conhece e frequenta os atrativos de Pirenópolis?</b> nenhum ( ) alguns ( ) muitos ( ) todos ( )		
<b>Quais ?</b> só os da cidade ( ) só os da área rural ( ) em área urbana e rural ( )		
<b>Você conhece a associação de guias?</b> ( )sim ( ) não		
<b>Você conhece algum guia?</b> ( )sim ( ) não		
<b>Você gostaria de fazer o curso de guia?</b> ( )sim ( ) não		
<b>Você gostaria de ser um guia?</b> ( )sim ( ) não		
<b>Você já levou alguém até um atrativo?</b> (..)sim ( ) não		
<b>Você acha o serviço dos guias importante?</b> ( ) sim ( ) não		
<b>Você considera que os passeios devem ser feitos somente com guia?</b> ( ) sim ( ) não		
<b>Você concorda com a presença da ACVP dentro do CAT?</b> ( ) sim ( ) não		
<b>Na sua opinião que características uma pessoa deve ter para ser um bom guia?</b>		
1- Jovem ( ) adulto ( ) idoso ( )		
2- Ter nascido na cidade ( ) morar da cidade ( )		
3- Não necessita escolaridade ( ) ao menos ser alfabetizado ( ) ter o ensino fundamental ( ) ter o ensino médio ( )		

) ter curso superior ( )
<b>Na sua opinião o trabalho dos guias ajuda na conservação do patrimônio da cidade?</b> Em nada ( ) sim, mas, pouco ( ) sim, bastante ( )
<b>Na sua opinião o curso de é suficiente para o bom exercício da profissão?</b> Sim ( ) não ( )
<b>Na sua opinião é necessário o curso de guia para se exercer bem essa profissão?</b> Sim ( ) não ( )
<b>Na sua opinião o trabalho dos guias prejudica a conservação do patrimônio da cidade?</b> Sim ( ) Não ( )
<b>Na sua opinião o trabalho de guia é um trabalho bem remunerado?</b> Sim ( ) não ( )
<b>Na sua opinião o trabalho de guia é suficiente para o sustento de uma família?</b> Sim ( ) não ( )
<b>Você já indicou ou indicaria o curso de guia para alguém?</b> Sim ( ) não ( )

## APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para os guias

ROTEIRO DE ENTREVISTA – GUIAS				Nº:
<b>Dados pessoais</b>				
Nome:				
Endereço:				
Contatos: tel:		e-mail:		
Idade:	Escolaridade:	Est. Civil:	Filhos:	
<b>Dados Familiares</b>				
Escolaridade dos pais:				
Qual é a ocupação dos seus pais? Sempre foram essas?				
Qual é a ocupação de seus irmãos?				
Existem outras pessoas da sua família que são guias? Quem?				
O que sua família acha do seu trabalho?				
<b>Sobre a ocupação</b>				
Você é autônomo ou trabalha para uma empresa?				
Esta é sua única ou principal fonte de renda? (o que mais?)				
Você fez algum curso ou treinamento para ser guia? Duração e instituição				
Fala alguma língua estrangeira? Qual?				
Que atividades você desempenha como guia?				
Que meios de transporte você utiliza para levar o visitante? Próprio, alugado ou fornecido?				
Há quanto tempo você é guia?				
O que o levou a escolher esta profissão?				
Você gosta (se sente bem) do que faz? Por quê?				
Você se vê desempenhando outro trabalho?				
Você fez ou pretende fazer algum tipo de curso para aperfeiçoamento?				
Até quando você pretende ser guia?				
<b>Relações com os visitantes</b>				
Como você é contatado pelos visitantes?				
Como decidem os lugares a serem visitados?				
Que tipo de conversa ocorre entre você e o turista durante as visitas?				
Já aconteceu algum incidente desagradável entre você e um visitante? Como resolveu a situação? (contar)				
Os visitantes, em geral, tentam estabelecer uma relação de proximidade ou apenas profissional?				
Você já trocou algum tipo de contato com visitantes? (endereços)				
Quando os visitantes retornam em outra ocasião procuram seus serviços?				
Você já recebeu ou convidou visitantes para ir até sua casa?				
Você visita os atrativos durante seu horário de folga?				
<b>Sobre o município</b>				
Você gosta de morar numa cidade turística?				
Você se lembra como era a cidade antes do turismo? (era melhor ou pior)				
O que mudou?				
Você frequenta os mesmos lugares que os turistas?				

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)